

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA**  
**Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e**  
**Inovação**

**Dalila Margarete da Silva Nunes**

**As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde**  
**do professor**

**ARARAQUARA/SP**  
**2021**

**Dalila Margarete da Silva Nunes**

**As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde  
do professor**

**Dissertação** apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em *Processos de Ensino, Gestão e Inovação* do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação: Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

**Linha de pesquisa:** Processos de Ensino

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Alda Junqueira Marin

ARARAQUARA/SP

2021

## FICHA CATALOGRÁFICA



N924i\_\_Nunes, Dalila Margarete da Silva

As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde do professor/Dalila Margarete da Silva Nunes. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2021.

120f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação - Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Alda Junqueira Marin

1. Saúde docente. 2. Educação infantil. 3. Gestão humanizada.  
I. Título.

CDU 370

NUNES, Dalila Margarete da Silva. **As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde do professor**. 2021. 120f. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação. Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP.

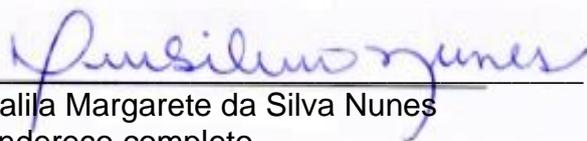
### **ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS**

NOME DO AUTOR: Dalila Margarete da Silva Nunes

TÍTULO DO TRABALHO: As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde do professor.

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação/2021

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede a Universidade de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.



Dalila Margarete da Silva Nunes

Endereço completo

E-mail dalilamsnunes@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,  
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara - UNIARA - para obtenção do título de **Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação**.

Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais.

NOME DO AUTOR: **DALILA MARGARETE DA SILVA NUNES**.

Data: **26 de abril de 2021**

TÍTULO DO TRABALHO: **As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde do professor"** .

Assinaturas dos Examinadores:

Conceito:

Profa. Dra. Alda Junqueira Marin (orientadora)  
Universidade de Araraquara - UNIARA

Aprovada  Reprovada

Profa. Dra. Maria Regina Guarnieri  
Universidade de Araraquara - UNIARA

Aprovada  Reprovada

Profa. Dra. Ana Carolina Colacioppo Rodrigues  
Centro Universitário Santa Rita

Aprovada  Reprovada

Versão definitiva revisada pela orientadora em: 08/06/2021.

Profa. Dra. Alda Junqueira Marin (orientadora)

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos à Deus em primeiro lugar, que me concedeu sabedoria, força e determinação para superar o difícil processo de construção, elaboração e finalização desse trabalho acadêmico, que considero ser o mais importante da minha carreira como colaboração do cuidado com nossos queridos professores que fazem na docência uma educação de qualidade.

Agradeço também a toda a minha família (em especial Enzo e Beatriz), aos amigos queridos e carinhosamente ao meu Amado, que nos momentos mais difíceis me acolheram e me deram o suporte emocional e afetivo que necessitei para seguir em frente, vencendo esse desafio.

E por fim agradeço a professora orientadora que foi o tempo todo me auxiliando, perdoando minhas falhas, compreendendo minhas angústias, e reforçando minha capacidade de superação, juntamente com todos os professores do curso, que ao longo do caminho, me ajudaram a chegar até aqui.

Dedico esse trabalho a minha querida Irmã e a minha Mamãe abençoada, que sempre acreditaram e torceram por mim e que ao logo desse tempo de curso foram morar com Deus, continuando a me guiar de onde estão e me ajudando a ser Luz.

## RESUMO

Trabalhando na Rede Pública, em escolas de Educação Infantil vejo as dificuldades dos professores se intensificando quanto aos agravos à saúde, somatizados por mal estares acometidos dentro da escola, atribuídos aos mesmos na docência com crianças pequenas, no desenvolvimento do ensino, no educar e cuidar, e nos mais diversos tipos de desafios e enfrentamentos que permeiam a relação professor/aluno, sendo essas, situações sociais e/ou emocionais. Nessas relações dinâmicas, de variadas dimensões sociointerativas surge a hipótese de que a qualidade dessas relações e as condições do trabalho resultam, muitas vezes, em problemas de saúde para o professor, levando ao estresse emocional, físico e/ou social desse profissional docente. Com o objetivo de colaborar com a eficiência do trabalho, melhorando a qualidade do serviço prestado, e ainda dando assistência à saúde do professor, busco condições para efetivar minha hipótese de pesquisa analisando dados com apoio teórico da área das políticas e gestão da educação (CUNHA, SOUZA e SILVA, 2016; EVANGELISTA e SEKI, 2017). Para obter o material necessário à análise dessas questões da vida profissional docente, foi preciso trabalhar com dados específicos da saúde, sendo a pesquisa documental a mais indicada, extraindo dos atestados médicos contidos nos prontuários dos professores colaboradores as doenças anunciadas pelo CID (Código Internacional da Doença), visando descobrir as causas mais comuns do adoecimento do professor. A intenção da pesquisa após coletar, interpretar e analisar os dados é conseguir colaborar no entendimento dessas interferências negativas, na manutenção das relações sociais e humanas, possibilitando reflexões e sugerindo meios de prevenção, amenizando impactos e enfrentamentos próprios do trabalho docente. Assim, considerando os resultados da pesquisa foi possível identificar quais estressores são mais presentes, sendo eles mais físicos que emocionais e mentais, como também os ambientais, todos eles culminando num desgaste contínuo, porém, quando observada a realidade das escolas pesquisadas, não é possível afirmar que o trabalho docente em si causa adoecimento, mas os estressores podem sim alterar o estado de saúde dos mesmos, no desenvolvimento da ação docente.

**Palavras-chave:** Saúde docente; Educação Infantil; Gestão humanizada.

## ABSTRACT

Working in public primary school, it can be seen that teacher's health problems are intensified and aggravated by the lack of well-being experienced in the workplace when teaching young children, developing lectures, educating and caring, and in the most diverse types of challenges that permeate the teacher/student relationship, these being either social or emotional situations. In these dynamic relationships of varied social-interactive dimensions, the hypothesis arises that the character of these relationships and work conditions often result in health problems for the teacher, leading to emotional, physical and/or social stress of teaching professionals. Aiming to collaborate with the work efficiency, through improving the quality of the services provided, and providing assistance to the teacher's health, I seek conditions to carry out my research hypothesis by analyzing data with theoretical support from the education policies and management area (CUNHA , SOUZA and SILVA, 2016; EVANGELISTA and SEKI, 2017). In order to obtain the fundamental material to analyze these issues in the educators' lives, it was required to work with specific health data, in which the document research was the most adequate, extracting medical certificates from teacher's medical records looking for the illnesses announced by the CID (International Illness Code), aiming to discover the most common causes of teachers' illness. The intention of this research after collection, interpretation and analysis of the data is to collaborate to the understanding of these negative interferences to the maintenance of social and human relations, enabling reflections and suggesting means of prevention, mitigating impacts and confrontations to the teaching work. Hence, considering the results of the research, it was possible to identify which stressors are the most present, which are usually more physical than emotional, mental, or environmental; all of them lead to a continuous distress; however, when observing the reality of the analysed schools, it is not possible to confirm that teaching is the cause of illnesses; nevertheless, the stressors can impact on the teacher's health when developing the teaching.

**Keywords:** Teaching health; Primary Education; Humanized management.

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>AFLD</b>	Atividade Física de Lazer e Deslocamento
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>INFE</b>	Índice de Infra-Estrutura das escolas brasileiras
<b>APEOESP</b>	Sindicado dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>COMERC</b>	Conselho Municipal de Educação de Rio Claro
<b>APM</b>	Associação de Pais e Mestres
<b>CE</b>	Conselho de Escola
<b>HTPC</b>	Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
<b>HTPI</b>	Horário de Trabalho Pedagógico Individual
<b>CNE</b>	Conselho Nacional da Educação
<b>CEB</b>	Câmara de Educação Básica
<b>CEMI</b>	Centro Educacional Municipal Infantil
<b>DACA</b>	Documento de Atribuição de Classes e Aulas
<b>CID</b>	Código Internacional de Doenças
<b>CAP</b>	Centro de Aperfeiçoamento Pedagógico
<b>PEB</b>	Professor de Educação Básica
<b>DMSO</b>	Departamento Municipal de Saúde Ocupacional
<b>HTPL</b>	Horário de Trabalho Pedagógico Livre

## **LISTA DE ANEXOS**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**  
**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professores Colaboradores**  
**Estudo Documental**  
**Planilha Geral 1 e 2**  
**Planilha dos Dados Coletados**  
**Análise dos Dados Pesquisados**  
**Gráficos**

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>QUADRO DE APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>70</b>
<b>IDADE DOS PROFESSORES COLABORADORES.....</b>	<b>74</b>
<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>75</b>
<b>TEMPO DE SERVIÇO.....</b>	<b>76</b>
<b>FAIXA ETÁRIA DE ATUAÇÃO.....</b>	<b>78</b>
<b>ACÚMULO DE CARGO.....</b>	<b>79</b>
<b>TIPOS DE FALTAS.....</b>	<b>80</b>
<b>ATESTADOS MÉDICOS.....</b>	<b>81</b>
<b>TIPO DE ADOECIMENTO.....</b>	<b>83</b>
<b>TIPO DE TRATAMENTO.....</b>	<b>85</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I. REVENDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO II. AS POLÍTICAS SOBRE A ÁREA PESQUISADA.....</b>	<b>32</b>
<b>2.1) Atribuições do cargo.....</b>	<b>37</b>
<b>2.2) Regimento Escolar (Direitos e Deveres).....</b>	<b>39</b>
<b>2.3) Possibilidades de Intervenção na Escola.....</b>	<b>42</b>
<b>2.4) Objetivos da Escola.....</b>	<b>43</b>
<b>2.5) Gestão Escolar (Administrativa/Pedagógica).....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO III. ALGUNS FUNDAMENTOS.....</b>	<b>46</b>
<b>CAPÍTULO IV. A PESQUISA.....</b>	<b>57</b>
<b>4.1) Histórico da Educação Municipal e a proposta de Educação Infantil.....</b>	<b>57</b>
<b>4.2) Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>60</b>
<b>4.3) Alterando a Questão da Pesquisa.....</b>	<b>62</b>
<b>4.4) Sustentação da Pesquisa.....</b>	<b>63</b>
<b>4.5) Levantamento de Dados.....</b>	<b>67</b>
<b>4.6) Interpretação e Análise.....</b>	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO V. RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>73</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

Para vir a ser pesquisadora almejando ser Mestre em Educação, percorri um caminho longo e profissionalmente sempre no meio educacional desde minha formação no Magistério, começando a docência em uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental particular de Rio Claro, conhecendo a dinâmica da escola e aproveitando a oportunidade de trabalhar com todas as séries iniciais por ser contratada para eventuais ausências dos professores efetivos. Assim, adquiri alguma experiência pedagógica na atuação com salas de aulas bem diversificadas, iniciando minha experiência profissional, conjuntamente com aulas eventuais em Escolas Estaduais e creches da Prefeitura, que tinham grandes diferenciações de realidade escolar, me sentindo cada vez mais envolvida com o conhecimento e sistematização da escola pública. Aproveitando a oportunidade prestei concurso público municipal e me desliguei da escola particular, após dois anos de contratos de substituição e aulas eventuais em creches e Ensino Fundamental, me efetivei na Escola Municipal de Educação Infantil; nessa época cursava a Graduação em Pedagogia.

Após dez anos de docência com cargo efetivo em um período e eventual em outro, trabalhando na mesma escola, e concluída a pós-graduação em Psicopedagogia, participei do processo de escolha da primeira turma de Professor Coordenador Pedagógico (cargo instituído pela Secretaria Municipal da Educação) e aberto para eleição nas escolas podendo os professores se inscrever conforme critérios definidos, quais sejam: elaboração de Projeto Pedagógico (se aprovado pela Coordenadoria da Educação) e apresentação nas escolas para posterior eleição. Das três escolas a que me candidatei venci a eleição em duas e escolhi a escola em que já era efetiva e conhecia o trabalho pedagógico e administrativo desenvolvido, sendo o maior desafio a escola atender a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos. Trabalhei por três anos, nos três períodos para atender a demanda do trabalho de Coordenação Pedagógica inédito na Rede Municipal e bastante intenso, com apoio da Secretaria Municipal da Educação em assessoria, orientações para o trabalho, cursos e formações adequados ao desenvolvimento da função pedagógica.

Foram anos de muito trabalho, desafios e aquisição de experiências pedagógicas e administrativas, e fui convidada a ocupar a função de Vice-diretora em

uma Escola Agrícola de Ensino Fundamental I e II no Município de Rio Claro, desenvolvendo um trabalho com adolescentes numa escola de período integral com grandes problemas a serem enfrentados, principalmente administrativos e com um grupo de professores bastante exigentes e de difícil liderança; ainda assim, me saí muito bem, organizando e estruturando a escola em parceria com uma Diretora Substituta muito experiente e competente para o cargo. Desenvolvi meu trabalho, ficando nessa escola por um ano e meio; após fui chamada para substituir uma Diretora Efetiva que assumiria a Supervisão Escolar na Secretaria Municipal da Educação, sendo em uma escola de Educação Infantil de 0 a 6 anos. Trabalhei, assim, por dois anos nessa escola. Nomeada como Diretora Substituta, optei por fazer mais uma Pós-Graduação, agora em Gestão Escolar, aperfeiçoando meu trabalho e adquirindo novos conhecimentos, ficando por mais dez anos em outra escola de Educação Infantil que atende de 3 a 5 anos, na qual estou até hoje, mas a três anos como Vice-Diretora novamente, após retorno da Diretora Efetiva para seu cargo.

Em meio a tanto trabalho fui fazendo muitos cursos na área da Educação conforme a demanda da escola, desafios inerentes ao cargo ocupado e experiências vividas, aperfeiçoando e atualizando meus conhecimentos, acompanhando as mudanças e transformações dinâmicas da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro. Com a volta da Diretora Efetiva e o meu retorno para a Vice-direção veio a oportunidade de cursar o Mestrado que há muito tempo era almejado, culminando com a resolução que favorece a dispensa do trabalho um dia na semana para formação acadêmica.

Fiz minha inscrição para cursar o Mestrado Profissional em Araraquara-SP e, cumpridos os trâmites exigidos pela conceituada Instituição de Ensino, fui admitida, continuo na vice-direção de escola e hoje estou aqui, como pesquisadora, tendo como objetivo pessoal concluir meu estudo, apresentando minha pesquisa, com a pretensão de conseguir finalizar minha formação acadêmica como Mestre em educação.

De acordo com minhas observações ao longo da carreira de docente, de coordenadora pedagógica e de gestora escolar na Educação Municipal de Rio Claro, e com vasta experiência na educação infantil, pude detectar que, ao longo dos anos, há indícios de agravamento do estado de saúde dos profissionais de carreira do magistério. São vários os fatores que parecem agravantes intrínsecos da saúde na dinâmica da educação escolar, no desenvolvimento da prática pedagógica quando

associados a cuidar e educar na infância, vendo em Oliveira (2007) nas práticas pedagógicas na educação infantil.

Assim, vendo as dificuldades, ansiedades e angústias desse profissional capacitado e competente, tão íntegro e fiel à educação, me fez pensar em como um gestor escolar, à frente desse processo educativo, poderia colaborar na prevenção, ou mesmo minimizar os problemas, frente aos desafios enfrentados no desenvolvimento do trabalho docente, bastante estressante que tem como objetivo maior o desenvolvimento do ser humano, considerando que todos na escola estão sob a coordenação e orientação da gestão escolar. De acordo com Paro (2007) o gestor escolar é um dos determinantes mais importantes da qualidade dos serviços desenvolvidos pela instituição escolar, sua liderança agrega, ao grupo, motivação, comprometimento e participação; organizando espaços de convivência com propostas marcadas pelos sinais do convívio democrático.

Como gestora preocupada com a questão, propus-me, então, a pesquisar a relação do adoecimento desses profissionais comprometidos com uma educação de qualidade com a ação do trabalho pedagógico nas escolas públicas, iniciando com os estudos de Bittencourt (2007) que pesquisou sobre o tema.

A proposta desta pesquisa foi buscar a relação que existe entre o desenvolvimento do trabalho docente com crianças de 2 a 5 anos com as causas de adoecimento, seja ele físico, emocional, social ou mental, que aparecem nas queixas e ausências de professores dessa faixa etária no dia-a-dia da sala de aula.

Assim, para finalizar o estudo depois de coletados os dados da pesquisa documental – baseando-se em Calado e Ferreira (2004) – e analisados, foi elaborada a conclusão da hipótese que busca ver o trabalho docente como agravante de alguns problemas de saúde e não como único responsável pelo seu surgimento no decorrer da carreira. Sendo a ação pedagógica bastante intensa com crianças menores, exigindo do professor equilíbrio físico e emocional constante. A pesquisa busca responder questões inquietantes sobre o processo do trabalho docente e a saúde dos professores de educação infantil de Rio Claro e quais fatores podem estar associados ao uso de medicamentos e ao adoecimento desses docentes, analisando o que revelam os atestados médicos arquivados nos prontuários dos professores colaboradores das escolas selecionadas.

Os dados apresentados neste estudo estão distribuídos em **capítulos** sintetizados aqui da seguinte forma: o **primeiro** centrado nas produções acadêmicas

pesquisadas e estudadas com o tema saúde docente, levantando quais estressores afetam a vida do professor no trabalho, aprofundando conhecimentos em diversas áreas que compreendem a saúde do professor quando se trata do esforço físico e mental exigidos na ação pedagógica, no enfrentamento das condições de trabalho, nas relações sociais, na necessidade do aprimoramento cultural e intelectual, na dicotomia família/profissão docente e, ainda, no enfrentamento de fatores externos (falta de estrutura física da escola, materiais didáticos, apoio auxiliar educacional e equipe gestora).

O **segundo** trata das políticas públicas que envolvem e subsidiam o trabalho docente, a formação profissional pedagógica e administrativa, passando pelas Leis Federais, Estaduais, Municipais e Sistemas de Ensino, como também atribuições do cargo, objetivos da escola e gestão educacional.

Já o **terceiro** vai fundamentar as questões pedagógicas da primeira infância, conceito de sociedade e família, concepção de criança, integração e inclusão social, documentos norteadores da educação básica e também os específicos da educação infantil (Constituição Federal, Diretrizes Curriculares Nacionais, Referenciais Curriculares Municipais e Base Comum Curricular Nacional dentre outros), partindo para as questões metodológicas da pesquisa documental, tipo de abordagem, interesse para o estudo, importância para o desenvolvimento do tema, processo de extração de dados.

No **quarto** aborda o conhecimento das escolas pesquisadas do Município de Rio Claro, a proposta pedagógica da educação infantil da rede municipal de ensino, preparo e/ou despreparo do professor para a docência de crianças de 02 a 05 anos, efetivação da pesquisa nas escolas selecionadas, levantamento de dados, interpretação e análise.

E por fim, o **quinto**, que sintetiza os dados coletados com o objetivo, análise e resultado de cada item pesquisado nos prontuários dos professores colaboradores, inicialmente com planilhas organizativas, seguindo para a compilação dos dados em tabelas e gráficos, finalizando com os resultados gerais obtidos com o término da pesquisa.

A partir das considerações finais obtidas com o fechamento desse trabalho acadêmico, fica a importância de dar continuidade ao estudo da temática apresentada, tanto pela precariedade de conhecimento mais profundo dessa área de trabalho educacional tão necessária ao desenvolvimento infantil e urgente aos profissionais

docentes, quanto na contribuição como alerta aos cuidados exigidos com a saúde em todas as instâncias do trabalho docente desenvolvido nas escolas de educação infantil.

Visando o equilíbrio emocional que requer a prática pedagógica, para o desenvolvimento do autoconhecimento e o autocontrole, o estudo sugere ainda mediações de como a gestão escolar pode ajudar nesse processo de cuidados com a saúde do profissional docente, colaborando na prevenção e possíveis intervenções no processo pedagógico, aumentando a autoconfiança nas relações do trabalho docente, proporcionando assim mais tranquilidade na atuação desses profissionais e oportunizando mais qualidade de vida para aqueles que têm como responsabilidade cuidar e educar na primeira infância.

## **CAPÍTULO I. REVENDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA**

Para iniciar o estudo, foram selecionados trabalhos de pesquisa que envolvem a saúde do docente em diferentes áreas, e com objetivos convergentes. Estes foram consultados para firmar algumas convicções sobre o assunto e levantar o que já foi estudado no sentido da hipótese da pesquisa, estando relacionado com o agravamento do adoecimento do professor no trabalho docente com a educação básica e também com a educação infantil.

Os estudos revelaram no geral que vários fatores estão relacionados ao adoecimento dos professores em exercício: Baixos salários e desvalorização do trabalho; precárias condições de trabalho (temperatura das salas, ruído, superlotação, falta de materiais, infra-estrutura inadequada e má higiene); cansaço físico pela longa jornada e posturas desconfortáveis, dupla jornada das professoras (profissional e doméstica), a angústia gerada pelas exigências sociais da atividade; multiplicidade, ritmo acelerado, e complexidade das tarefas; problemas sócio-familiares e estado psicológico dos alunos; o uso elevado da voz; a burocratização, prescrição e rotinização das atividades educativas; as dificuldades nas relações com as famílias dos alunos (que tendem a encarar os profissionais pelo sucesso ou insucesso de seus filhos), a falta de diálogo com a administração; a violência na escola (briga entre alunos, roubo, ameaças de alunos, depredação do espaço); o trajeto longo entre casa e local de trabalho; necessidade de realização de parte do trabalho no universo doméstico (preparação de aulas, correção de provas), a dificuldade de participação em cursos de aperfeiçoamento. Culpa por não dar conta satisfatoriamente de todas as atividades, a dificuldade de se estabelecer espaços de intercâmbio de ideias, a insuficiência de laços de cooperação, a forma como vem sendo implantada a progressão continuada, a padronização do currículo.

Na pesquisa de Marlucy Silveira de Souza Zacchi (2004), realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2004, é analisada a relação entre o trabalho docente e a saúde dos que nele atuam, concentrando sua pesquisa na rede Municipal de Palhoça, SC. Esta pesquisa revela que grande parte das doenças – pelas quais os professores se afastam do trabalho – são as de ordem psicológica, sendo a depressão a doença de maior incidência entre docentes. Constatou-se que o trabalho docente – devido à natureza e condições de realização no contexto capitalista – afeta a saúde de muitos professores. Significa que a maior incidência de problemas apresentados é de ordem psicológica, estresse, depressões, fobias, neurastenias, trazendo prejuízos à capacidade de trabalho uma vez que a docência é uma atividade

que exige grande esforço e exercício intelectual dos atuantes. A autora faz uso da abordagem qualitativa e quantitativa para colher dados ao desenvolver sua pesquisa, estudando casos que envolvem os professores efetivos que exercem atividade docente na educação infantil e ensino fundamental. Com a leitura dessa pesquisa consegui também, aprimorar meu conhecimento no sentido de como estruturar a coleta de dados e o tipo de pesquisa mais adequada para o levantamento de dados sobre a saúde dos docentes.

Com a palavra chave “Saúde do professor” encontrei a dissertação de mestrado de João Francisco Severo Santos (2006) sobre “Atividade física, saúde mental e percepção de condições de trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino de Joinville” realizada também na UFSC, em 2006. Seu trabalho consistiu em verificar possíveis relações entre atividade física de lazer e de deslocamento, saúde mental e percepção de ambiente e condições de trabalho entre professores. Seus estudos mostraram que os transtornos de saúde mais referidos foram de ordem emocional (estresse), físico (obesidade), sofrimento psíquico (transtornos de saúde mental) e também foi identificada grande porcentagem de professores sedentários no lazer, e com excesso de peso. Sugere-se a implementação de ações visando elevar o nível de Atividade Física de Lazer e Deslocamento (AFLD) e o controle de peso, bem como a implantação de um serviço de suporte emocional para triagem, prevenção e tratamento dos professores com sintomas de sofrimento psíquico do tipo emocional e psicológico. Desta pesquisa aproveitei a questão do adoecimento do professor como consequência do trabalho docente e, por outro lado, a falta de cuidado do mesmo profissional com sua saúde e qualidade de vida.

Investigando a questão “Adoecimento no trabalho” encontrei a dissertação de mestrado de Jane Cléia Cardoso de Bittencourt com o título “Adoecimento e afastamento do trabalho de servidores públicos estaduais de Santa Catarina, 1995 a 2005”, realizada na UFSC, em 2007. O estudo investigou a tendência temporal das taxas de afastamento do trabalho por problemas de saúde psíquicos e físicos, ou seja, transtornos mentais e comportamentais de servidores públicos. O afastamento do trabalho por doença é um fenômeno crescente e preocupante, tanto pelos custos diretos e indiretos que representam a sociedade quanto pelos danos que afligem ao trabalhador e a sua família em razão do adoecimento. O estudo sugere a investigação dos fatores associados ao adoecimento dos servidores e definição de políticas de promoção, prevenção, reabilitação e reintegração ao trabalho. Pude, através desse

trabalho, perceber as implicações econômicas e sociais que a ausência do profissional docente causa em sua vida pessoal e profissional. Aproveitei essa pesquisa para expandir meu conhecimento em relação às políticas sociais.

Na dissertação de mestrado em “Formação de professores” encontrei o trabalho de Renata Fabiana Alexandre (2005) com o título “Formação docente para a Educação Infantil: Em busca de saberes específicos” realizada na UNESP (Universidade Estadual Paulista), no ano de 2005. Discute a profissionalização docente para a Educação Infantil propondo reflexão sobre os saberes específicos e o perfil docente para o magistério pré-escolar. Diz também da importância de incorporar as pesquisas acadêmicas na área, os conhecimentos desenvolvidos na prática dos profissionais de creches e avaliar o que é relevante desses saberes para a formação inicial em Educação Infantil. Postulam que tais conhecimentos caminhem em direção ao que Mantovani e Peroni (1999) definiram como uma profissão a ser inventada: professora de crianças pequenas. Aproveitei esse estudo sobre a formação dos professores da educação infantil que me ampliou a visão do que era necessário à antiga formação e o que é relevante para a formação dos professores de hoje que trabalham na docência em educação infantil em outras condições que interferem no conjunto do profissional.

Essas referências foram o *start* do projeto de pesquisa, partindo daí os estudos de aprofundamento teórico nas várias vias de reflexão que sugerem a pesquisa do tema proposto, em busca de dar sentido à hipótese do trabalho.

Verifica-se, portanto, que já foram realizadas muitas pesquisas em torno dos problemas de saúde apresentados pelos professores no desenvolvimento do trabalho docente, relacionando as condições do trabalho com a saúde do professor, sofrendo influência dos fatores ambientais que cercam essas áreas, lugares estes que determinam as condições que permeiam esses ambientes, muitas vezes desfavoráveis à saúde daquele que se esforça para atender as demandas da sala de aula.

Por condições de trabalho subentende-se em quais circunstâncias o trabalho é realizado, estando associado a condições de vida e ambiente físico, quase sempre organizado de maneira a produzir bens e serviços. Assim, a circunstância em que ocorre um determinado trabalho tem determinações nele do contexto histórico-social, não sendo oriundas do processo de trabalho, mas, sim, pautadas pela sua historicidade. No alcance dos objetivos do ensino-aprendizagem as estratégias

pedagógicas são importantes para a realização do trabalho, mas as condições em que ele acontece é o que determina sua eficácia.

Segundo Assunção (2003) os estudos revelam inadequações entre os objetivos da educação e as condições de trabalho existentes. Autores abordam os ambientes escolares (físicos e organizacionais) em detrimento da vocação profissional docente (habilidades e competências) associando as queixas de saúde e as condições em que o trabalho acontece, agravando as morbidades já existentes gerando fadiga e frustração frequente, que são reveladas pelos professores na base do mal-estar docente (OLIVEIRA, 2008). Esse estado vai intensificando na relação com o volume de trabalho, com as precárias condições em que ele acontece, com as altas demandas emocionais e com a grande expectativa social, exigindo do professor capacidade de reverter a situação na qual se encontra para atender as demandas da dinâmica do trabalho.

Nesta altura do estudo a autora citada acima, revela resultados da avaliação das condições de trabalho extraída de pesquisa realizada em escolas que salientam condições negativas para a eficiência do trabalho como, por exemplo, alterações vocais (distúrbios vocais: pelo esforço do uso da voz por prolongamento de tempo e altura) devido a: muito ruído, pouca ventilação, desconforto térmico, iluminação inadequada, mau estado de conservação do prédio escolar e carga horária extensa. Todos esses fatores colaboram para o desgaste físico do professor que precisa se adaptar muitas vezes a essas condições precárias de trabalho, revelando também estresse emocional, ambiente escolar, problemas relacionais com superiores e famílias, e de conflitos e enfrentamentos com colegas e alunos. O professor usa recursos dependentes da qualidade vocal para manifestar sua autoridade e exercer influência na relação com seus alunos em sala de aula e fora dela também (DRAGONE, 1999). Quase sempre em sala de aula as agressões denotam falhas técnicas dos cursos, falta de estrutura de vida dos alunos, falta de compromisso da família e comunidade escolar.

No estudo de Noronha, Assunção e Oliveira (2008), os professores após muitas intervenções, confrontos e brigas de alunos em sala de aula deixam de dar atenção, ignorando a indisciplina como estratégia para lidar com o limite do cansaço e seus efeitos físicos e emocionais. Mas esse desligamento é uma manifestação de sofrimento diante da exaustão da sua energia, pois a condução da sala de aula é de responsabilidade pedagógica e das competências individuais e relacionais e nunca

atribuídas às condições de trabalho. A gestão escolar espera sempre, do professor, domínio total da turma, que ele seja formado e esteja estimulado a desenvolver no aluno as competências necessárias ao desenvolvimento do conteúdo do ensino, mesmo que o aluno não esteja preparado nem disposto ao ensino-aprendizagem.

O estudo mostra, ainda, que o professor já exerce várias funções por falta de pessoal para auxiliar, evidenciando fatores ambientais interferindo no trabalho, como também recursos materiais modernizados para justificar a ausência de funcionários para agilizar o trabalho do professor no dia a dia da escola. Assim, intensificando o trabalho para alcançar os objetivos da escola com menos pessoal e o tempo mais reduzido pelas inúmeras demandas da escola, para se organizar e responder por seu trabalho, se sobrecarrega ainda mais.

As autoras, a partir das pesquisas, concluem que todos esses aspectos se associam ao trabalho docente, e agravamento à saúde partindo das intercorrências de ambiente intranquilo e estressante, relacionamentos desgastantes e sofridos em sala de aula, ambiente físico inadequado em espaço e número de alunos, falta de materiais condizentes com as atividades propostas pelo sistema educacional, inexistência de equipamentos para diversificação e ampliação das atividades pedagógicas, excesso de pó de giz pelo uso constante. Tudo isso define o tipo de ambiente estressante que é associado aos transtornos mentais apresentados pelos professores na ação docente, evidenciando a necessidade de mudança de foco, precisando estar mais centrado nos recursos externos ao professor e na qualidade de vida no trabalho docente e no ensino.

As vivências descritas acrescidas da falta de remuneração adequada aos trabalhos ministrados nos diferentes níveis de ensino refletem a desvalorização do trabalho docente, aumentando assim, o mal-estar gerado na ação, que se diz pedagógica, emergindo ressentimentos e falta de reconhecimento pelo investimento pessoal que implica o trabalho no desafio docente de operar adequadamente na sala de aula e as constantes mudanças e reformas educacionais muitas vezes incompatíveis com a realidade existente.

O trabalho é um operador da saúde mental, desde que as contribuições coletivas e singulares à organização do trabalho possam ser objetivo de uma retribuição simbólica, ou seja, trata-se da teoria da psicodinâmica, do reconhecimento pelo trabalho realizado (DEJOURS; MOLINIER, 1994).

Nessas condições de trabalho o professor se esforça para superar os desequilíbrios estruturais usando recursos cognitivos e biológicos, levando a um desgaste maior dos recursos físicos, principalmente da voz, sua principal ferramenta de trabalho, na busca de controle e equilíbrio da sala de aula. Para Lerner (1994) estresse ou esforço no trabalho está associado a cinco componentes da qualidade de vida: funcionamento físico, vitalidade, funcionamento social, saúde mental e emocional. Salienta ainda que estressores ocupacionais e desfechos relacionados a doenças cardiovasculares, causados pelo movimento de racionalização do trabalho e as tensões do cotidiano, aumentam a possibilidade do adoecimento docente.

A educação precisa considerar todos esses entraves que estão relacionados à promoção da saúde, na ação do trabalho prestado à comunidade, fazendo uso do serviço específico de ensinar, considerando os determinantes sociais da própria saúde, das necessidades implícitas no trabalho docente e dos trabalhadores da educação em geral.

Segundo as autoras da publicação *Condições do trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil*, Souza e Leite (2011), o Estado da Arte mostra que praticamente todos os estudos realizados que se referem ao mal-estar na docência e que se manifestam nas diferentes modalidades de ensino, são oriundos de escolas Municipais, Estaduais ou Particulares, levando em consideração suas diferenciações e particularidades. No geral as questões técnicas e os procedimentos de pesquisa são os primeiros problemas enfrentados, pois, por apresentarem amostras representativas, não permitem a generalização dos dados, deixando a desejar na contextualização e, assim, no conhecimento profundo dos problemas expressados pelos professores. Os estudos realizados nas áreas das ciências humanas mostram a pouca habilidade dos pesquisadores no trabalho relacionado à saúde. Assim, a análise feita em relação aos problemas dos professores vindas da área biológica não são vistas a partir das características sociais, não levando ao enfrentamento dos problemas, apresentando apenas enfoque individual.

As autoras afirmam, também, que muitos estudos são pautados na psicologia do Trabalho e Psicodinâmica do trabalho, de Christophe Dejours, sendo a linguagem o meio de apreender o significado das vivências dos professores. Assim elas discorrem sobre a questão do sofrimento, concebido como vivência subjetiva intermediária entre o bem-estar psíquico e os transtornos mentais, nas dimensões da organização do trabalho nas escolas.

O estudo aprofundado pelas autoras, que tem por base muitos estudiosos consagrados que se referem aos problemas relacionados às condições de trabalho docente nas diversas escolas do Brasil, servirá de base para a interpretação de dados da pesquisa em questão, destacando-se:

- Baixos salários, precárias condições de trabalho (temperatura das salas, ruído, superlotação, cansaço físico pela longa jornada, dupla jornada das professoras (profissional e doméstica), a falta de tempo para si, a angústia gerada pelas exigências sociais da atividade (ZACCHI, 2004);
- A complexidade das tarefas desenvolvidas e a falta de recursos materiais; os problemas sócio-familiares dos alunos; os ritmos de trabalho, a multiplicidade de tarefas diferenciadas e simultâneas, o uso elevado da voz, as posturas desconfortáveis, a pouca frequência de pausas, as cargas psíquicas acumuladas, a falta de valorização do trabalho realizado, o estado psicológico do aluno, a burocratização e rotinização das atividades educativas, a prescrição do trabalho, as dificuldades nas relações com as famílias dos alunos (que tendem a encarar os profissionais pelo sucesso ou insucesso de seus filhos), a falta de diálogo com a administração; a violência na escola (briga entre alunos, roubo, ameaças de alunos, depredação do espaço), a necessidade de o professor fazer outras atividades como forma de aumentar a renda; o trajeto frequentemente longo entre casa e local de trabalho (CARNEIRO, 2001);
- O trabalho em mais de uma escola, a necessidade de realização de parte do trabalho no universo doméstico (preparação de aulas, correção de provas), a dificuldade de participação em cursos de aperfeiçoamento (OLIVEIRA, 2001);
- A expansão dos contratos de trabalho para horistas e as políticas educacionais autoritárias (PEREIRA, 2000);
- A inserção do voluntariado e da participação comunitária na escola (provocando descentralização das decisões e atribuindo à escola, ao professor e à comunidade a responsabilidade pela educação básica), a inadequação do espaço físico, expressas nas carteiras baixas e no reduzido tamanho das salas (NORONHA, 2001);
- A perda de autonomia e a divisão do trabalho, os movimentos repetitivos, o aumento das exigências cognitivas, as más condições das cantinas, a má higiene e limpeza escolar, a insegurança quanto a demissão (LIMA, 2000);

- A falta de água, a insuficiência de carteiras, o comprometimento da rede elétrica, além de ocorrências frequentes relacionadas a agressões, salários em atraso, falta de concursos públicos para a provisão de cargos e o conseqüente crescimento da contratação temporária (MASCARELLO, 2004);
- O uso de horas extras (que deveria ser destinada a suprir licenças de outros professores) para preencher vagas reais, tendo em vista que o número de servidores nomeados é insuficiente para atender a demanda das escolas (SUZIN, 2005);
- A perda da identidade (VIEIRA, 2004); a ausência de mesas para o professor nas salas de aula (AMADO, 2000);
- A necessidade de permanecer em pé durante toda a aula, escrever na lousa, corrigir caderno na carteira do aluno na posição em pé com inclinação do tronco, apagar a lousa, entregar livros, cadernos e outros materiais didáticos aos alunos ou levá-los para casa, retirar e carregar grandes quantidades de materiais do armário, reproduzir atividades em máquinas, segurar livro ou caderno em uma mão, enquanto escreve na lousa com a outra (PANZERI, 2004);
- A imagem errônea da opinião pública sobre o professor e a nomeação de professores pela administração (SANTOS, 2004);
- AS novas exigências de qualificação, como polivalência, qualificação técnica, participação criadora, mobilização da subjetividade, capacidade de diagnosticar e de decidir (GASPARINI, 2005);
- O sentimento de culpa por não dar conta satisfatoriamente de todas as atividades, a dificuldade de se estabelecerem espaços de intercambio de ideias, principalmente pela falta de tempo, a insuficiência de laços de cooperação, a forma como vem sendo implantada a avaliação continuada (entendida como obrigação de aprovar alunos), a padronização do currículo e dos métodos de ensino, a falta de acompanhamento técnico (NEVES, 1999);
- O fato de que estar na escola significa não apenas dar aulas, mas também atender pais e alunos, inclusive em horários de pausa e alimentação, os deslocamentos entre os locais de trabalho são também fonte de desgaste e esgotamento dadas as condições de transporte da cidade (GOMES,2002);
- A inclusão de alunos especiais e o assédio moral (LIMA, 2004).

Tantas preocupações e exigências do trabalho docente levam ao cansaço físico e mental, e as condições em que ele se dá, nem sempre compatíveis com as exigências da sociedade, muitas vezes reforçam essa demanda negativa no ambiente de trabalho, principalmente quando submetidos à sobrecarga de trabalho e às relações interpessoais conflituosas. Galvão (2004) associa tudo isso a depressão que leva essa tensão sofrida pelo docente, definindo como sensação de tristeza; perda de interesse por atividades que antes eram prazerosas; perda ou aumento do apetite ou do peso; insônia ou sonolência; sensação de falta de energia ou vontade; ansiedade e falta de concentração; sentimento de inutilidade ou culpabilidade; dificuldade de tomar decisões; perda do desejo de viver e até ideias de morte ou suicídio, são tantas as causas que não é possível precisar porque uns professores se deprimem e outros não. Afirma também que as possibilidades aumentam com a ausência de uma relação estreita, íntima e de qualidade, seja com o cônjuge, namorado, amigos ou familiares, que colaboram na qualidade de vida, na convivência com pessoas queridas, enfrentando melhor os problemas cotidianos.

Considerando outros estudos com levantamento de dados sobre as condições de trabalho dos professores o INFE (Índice de Infra-Estrutura das escolas brasileiras) adotado por Codo (2003), apontou que os piores resultados das escolas brasileiras não estão nas condições ambientais e sim nos materiais de apoio do ensino (som, biblioteca, computadores, copiadoras, oficinas, e outros) e em recursos que promovem melhores condições de trabalho como sala de repouso, telefones, armários individuais para os professores e outros. Segundo a maioria dos professores entrevistados considera como regular a estrutura física de suas escolas, mas a principal causa de sofrimento ou incômodo para os professores (72,6%) foi indicada a superlotação das salas de aula, depois a falta de material didático (67,3%), e a dificuldade de aprendizagem (64,5%).

Nos estudos de Santos (2004) também apareceram como maior indicador de agravo à saúde e bem estar dos professores entrevistados (97,6%) considerando que o número excessivo de alunos em sala de aula promove desgaste, relação do cansaço mental e nervosismo com o número de alunos por sala. Nesse sentido, ainda no estudo de Codo (2003) o número médio é de 37 alunos por sala, considerando que a carga mental exigida aumenta com o crescimento de alunos por sala, devido ao conflito entre as exigências e as possibilidades, requerendo maior exigência cognitiva e mental, quanto maior o número de alunos menor a possibilidade do vínculo

professor–aluno, reafirma ainda que a precariedade das condições objetivas são motivos de sofrimento, principalmente o impacto das condições subjetivas na saúde dos educadores. Acompanhando os dados da pesquisa feita com professores da Rede Estadual de São Paulo, a principal queixa dos professores entrevistados foi o cansaço (79,7%), seguido pelo nervosismo (61,1%), e depois pelos problemas da voz (57,1%) e por fim dores nas pernas (57,1%). O cansaço e o nervosismo caracterizam-se por manifestações físicas e mentais relacionadas e agravadas pelos incômodos do ambiente estressor e da organização do trabalho. Em seus estudos Esteve (1999) considera que o mal estar docente no trabalho está relacionado a fatores principais, que dispensam o esforço do professor, como, recursos materiais, condições de trabalho, a violência e acumulação de exigências, e também a fatores secundários gerados no contexto social, como as modificações das exigências do papel do professor, diminuição do apoio social e a imagem utópica do professor.

Já os dados apresentados pela pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da APEOESP/DIEESE (2003) com professores de Ensino Fundamental referem-se principalmente aos distúrbios mentais e comportamentais, osteomusculares e relacionados com a voz, revelando forte relação com a organização e o ambiente de trabalho. Em relação aos distúrbios mentais e comportamentais o estresse (46,2%) configura grande incidência entre os professores, sendo citada como doença relacionada ao trabalho, caracterizando-se como um estado de tensão frequente que causa desequilíbrio, decorrente da impossibilidade do organismo de responder às demandas, sejam elas internas ou externas (familiares, sociais ou do trabalho) constituindo uma sensação desagradável, afetando a qualidade de vida dos professores. Já o estresse ocupacional é aquele agravado ou desencadeado na organização e nas condições do trabalho, na auto demanda interna e institucional, nas inter-relações e em como o trabalho é realizado. Vários estudos e também a Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera o estresse um risco ocupacional do educador.

Segundo Esteves (1999) as férias escolares e as faltas ao trabalho tem o papel de romper os ciclos de estresse do educador, como também as licenças médicas servem para aliviar as tensões da sobrecarga e possibilitar nova recuperação, sendo a maior incidência delas nos finais de trimestres e dos cursos, como apontam também as pesquisas de Gasparini (2005).

No estudo de Pitthers (1995) os professores apresentaram maiores níveis de estresse ocupacional em comparação com as outras ocupações: situação que pode justificar tão elevado nível de estresse com 46,2% de diagnósticos confirmados entre professores na pesquisa APEOESP/DIEESE. A depressão também aparece nessa pesquisa com alta prevalência, 25% dos entrevistados afirmaram possuir diagnóstico confirmado de depressão e 55% referiram sentir ansiedade, sendo que a depressão leva à incapacidade para o trabalho e longos períodos de afastamentos. Essa mesma pesquisa apontou uma forte associação entre depressão e estresse, sendo que a Organização Internacional do Trabalho OIT (1981) considera que um estresse permanente pode desencadear em uma depressão. Já a Síndrome de Burnout ocorre como uma reação ao estresse laboral crônico que atinge principalmente cuidadores, com contato direto com seres humanos, como acontece na atividade educacional. Para Codo (2003) “O Burnout é a desistência de quem ainda está lá, já desistiu e permanece no trabalho”, ocorre um desgaste e num extremo o trabalhador desiste, não aguenta mais, entra em Burnout. Em sua pesquisa com 52.000 trabalhadores da educação, em 1.440 escolas do Brasil, 48% sofrem de algum sintoma de Burnout e que 1 em cada 4 educadores sofre de exaustão emocional. Já a análise de queixas e sintomas relacionados ao Burnout na pesquisa APEOESP/DIEESE revelou que os componentes relativos à exaustão emocional (cansaço, sobrecarga, frustração, sentimento de cobrança) eram mais frequentes que os componentes de Despersonalização citados por Codo (impaciência e insensibilidade) que os de Envolvimento Pessoal (satisfação, motivação e vontade de mudar de emprego).

No montante de problemas de professores no trabalho, segundo a pesquisa APEOESP/DIEESE revelou, 57,1% dos entrevistados referiram problemas relacionados a voz, e ainda outros estudos revelaram que professores sofrem mais de distúrbio da voz que a população em geral, como mostra o estudo de Ferreira (2004), 60% dos professores da Prefeitura de São Paulo indicaram possuir alteração da voz. Segundo Carneiro (2003) esses dados mostram que 97% das readaptações funcionais, por voz, concentram-se nas profissões de ensino, demonstrando forte nexos entre distúrbios da voz em professores. Já a pesquisa APEOESP/DIEESE revelou que 26,2% dos entrevistados citaram possuir diagnóstico confirmado de distúrbios da voz e 17,6% referiram seu problema de voz como doença do trabalho, apesar de que não são confirmados como doenças ocupacionais ainda pela Previdência Social e órgãos públicos.

Por fim, os entrevistados na pesquisa APEOESP/DIEESE consideraram que o seu trabalho exige mais ritmo acelerado e movimentos repetitivos do que esforço físico ou postura incômoda, sendo as principais queixas relacionadas ao sistema osteomuscular: foram dores nas pernas (56%), dores na coluna vertebral (48%) e dores musculares em geral (47%), sendo a tendinite o principal diagnóstico confirmado (21,4%). Em relação à doença profissional, 16% afirmaram ter tendinites e 8% quadro de bursites relacionadas ao trabalho.

Os estudos apresentam fortes indícios de que a natureza do trabalho docente pode trazer prejuízos à saúde desses trabalhadores, não esquecendo que, segundo Seligmann-Silva (1986) as tarefas que exigem uma atenção muito concentrada, ou rápidos raciocínios matemáticos realizados sucessivamente, ou outras atividades mentais intensificadas, poderão redundar tanto em dores musculares quanto em forte irritabilidade, estando submetidas, simultaneamente em exigências cognitivas, físicas e emocionais.

Nos estudos de Delcor (2004) tem relato das dores nos ombros como a queixa mais referida 51% dos professores, seguida pelas queixas de dores nas costas (51,4%), e ainda aparecem as varizes em 36,1% dos professores, já na pesquisa APEOESP/DIEESE estas representam diagnóstico confirmado por 20% dos professores entrevistados. As doenças e queixas referidas pelos professores apontam os distúrbios mentais e as alterações osteo-musculares como causas importantes do sofrimento e do adoecimento do professor. Todos os dados levantados ajudaram na montagem do perfil de adoecimento dos educadores a Rede Estadual Paulista, e quando analisados em conjunto com outros estudos mostram coerência e possibilitam identificar hipóteses para outras investigações necessárias, auxiliando na construção de propostas de políticas de saúde para o professor, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida deste profissional docente, reconhecendo a existência de um sofrimento oriundo do trabalho do professor na intrínseca relação entre o trabalho, a saúde e o adoecer na atividade de educar.

Todos esses estudos são feitos com professores de Ensino Fundamental na Rede Estadual de São Paulo, e esse levantamento de dados dos problemas de saúde, que os professores sofrem, sugere o agravamento pelo trabalho estressante do dia a dia e que fazem parte dos desafios enfrentados pela profissão docente.

Apesar de levar em consideração essas pesquisas importantes para situar as condições gerais de como acontece o trabalho docente e o que ele traz como

agravante a saúde enquanto profissão, tendo como foco o desenvolvimento humano, o ensino-aprendizagem e as relações que permeiam essa atividade, fica claro que ainda não se tem muitos estudos com foco somente nos professores que atuam na educação infantil de 0 a 5 anos e suas especificidades enquanto docentes de crianças da primeira infância.

Pesquisas mostram muitas avarias nas condições de trabalho que o professor está submetido em sua profissão docente, existem vários estudos realizados nesse sentido. Mais especificamente com um grupo de professoras de educação básica (Pelotas-RS) incluindo aí professoras de educação infantil da rede municipal. Balinhas *et al* (2013), em seus estudos, identificou um maior percentual de licenças de saúde nesse contexto, aparecendo a medicação como dispositivo para atenuar as situações desfavoráveis do trabalho possibilitando a permanência nas escolas. Em seus estudos chama a medicação ao jogo de relações entre a emergência das professoras em adequarem-se as situações educacionais conflituosas e pouco favoráveis a que estão sujeitas, e as tentativas de atenuar os efeitos prejudiciais sobre sua saúde consumindo medicamentos, buscando se sentirem melhor, diminuindo a irritabilidade, o nervosismo e o estresse. Essas mudanças de comportamento e de humor levam os professores a buscar reequilíbrio e readaptação, tentando através de produtos químicos, prescritos ou adquiridos nas farmácias, um modo de aliviar os problemas em relação a sua saúde.

Em seus estudos, Balinhas *et al* (2003) aponta respostas químicas dadas para questões de ordem subjetiva e/ou social que também ampliam a possibilidade de patologizar as condutas, sendo que qualquer modificação de humor que possa atrapalhar o desenvolvimento pessoal ou profissional é rapidamente contornada com a administração de drogas psiquiátricas. Na urgência de lidar com os problemas da escola e pelas características próprias ao trabalho do cuidar, as docentes não podem se dar ao luxo de gozar uma licença saúde para que a suposta crise de ansiedade se resolva ou seja investigada em suas origens, onde problemas de fundo social passam a ser tratados como mero desequilíbrio entre os componentes químicos do cérebro e o corpo é sacrificado em nome do trabalho, naturalizado como componente da profissão docente, e o largo consumo de medicamentos indicando uma categoria fortemente adoecida.

Ainda, segundo Balinhas *et al* (2003), a disposição das professoras para exercer suas tarefas e a convicção da obrigação em criar formas de driblar os

processos de desprezo com a educação vem sendo culturalmente produzidos. Os significados e sentidos que atravessam os discursos oficiais, midiáticos e familiares invadem as comunidades escolares, tornando a falta de recursos somente um detalhe no trabalho docente. Assim, ao aceitarem tais representações como naturais, acreditam demonstrar sua vocação, seu valor e, com isso pensam conquistar o reconhecimento da comunidade, mas desconfiamos dessa doação da forma como vem ocorrendo, pois, mais do que reconhecimento, o sacrifício - no caso dos professores da rede municipal investigada - transforma-se em adoecimento das professoras, produzindo assim sentimentos que misturam indiferença, fracasso profissional e esgotamento físico e mental entre as docentes.

Em um estudo também realizado no Rio Grande do Sul sobre a saúde das professoras de educação infantil, bem mais recente que os anteriores, Martins (2019) pontua que esse estudo indica um processo de sofrimento de forma acelerada, com a intensificação e precarização de suas condições de trabalho, o que ajuda a entender as crescentes exigências de envolvimento psicológico das professoras realizando seu trabalho em condições desfavoráveis quanto a pouca satisfação pelo trabalho que realizam cotidianamente.

Nesses estudos consta que nesse nível de ensino predominam as mulheres gerando fatores relacionados às questões de gênero, e a falta de demarcação clara entre as atividades de mulher, mãe e professora, que acaba por gerar desprestígio, uma vez que as atividades profissionais de professora são remetidas à figura da babá, às atividades de cuidado e não de educação, emergindo grandes conflitos dessa ausência de clareza quanto ao papel desempenhado pelas professoras, contribuindo para o processo de adoecimento, segundo Vieira (2013).

Por fim, com grande contribuição em termos de estudos recentes Cortez (2017) em seu artigo cita pesquisa realizada com professores de Educação Infantil (menor porcentagem), Ensino Fundamental, Médio e Superior, com objetivos comuns para todos os docentes, tais como compreender a relação entre contexto de trabalho, qualidade de vida e adoecimento docente; verificar a relação entre sintomas vocais, estresse e adoecimento; analisar o sentido atribuído ao trabalho e à saúde; verificar a percepção dos professores sobre práticas de atenção primária e promoção de saúde nas escolas; examinar o papel do poder público e legislações específicas na proteção à saúde do professor; mensurar os níveis de saúde física e mental do professor. A metodologia empregada para a coleta de dados, nesse caso, foi pesquisa qualitativa

e quantitativa, prevalecendo os questionários, com entrevistas, observação participante, e grupo focal. A pesquisa desenvolvida por Cortez (2017) mostra que os resultados dos artigos foram organizados em sete categorias com maior ocorrência entre as investigações encontradas na literatura, sendo elas:

1) Aspectos contextuais do trabalho docente: dupla jornada; excesso de tarefas e dificuldade de relacionamento entre família-escola; aumento da carga de trabalho; demanda por índices institucionais elevados; alta pressão por desempenho e baixo nível de controle das tarefas; desordem em sala de aula; ruídos; hostilidade entre alunos; desvalorização pessoal e salarial; problemas institucionais e baixa remuneração; excesso de alunos em sala e infra-estrutura escolar inadequada para o trabalho.

2) Sintomas físicos: dores corporais e agravos à saúde decorrentes do envelhecimento; perda auditiva e problemas nas cordas vocais; disfonia; dores nos membros superiores e dorso relativas ao esforço excessivo; incoordenação pneumofônica (relação não harmônica das forças expiratórias).

3) Sintomas psíquicos: regressão; exaustão emocional; nervosismo; estresse; insônia; síndrome de Burnout; transtornos psíquicos e afastamento do trabalho; prejuízo na criatividade e domínios socioemocionais; negação, despersonalização e distorções na percepção da importância e do esforço dedicado ao trabalho (riscos e sobrecarga).

4) práticas e medidas de promoção de saúde: favorecer a ética, a autonomia e a preocupação coletiva no trabalho diminuem o estresse ocupacional; a articulação entre pesquisa e trabalho docente favorece a otimização das condições de trabalho pelo professor; a orientação e diagnóstico fonoaudiológico aprimora o cuidado com a própria voz e reduz a exposição ao risco no ambiente de trabalho; os treinos e aquecimentos vocais; as intervenções dialógicas em grupo articulando o saber técnico-profissional apresentam maior eficácia na mudança de hábitos; oportunidades de lazer; melhores condições de trabalho e econômicas; acesso a orientação em saúde vocal; discussão de ideias e utopias políticas e educacionais favorecendo a resistências às dificuldades cotidianas; possibilidade de vivenciar qualidade de vida desenvolvendo mecanismos de suporte social no trabalho e ampliar a compreensão da noção de saúde por parte dos docentes.

5) Políticas públicas e organização do trabalho: a atribuição pelos professores a terceiros (administração escolar, governo e profissionais de saúde) como

responsável pela promoção de saúde; perpetuação do assistencialismo e desconhecimento de políticas públicas pelos educadores; dificuldades dos docentes para atender alunos com deficiência e outras políticas inclusivas pela falta de dispositivos de apoio e treinamento específico; excesso de trabalho em casa; ênfase excessiva às diretrizes curriculares e profissionalizantes em detrimento das percepções dos professores; papel do Estado como regulador do desempenho docente; limitação da lógica de administração gerencial para regular o trabalho docente; desconsideração das necessidades afetivas e subjetivas dos professores; ausência de incentivo para a qualificação e atualização profissional e a inadequação para compreender a prática profissional e formativa exercida pelo docente.

6) Análise das legislações trabalhistas: verificaram poucos documentos que explicassem fatores relacionados à organização do trabalho docente; foram listados agentes nocivos ao trabalho do professor: o ruído, a poeira, a temperatura e a iluminação inadequada; nas legislações estaduais (mais no sudeste) houve maior ênfase no modelo curativo em detrimento da promoção de saúde.

7) Aspectos teórico-metodológico: produções predominantemente descritivas, pesquisas realizadas entre 1987 e 2003; as mais recentes apresentam baixa padronização dos instrumentos e protocolos de avaliação para a triagem e formulação de estratégias de intervenção, as quais se restringem à avaliação vocal.

Em todo esse levantamento de dados a predominância das contribuições dos autores são na maioria da fonoaudiologia e psicologia, com maior ocorrência da perspectiva sociointeracionista buscando articular os achados sobre a saúde docente ao meio em que são produzidos, compreendendo a saúde do trabalhador como um processo biopsicossocial. Já a presença da psicodinâmica do trabalho (DEJOURS, 1994) parece apontar a preocupação dos pesquisadores em compreender a implicação da subjetividade na constituição do processo de saúde-doença vivenciado pelos professores. Nesse estudo a preocupação e articulação entre saúde, subjetividade e contexto-social é evidenciada pelos objetivos dos estudos, os quais articulam ambiente de trabalho, adoecimento, sintomas vocais e estresse com fatores mais amplos, como a qualidade de vida, o que permite inferir o quanto o trabalho é compreendido nas investigações como um dos determinantes sociais do processo de saúde-doença.

Assim, considerando um retrato geral da saúde no trabalho docente, Cortez (2017) aponta ser possível inferir o seguinte quadro: a intensificação da jornada de

trabalho e a desarticulação das políticas que legislam sobre o tema perpetuam a construção de um ciclo de adoecimento físico e mental que implica sofrimento, desestruturação psíquica e problemas vocais aos professores. Reafirma, assim, a necessidade de pesquisas sobre o tema, produzindo conhecimento e aprimoramento das condições de saúde dos professores, levantando indícios de que o adoecimento físico e mental dos professores decorre de administração do trabalho e promoção de saúde insatisfatórias no contexto atual e apresentam-se como questões relevantes no âmbito da saúde coletiva.

## **CAPÍTULO II. AS POLÍTICAS SOBRE A ÁREA PESQUISADA**

Neste capítulo são apontados aspectos que compõem breve histórico das políticas de educação na formação do professor de educação infantil e atendimento na infância segundo Cunha (2016) e outros autores que, tomando como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) discorrem sobre a formação de professores e direitos da criança (apontando toda a legislação desde

1975). São dados que complementam as informações anteriormente relatadas com o apoio das pesquisas.

- ✓ Formação do professor: criação do curso de pedagogia (1939);
- ✓ Ministério da Educação voltado à criança de 04 a 06 anos somente em 1975, quando criada a Coordenação de educação ou protocolos a serem cumpridos (BRASIL, 1975);
- ✓ Em 1986 para elaborar uma proposta de atenção à criança foi criada a Comissão Nacional Criança e Constituinte por portaria do Ministério da educação (BRASIL, 1986)
- ✓ Constituição Federal 1988 art. 228 – Responsabilidade por parte do Poder Público para com a Educação Infantil, garantindo assistência gratuita em creches e pré-escolas pelo município (BRASIL, 1988);
- ✓ Constituição Federal 1988 art. 227 – A criança alcança seu reconhecimento como sujeito de direitos, tornando a creche e a pré-escola instituições educativas unificando o conceito de educação (BRASIL, 1988);
- ✓ Lei 8.069/1990- ECA regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, insere a criança no mundo considerado sujeito de direitos, especialmente direitos humanos (BRASIL,1990);
- ✓ Ministério da Educação (1994) – Elabora a política Nacional da Educação Infantil com objetivo de expansão da oferta de vagas, fortalecimento da concepção e melhoria das ações às instituições de atendimento (BRASIL, 1994);
- ✓ Ministério da Educação (1995) – Melhora a qualidade do atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos com a elaboração e implementação das propostas pedagógicas e curriculares, promoção da formação docente e a valorização dos profissionais. E mais adiante a criação de um sistema de informação sobre a criança de 0 a 6 anos (BRASIL, 1995);
- ✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) – Ações voltadas às crianças de 0 a 6 anos vinculadas ao Ministério da Saúde, Previdência, Assistência Social e da Justiça (BRASIL, 1996);
- ✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) – Reconhecimento da Educação Infantil como 1ª etapa da educação básica, definindo seu desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social em complementação à ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996);

- ✓ Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 4, inciso IV – Regulamenta o dever da União na efetivação da educação escolar pública, atendimento gratuito de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, atendendo as especificidades dessa faixa etária (BRASIL, 1996);
- ✓ Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 61 – Assegura que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 1996);
- ✓ Constituição Federal (1988) – À ela é feita a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que substitui a expressão Educação Pré-escolar por Educação Infantil (BRASIL, 1998);
- ✓ Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - Resolução nº 01, de 07 de abril de 1999 – Definindo princípios, fundamentos e procedimentos para propostas pedagógicas considerando o processo de desenvolvimento da criança (BRASIL, 1999);
- ✓ Plano Nacional de Educação (2001) – Estabelece as regras para apoio técnico e auxílio financeiro sob a responsabilidade do governo Estadual e Federal (BRASIL, 2001);
- ✓ Ministério da Educação (2005) – Apresenta documento da Política Nacional da Educação Infantil com direito da criança de 0 a 6 anos à educação, definindo diretrizes, objetivos, metas e estratégias de ensino e recomendações que a prática pedagógica considere os saberes produzidos no cotidiano e atendimento de no mínimo 4 horas na instituição (BRASIL, 2005);
- ✓ Emenda Constitucional nº 59 (2009) – Tornou obrigatória a educação para a faixa etária que se inicia aos 4 anos de idade e estende-se até os 16 anos (BRASIL, 2009);
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010) – Visa a necessidade de estruturar e organizar ações educativas com qualidade e a valorização do papel do professor que atua com crianças de 0 a 5 anos (BRASIL, 2010);
- ✓ Lei nº12.796/2013 – Escolarização obrigatória dos 04 aos 17 anos (desafio de maior qualidade no processo do ensino) (BRASIL, 2013);

✓ Plano Nacional de Educação de 25 de junho de 2014, Meta nº 01 – Universalização da Educação Infantil até o ano de 2016 para crianças de 04 a 05 anos e ampliação da oferta de vagas de educação infantil e creches em 50% até o final da vigência do plano em 2024 (BRASIL, 2014).

Visualizando todos esses documentos fica clara a trajetória da Educação Infantil no Brasil, que foi relegada por muito tempo ao assistencialismo, sendo reconhecida como educação pedagógica muito mais tarde do que outros aspectos da educação, e por muito tempo associada à entrada no Ensino Fundamental, ou seja, “preparo para ele”. Assim sendo as políticas públicas de formação para o professor de Educação Infantil são ainda inovadoras e paralelas às da Educação Básica, visando quase sempre o ensino fundamental.

A Política Nacional de Educação Infantil (1994) aponta algumas particularidades explicitando a articulação do cuidar e educar complementando os cuidados e educação oferecidos pela família, centrando o trabalho do professor na compreensão e concepção de criança como sujeito ativo e social, interagindo com o meio e oportunizando o desenvolvimento próprio, construindo seu conhecimento e sua própria história. Mas, pensando no aluno ainda de maneira assistencialista, ainda que mais aberto à construção do conhecimento, sem investimento no trabalho teórico-prático pedagógico importante para o desenvolvimento cognitivo da criança e melhoria da qualidade do trabalho do professor.

Já o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), em suas políticas de formação de professores, não tem nada específico para aqueles que atuam na educação infantil, quase sempre está voltado à educação básica, ou seja, acredita-se que já está intrínseco no trabalho com as séries iniciais. Mas quem trabalha na educação infantil sabe que o Plano Nacional da Educação não contempla a criação de políticas específicas visando o perfil profissional docente para essa faixa etária, com currículos adequados de formação e reestruturação teórico-prática. Somente a formação em nível superior não garante a formação adequada e suficiente à prática pedagógica necessária ao desenvolvimento de todos os aspectos das etapas da educação infantil, como aponta Cunha (2016):

Entretanto, a questão da formação não passa apenas pelo comprometimento e o querer aprender e atualizar-se da educadora, é preciso investimento e políticas que lhe assegurem o direito a esta formação, bem como incentivo, valorização da profissão, planos de carreira que proporcionem o alcance dos objetivos propostos para a educação infantil. Para tanto o professor precisa

buscar, ter condições e acesso à formação qualificada, que lhe dê aportes teóricos que venham elucidar sua prática, pois, ao se pensar sobre os eixos educar e cuidar, tão discutidos e defendidos por educadores e estudiosos da área, remete-se novamente à questão da mediação no processo de desenvolvimento e aprendizagem (CUNHA, 2016, p.60).

As políticas públicas precisam levar em consideração a diversidade cultural, econômica e espacial compatível com a realidade do país, num contexto sócio-geográfico importante, que sofrem interferências de cada realidade, não podendo ser vista como obstáculo e sim como desafios a serem superados.

Com o avanço tecnológico, o acesso rápido às informações, as mudanças e adequações nas práticas pedagógicas é preciso correr para acompanhar esse desenvolvimento, mudando a postura da formação e de formadores da profissão docente, como afirma Cunha (2016, p.62) “é necessário ter a profissão de professor como construção dinâmica que traz consigo diferentes desdobramentos com consequências imediatas na sua formação/ atuação”.

É preciso reconhecer o diferencial desse grupo e considerar os sujeitos que existem nele, quais relações são estabelecidas e suas características, e por outro lado quem vai trabalhar com esse grupo, como se organizar para isso, que formação profissional é necessária, como se estruturar enquanto sujeito coletivo, quais métodos e apoio teórico embasará sua atuação. Fica clara a existência de transferência dessa responsabilidade aos educadores que muitas vezes não se sentem capazes e aptos para responder a esta nova demanda, dificultando ainda mais seu trabalho.

Assim, para melhorar a visão das políticas educacionais para a educação infantil, antes de tudo, é fundamental considerar o trabalho integrado com a família, sendo preciso que cada um tenha seu papel nessa relação escola/família muito bem definido, compreendendo que o professor deve ter habilidades que o ajudem a lidar com as ansiedades da família, partilhando decisões e ações das práticas pedagógicas que envolvem o ensino-aprendizagem, oportunizando à família conhecer melhor o desenvolvimento infantil de seus filhos, e fortalecendo seu próprio trabalho de acordo com a realidade compreendida, e concluindo, Cunha (2016, p.63) conta com uma certeza: repensar os processos didático-pedagógicos desenvolvidos nas escolas e para esta tarefa os professores são fundamentais, mas precisam estar preparados para isso, daí a importância de sua formação ser consistente. O desafio de se atingir a educação de qualidade pressupõe o enfrentamento da questão da formação do

professor e da melhoria das condições de trabalho para que possam promover maior profissionalização, bases de política na área.

Para entender um pouco mais sobre a profissão docente, foram estudados alguns autores que trazem a trajetória da educação no Brasil desde o início da escolarização e como se dá a formação docente até os dias de hoje, considerando a atuação na educação infantil como de grande importância e vista com mais atenção e clareza por teóricos e pedagogos a bem pouco tempo, deixando o foco assistencialista dos primórdios para se desenvolver pedagogicamente, considerando o desenvolvimento infantil amplo e integral, em todos seus aspectos; físico, social, intelectual e afetivo, como prioridade para a formação humana do cidadão na primeira infância.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil que define a criança como

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 12).

Traz também nesse contexto discussões importantes que têm como meta formar melhores professores, mais preparados e em condições específicas ao desenvolvimento da primeira infância, com base nas características da Educação Infantil, garantindo seu espaço dentro da Educação Básica, sendo mais valorizado e também obrigatório a partir dos 4 anos de idade, com a Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009, determinando a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos.

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) uma nova pedagogia para a educação infantil vem se construindo considerando as especificidades e particularidades da primeira infância, com o compromisso de formação além do domínio do conteúdo, como também acesso a habilidades práticas, visando o aumento da autonomia, a autoconfiança e o prazer no desenvolvimento do trabalho. É esperado do professor, entre outros saberes, sensibilidade e concepção de criança (sujeito histórico, social, cultural, biológico e de direitos) com conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança, que seja autônomo, crítico, criativo e que obtenha boas relações com o grupo.

## 2.1) Atribuições do Cargo

No cumprimento do trabalho docente desenvolvido nas Unidades Escolares, é necessário atentar sobre as atribuições do cargo, que segundo o Estatuto do Magistério Público Municipal de Rio Claro- Lei Complementar nº24 de 15 de outubro de 2007 – são atribuições e responsabilidades dos docentes na Educação Básica, compiladas nas Propostas Pedagógicas das Unidades Escolares Municipais:

- Planejar diariamente as aulas e as atividades e fazer a correspondente seleção de materiais didáticos e pedagógicos;
- Ministrar aulas de acordo com o Projeto Pedagógico da Unidade Educacional;
- Avaliar o educando, considerando seu desenvolvimento pleno;
- Identificar educando que necessite de atendimento especializado, encaminhando-os à equipe pedagógica da Secretaria Municipal da Educação;
- Estabelecer estratégias de intervenção no processo de aprendizagem dos educandos que apresentem dificuldades e implementar as mais adequadas;
- Cumprir a jornada de trabalho, em tantos dias quantos estejam previstos no calendário escolar;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação e das atividades orientadas para o seu desenvolvimento profissional;
- Colaborar em atividades para promover a melhor articulação entre escola, famílias e comunidade;
- Cumprir dentro de suas atribuições as tarefas que a Unidade Educacional defina como indispensáveis para que a escola atinja seus fins educacionais ou como relevantes para o sucesso do processo de ensino aprendizagem.

Para viabilizar a efetivação dos direitos de aprendizagem, constantes nos Planos de Ensino e alicerçados na Base Nacional Comum Curricular, é importante que o docente acompanhe as aprendizagens dos educandos por meio de registros (portfólios, relatórios, entre outros), que evidenciem seus avanços, sem a intenção de seleção, promoção ou classificação (BRASIL, 2018, p. 37).

Todo trabalho pedagógico desenvolvido pelo docente necessita ser avaliado de forma contínua, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

De acordo com o inciso I do Artigo 31 da LDB nº 9394/96, na educação infantil a avaliação far-se-á “mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996).

Pensando na construção de uma escola de qualidade, a Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro tem em suas metas previstas a formação permanente e a valorização dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, priorizando a existência de atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, o desenvolvimento de valores, e a valorização da autoestima proporcionando ao aluno um ambiente saudável de aprendizagem.

A organização do sistema educacional de Rio Claro baseia-se nos dispositivos constitucionais vigentes, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Estatuto da Criança e Adolescente, no Conselho Municipal de Educação de Rio Claro, na Lei de Diretrizes Curriculares e Reorientação Curricular, respeitadas as Normas Regimentais Básicas e Conselho de Escola que constam no Estatuto do Magistério Público Municipal de Rio Claro (RIO CLARO, 2007).

Segundo o Referencial Curricular Nacional (BRASIL, 1988), quando se trata do perfil profissional, o trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente, cabendo ao professor trabalhar com conteúdos de diversas naturezas, abrangendo cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos de diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda uma formação ampla do profissional, tornando ele próprio aprendiz, refletindo sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade, buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação.

Para que os projetos educativos possam representar esse diálogo constante, é preciso ter professores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis.

A participação dos pais junto com os docentes e demais profissionais da educação, nos Conselhos Escolares, acompanhamento de projetos didáticos e atividades promovidas pela instituição possibilita agregar experiências e saberes e articular os contextos de desenvolvimento da criança (BRASIL, 2009b).

Também é preciso o olhar atento do professor sobre o tratamento que algumas crianças possam apresentar (descuido, negligência, violência física e psicológica, discriminação, superproteção, abandono e outros) que deve ser discutida com a Equipe Gestora para que formas produtivas de esclarecimento e eventuais encaminhamentos sejam pensados (BRASIL, 2009b).

Acredita-se que a integração entre a escola, família e comunidade é de fundamental importância para o êxito do desenvolvimento infantil e, conseqüentemente, para uma educação de qualidade, sendo o professor o pivô dessa relação, baseada em princípios, diretrizes pedagógicas e fundamentadas na ação profissional docente.

## **2.2) Regimento Escolar (Direitos e Deveres)**

Aos profissionais da educação, também se fazem necessários comportamentos e atitudes de um ser humano íntegro, com boa conduta, que tenha boas relações profissionais com o grupo e que, acima de tudo, atenda, com dignidade humana, toda a comunidade escolar, promovendo a integração e um ambiente profissional de convivência saudável, sendo necessário ter claro direitos e deveres que sejam cumpridos e respeitados por todos, descritos no Regimento Escolar deliberados pelo Conselho Municipal de Educação de Rio Claro – COMERC (RIO CLARO, 2011).

### *Seção I*

Dos direitos e deveres da direção, corpo docente e funcionários

Artigo 27– Além dos *direitos* decorrentes da legislação específica são assegurados à direção, docentes e funcionários:

- I.o direito à realização humana e valorização profissional;
- II.o direito ao respeito e às condições condignas de trabalho;
- III.o direito de recursos à autoridade superior;
- IV.ambiente e condições propícios para que possam desenvolver seu trabalho com eficiência;
- V.reivindicar condições físicas, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho de seu trabalho, cabendo à direção atender seus pedidos, quando possível, em conformidade com critérios subordinados aos objetivos gerais do estabelecimento e à existência de verbas destinadas à escola;
- VI.solicitar e receber informações da direção e da secretaria da escola, sempre que o desejarem;
- VII.ter acesso às informações precisas e atualizadas sobre sua vida funcional.

Os professores precisam ter seus direitos garantidos no âmbito geral pelo Sistema Educacional Municipal e mais diretamente à prática do trabalho docente nas Unidades escolares, através de uma Gestão Escolar democrática e participativa,

contribuindo para o bem estar do professor e com a qualidade das relações no desenvolvimento do trabalho.

Bem mais extensos são os deveres que assumem com a profissão docente que tem suas obrigações entremeadas nas inter-relações e convivência diária com seres humanos, cumprindo o compromisso pedagógico assumido e as responsabilidades que lhe impõem a função docente, conforme se verifica nos artigos a seguir:

Artigo 28 – Aos diretores, docentes e funcionários caberão por outro lado, além do que for previsto na legislação, os seguintes deveres:

- I. assumir integralmente as responsabilidades e deveres decorrentes de suas funções;
- II. cumprir seu horário de trabalho, reuniões e período de permanência na escola;
- III. manter com seus colegas um espírito de colaboração e amizade;
- IV. trabalhar coletivamente;
- V. comunicar à direção todas as irregularidades que ocorrerem no estabelecimento, quando delas tiver conhecimento e sobre elas representar, se for o caso;
- VI. avisar, possivelmente, suas ausências e/ou licenças com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas;
- VII. participar da Associação de Pais e Mestres e do Conselho de Escola;
- VIII. comparecer ao local de trabalho adequadamente trajado, para o desempenho de cada função;
- IX. não fumar no ambiente escolar, de acordo com a Lei Federal nº 9.294, de 15/07/1996. Lei Estadual nº 130 de 16/04/2008 e Lei Estadual nº 13.541 de 07/05/2009;
- X. comparecer com pontualidade e assiduidade e desempenhar as suas funções;
- XI. atender as solicitações do superior imediato, quando for para o cumprimento dos objetivos da escola;
- XII. participar de cursos de capacitação em serviço e formação continuada;
- XIII. comunicar à direção da escola os casos de doenças infecto-contagiosas, para o controle da vigilância epidemiológica;
- XIV. ter procedimento correto em relação a atestado de saúde, conforme legislação vigente;
- XV. assinar diariamente o livro ponto;
- XVI. apresentar registros e relatórios das atividades desenvolvidas quando solicitados;
- XVII. não fazer uso do aparelho de celular dentro da sala de aula, durante o horário de trabalho;
- XVIII. ausentar-se da sala ou das atividades com as crianças somente se outro educador puder ocupar seu lugar.

Artigo 29 – O corpo docente, além de outros previstos na legislação, tem os seguintes deveres:

- I. planejar, desenvolver e avaliar as atividades de ensino e de aprendizagem em classe e extra-classe;

- II. participar da elaboração e da consecução do Projeto Político Pedagógico, Plano de Ensino e projetos especiais;
- III. apresentar diagnóstico, relatórios e projetos de atividades de ensino quando solicitados;
- IV. ocupar-se em classe, exclusivamente, com o processo de ensino e de aprendizagem;
- V. tratar os colegas, funcionários, pais e educandos com paciência, civilidade e respeito;
- VI. comparecer com pontualidade e assiduidade à escola e reger classe dentro do horário previsto;
- VII. cumprir horário integral das aulas e não dispensar os educandos antes do término das mesmas, sem autorização da direção;
- VIII. elaborar plano de aula e organizar os materiais necessários com antecedência;
- IX. proceder à observação dos educandos, identificando necessidades e carências de ordem social, psicológica, material ou de saúde que interferem na aprendizagem, encaminhando-os à direção da escola para as devidas providências;
- X. informar à Direção e ao Professor Coordenador sobre a frequência irregular dos educandos;
- XI. escriturar os diários de classe, preencher e entregar os documentos solicitados nos prazos fixados;
- XII. comunicar à Direção da escola os casos de doenças infecto-contagiosas;
- XIII. manter a disciplina da classe e colaborar para a ordem e disciplina geral do estabelecimento;
- XIV. manter atualizados os registros relativos à suas atividades e fornecer informações quando solicitadas pela direção;
- XV. tomar parte, quando designado, de comissões de análise, avaliação, verificação e outras;
- XVI. comparecer às reuniões quando convocados;
- XVII. atender às solicitações do Diretor, quando feitas para o interesse do ensino;
- XVIII. não fazer uso de celular em horário de aula;
- XIX. não se ausentar da sala de aula sem deixar um responsável para o cuidado da mesma;
- XX. estar atento às crianças que apresentarem maus tratos vindo de casa, levando ao conhecimento da Direção;
- XXI. participar de programas de atualização, reuniões pedagógicas, horário de trabalho pedagógico coletivo e individual (HTPC e HTPI);
- XXII. entregar seus educandos para as pessoas autorizadas na ficha de matrícula, e encaminhar ao funcionário responsável pela saída do dia aqueles que ficarem após o horário.

Levando em consideração todas essas exigências da profissão docente que devem ser cumpridas e respeitadas, juntamente com as responsabilidades pedagógicas e sociais decorrentes do trabalho do professor, é preciso estar preparado para que essa sobrecarga não altere o bem estar físico e emocional que a dinâmica da sala de aula impõe, às vezes desequilibrando o bem estar físico e desestabilizando o bem estar emocional necessário para desempenhar o trabalho pedagógico e atender as necessidades da demanda dos alunos, famílias e da própria escola.

Mesmo nessa realidade onde os professores são bem assistidos pelo Sistema Educacional Municipal, com suas Coordenadorias imbuídas na orientação pedagógica e as escolas assessoradas pela Supervisão Escolar, o movimento diário inerente da

dinâmica da escola faz com que a rotina profissional do professor seja sempre inovadora, estando ele à mercê de situações inusitadas no seu dia a dia, nas relações com alunos e famílias, ou mesmo com a equipe escolar.

Sabe-se que não há formação suficiente para esse preparo, a profissão docente se constrói na prática, na resolução de problemas, no enfrentamento das situações inesperadas e desafiadoras, necessitando estar sempre atento às possibilidades de soluções rápidas e assertivas.

### **2.3) Possibilidades de Intervenção na Escola**

A escola tem como propósito assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e permanência dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento integral dos mesmos e formação de cidadãos autônomos, críticos e participantes, capazes de agir futuramente na transformação da sociedade articulando as experiências e os saberes com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral. Consideramos que a criança é o centro do planejamento curricular, sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva.

Dessa forma consideramos essencial partirmos da relação não só escola/aluno/família, mas também escola/escola (funcionários, professores, gestores). Envolvendo a todos em um único processo participativo e democrático.

### **2.4) Objetivos da Escola**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n 9394/96), a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos, físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Com base nisso busca:

- I - Proporcionar o desenvolvimento integral das potencialidades biológicas, cognitivas, afetivas, emocionais e sociais dos educandos;
- II - Ampliar as estruturas cognitivas e desenvolver habilidades, atitudes, valores e normas para a vida em comunidade;
- III - Promover o desenvolvimento da sua capacidade de sentir, expressar, descobrir, conhecer, comunicar, criar e transformar;

**IV** - Proporcionar o conhecimento da realidade, valorizando suas experiências pessoais;

**V** - Contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres;

**VI** - Atender as necessidades e interesses da criança, proporcionando oportunidades de experiências que facilitem a aprendizagem;

**VII** - Proporcionar aquisição de comportamentos básicos necessários para a aprendizagem posterior;

**VIII** - Respeitar a individualidade de cada um;

**IX** - Ampliar os horizontes culturais do educando;

**X** - Promover a integração escola – comunidade.

### **2.5) Gestão Escolar (Administrativa/Pedagógica)**

O trabalho da gestão escolar encontra-se pautado no Projeto Político Pedagógico de cada escola, orientado pela Secretaria Municipal da Educação através do Conselho Municipal de Educação de Rio Claro (RIO CLARO, 2011) e respaldado nas Leis que norteiam a educação básica, e direcionado ao atendimento da Educação Infantil.

A escola, juntamente com a comunidade escolar, a APM (Associação de Pais e Mestres) e CE (Conselho de Escola) direcionam o trabalho sempre voltado às necessidades reais da escola, tendo como foco a participação e colaboração dos pais e comunidade, sempre pautados na gestão democrática e no compromisso social, integrando e envolvendo tanto a equipe educativa da escola como a comunidade em seu entorno.

Segundo o Projeto Político Pedagógico a escola está hoje inserida num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é o resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais, a

diversidade de projetos incentiva a criatividade e o diálogo, cria a autonomia e desenvolve a gestão democrática.

É preciso superar a concepção hierarquizada de poder e dar vez às relações verticais de participação de decisões em conjunto, de definições de responsabilidades, de ações compartilhadas e construídas coletivamente entre direção, funcionários, professores, pais e comunidade. Este é o caminho para reconstruir uma escola pública de qualidade.

Assim precisamos de um Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres (APM) atuantes e participativos, além de estarmos abertos a sugestões da comunidade escolar, pois estes são sujeitos envolvidos na melhoria da qualidade de ensino. Desta forma a participação efetiva da comunidade se solidifica com o envolvimento em campanhas, eventos, promoções e participação junto à Direção, buscando a autonomia da escola e melhoria no atendimento. O Conselho de Escola acompanha o planejamento didático, avaliando o processo pedagógico-administrativo nos seus vários aspectos, realizando assim, a integração escola/família/comunidade.

A autonomia e a participação não se limitam à mera declaração de princípios consignados em algum documento, precisa ser sentida no planejamento do trabalho, na organização de eventos e projetos, nas ações propostas.

A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação de informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na formação de grupos de trabalho na capacitação dos recursos humanos.

Os funcionários e professores da Unidade Educacional possuem voz e vez, devem ser consultados para decisões gerais e também às ligadas a função de cada um.

Suas opiniões devem ser respeitadas e analisadas, sendo valorizados no trabalho e incentivados a colaborar e respeitar o trabalho dos demais, tendo sempre em vista que todas as funções são de suma importância dentro da escola e uma não é mais importante que as outras, sendo todas necessárias ao bom andamento do trabalho.

As Escolas contam com um Professor-Coordenador Pedagógico que, junto à Direção da Escola, que tem entre outras, como atribuição essencial, o processo de Educação Continuada dos educadores.

Sabemos que a realidade da escola não é estática, pelo contrário, é constantemente modificada e os saberes que construímos sobre ela precisam ser sempre revistos e ampliados. Assim o papel do Professor-Coordenador é fundamental para proporcionar aos educadores a atualização dos conhecimentos e para levá-los a refletirem e analisarem suas práticas pedagógicas, tendo em vista as transformações desejadas para o trabalho em sala de aula e para a construção da autonomia dos mesmos.

Isso é realizado na unidade educacional através do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), Horário de Trabalho Pedagógico Individual (HTPI) e Reuniões Pedagógicas que se constituem em importantes momentos de formação profissional, discussões e trocas de experiências para que o grupo como um todo se fortaleça e cresça profissionalmente.

### **CAPÍTULO III. ALGUNS FUNDAMENTOS**

Em pleno século XXI ainda se busca uma escola de qualidade que seja capaz de enfrentar os desafios do mundo do trabalho e da prática social. A educação infantil vem ganhando espaço e importância pela necessidade social, de crescimento e desenvolvimento da criança pequena. Com isso grandes transformações vêm acontecendo nas formas de geração e transmissão de conhecimento, muito mais dinâmico e cheio de estímulos, exigindo do professor uma formação mais adequada e atualizada para acompanhar esse ritmo acelerado e desafiador. Para Oliveira (2007, p. 290), “educar nessa faixa etária requer conhecimento profissional que permita analisar e compreender a situação de cada criança e tomar decisões convenientes”.

Na educação escolar a sociedade e a família confiam no professor e esperam atitudes construtivas para com as crianças, despertando expectativas complexas no professor como se só dependesse dele o resultado do seu fazer, não levando em

consideração as variáveis que interferem no seu sucesso, e que independente disso precisa ser bom em sua prática e ter preocupações com o desenvolvimento em relação às crianças sob sua responsabilidade.

E, para isso, é necessário organizar e planejar atividades que possam efetivamente acontecer em sala de aula, onde o docente a partir dessa prática possa qualificar o desenvolvimento das crianças e aprimorar o seu desempenho profissional (KULISZ, 2004, p.50).

Pensar antecipadamente em realizações futuras é planejar, é definir metas e estratégias com comprometimento e responsabilidade.

Com base nas DCNEI (BRASIL, 2009), as instituições de Educação Infantil se constituem em estabelecimentos educacionais que devem educar e cuidar de crianças contando com profissionais com a formação específica legalmente determinada, rejeitando a função de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças. Uma das implicações de cumprir a função sociopolítica e pedagógica da etapa refere-se ao assumir a responsabilidade das instâncias serem espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, por meio de práticas que atuam como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.

O currículo das instituições deve ser concebido como um conjunto de práticas que visem articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças e afetam a construção de suas identidades, sendo que as práticas devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico (BRASIL, 2009).

Essa faixa etária se caracteriza por marcantes aquisições: a marcha, a fala, o controle esfinteriano, a formação da imaginação e da capacidade de fazer de conta

e de representar usando diferentes linguagens. Embora nessas aquisições a dimensão orgânica da criança se faça presente, suas capacidades para discriminar cores, memorizar poemas, representar uma paisagem através de um desenho, consolar uma criança que chora etc., não são constituições universais biologicamente determinadas e esperando o momento de amadurecer. Elas são histórica e culturalmente produzidas nas relações estabelecidas e mediadas por parceiros mais experientes. Assim, a motricidade, a linguagem, o pensamento, a afetividade e a sociabilidade são aspectos integrados e se desenvolvem a partir das interações que a criança estabelece com diferentes parceiros, a depender da maneira como sua capacidade para construir conhecimento é possibilitada e trabalhada nas situações em que vive. No desempenho das tarefas, com os adultos e os seus pares, no confronto dos gestos, das falas, das ações desses parceiros, as crianças modificam sua forma de agir, sentir e pensar (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, as práticas pedagógicas devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências diversas. As instituições precisam organizar situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que as crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades de aprender a cuidar de si, cuidar do outro, do ambiente, e ser cuidada; de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes, selecionados pelo valor formativo que possuem.

Educar de modo indissociado do cuidar é promover subsídios para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc.) e construírem sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças (BRASIL, 2009).

A família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado da criança, onde recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem estar, e constrói suas primeiras formas de significar o mundo. Portanto, o trabalho com as famílias requer que os professores compreendam a necessária parceria em prol da

educação das crianças. O importante é acolher as diferentes formas de organização familiar e respeitar as opiniões e aspirações dos pais sobre seus filhos, favorecendo a integração escola-família-comunidade.

Fica claro, nos documentos citados anteriormente, que o professor da Educação Infantil precisa de conhecimentos específicos, muita competência organizacional, consciência política e sensibilidade ética para lidar com os entraves do dia a dia e conseguir analisar as situações da prática pedagógica, onde cada problema tem sua especificidade de resolução.

Libâneo (2007) diz precisar contemplar ao mesmo tempo a formação cultural e científica e as exigências de respeito à diversidade social e cultural, tendo claros os parâmetros de organização e gestão, com o trabalho pedagógico calcado em intenções políticas e éticas, também didáticas em relação às qualidades humanas, sociais, cognitivas, assim baseadas nas normas de convivência dentro da coletividade.

Constituem, pois desafios à competência de diretores, coordenadores pedagógicos e professores: saber gerir, freqüentemente, conciliar necessidades individuais, e sociais, peculiaridades culturais e exigências universais da convivência humana, preocuparem-se com as relações humanas e com os objetivos pedagógicos e sociais a atingir, estabelecer formas participativas e eficiência nos procedimentos administrativos (LIBÂNEO, 2007, p. 28).

Entender a criança como um todo torna o professor capaz de superar a dicotomia educação e cuidado, levando em consideração os estímulos que as crianças hoje recebem, tanto do ambiente familiar como exteriores, necessitando reformulação da maneira de pensar a educação, e o ensino, dos saberes e práticas que fundamentam a identidade do profissional da Educação Infantil, lembrando que a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) atribui a responsabilidade aos pais na educação de seus filhos e à escola a função complementar, havendo uma transferência dessa responsabilidade aos educadores que não se sentem capazes nem aptos para responder a esta nova demanda, dificultando ainda mais o trabalho docente.

Segundo Oliveira (2007), dada a importância das Diretrizes como instrumento orientador da organização das atividades cotidianas das instituições de Educação infantil, se faz necessário dialogar sobre elas, aproximando da prática pedagógica, ajudando cada professor a criar nas unidades de Educação Infantil, em conjunto, um

ambiente e aperfeiçoamento humanos que contemplem as crianças, suas famílias e a equipe de educadores. Sendo assim, o Parecer CNE/CEB nº20 de 2009 e a Resolução CNE/CEB nº 05 de 2009, que definem as Diretrizes Curriculares de Educação fazem, em primeiro lugar, uma explicitação da identidade da Educação Infantil, condição indispensável para o estabelecimento de normativas em relação ao currículo e a outros aspectos envolvidos em uma proposta pedagógica, apresentando a estrutura legal e institucional da Educação Infantil; em segundo lugar expõem o que deve ser considerado como função sociopolítica e pedagógica das instituições de Educação Infantil, refletindo grande parte das discussões na área e apontam o norte que se deseja para o trabalho junto às crianças. E, em terceiro lugar as Diretrizes partem de uma definição de currículo e apresentam princípios básicos orientadores de um trabalho pedagógico comprometido com a qualidade e a efetivação de oportunidades de desenvolvimento para todas as crianças.

Oliveira (2007) diz, ainda, que a questão pedagógica é tratada pensando que, se a Educação infantil é parte integrante da Educação Básica, como diz a Lei nº 9.394/96 em seu artigo 22, cujas finalidades são desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, essas finalidades devem ser adequadamente interpretadas em relação às crianças pequenas. Nessa interpretação, as formas como as crianças nesse momento de suas vidas, vivenciam o mundo, constroem conhecimentos, expressam-se, interagem e manifestam desejos e curiosidades de modo bastante peculiares, devem servir de referência e de fonte de decisões em relação aos fins educacionais, aos métodos de trabalho, à gestão das unidades e à relação com as famílias.

Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 1998) o perfil profissional do professor está associado à polivalência, dando conta da articulação dos conteúdos e associando as ações de cuidado às necessidades básicas da criança. Nessas competências e habilidades profissionais estaria a observação (das crianças e de si mesma) e a possibilidade de descentralizar do próprio ponto de vista, esforçando-se em compreender a perspectiva da criança, o que envolve a possibilidade de questionar seu pensamento, procurando realmente entendê-lo, problematizá-lo e investigá-lo.

A aprendizagem ocorre quando o ambiente escolar, as atividades e as intervenções do professor favorecem o pensar, o decidir, o agir e o construir

conhecimentos. Nessa perspectiva, o docente deve partir do nível de desenvolvimento efetivo do educando e propor situações desafiadoras e atividades diversificadas que o conduza a progredir e aprender cada vez mais. Deve desafiá-lo, ajudá-lo em seu percurso, possibilitando-lhe construir saberes indispensáveis para sua inserção social.

As interações e brincadeiras devem ser compreendidas como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, pois se consolidam enquanto mediadores de aprendizagem, favorecendo a exploração de objetos e do ambiente social e físico, o respeito aos colegas, a autonomia para agir diante de problemas cotidianos, o estabelecimento de vínculos afetivos com os adultos e crianças. De acordo com Moreno (2007, p. 56), “a educação infantil deve oportunizar a vivência e a experimentação, o ensino globalizado, a participação ativa da criança, a magia, a ludicidade, o movimento, o afeto, a autonomia e a criatividade infantil”.

Cuidar, Educar e Brincar são três elementos indissociáveis e, se trabalhados de forma articulada pelo professor, propondo situações de aprendizagens significativas e múltiplas vivências, favorecem uma ampla visão do desenvolvimento infantil e conduzem à aquisição e construção de conhecimentos.

Partindo do pressuposto de que a educação é direito de todos – acesso, permanência e qualidade do ensino público – o professor deve dar atenção a todos os educandos, independentemente de sua origem, raça, sexo, cor e deficiências, ofertando as mesmas oportunidades, ainda que haja a necessidade de recursos pedagógicos diferenciados. É no ambiente escolar, que a identidade pessoal e social se constrói, por meio das relações interpessoais, sendo tais relações essenciais para o desenvolvimento humano.

Escola inclusiva tem a aprendizagem como foco das atividades escolares e o desenvolvimento humano como meta, independentemente do nível de desempenho a que cada educando seja capaz de chegar. Para que todos tenham seus direitos observados e garantidos há que se respeitar as diferenças. A inclusão prevê a disponibilização de recursos pedagógicos, metodologias educacionais específicas, linguagens e ferramentas diferenciadas que atendam às especificidades e características individuais. Não há receituários prontos e acabados para desenvolver esse trabalho, mas é necessário o comprometimento dos envolvidos no processo pedagógico, sendo primordial o olhar atento dos educadores às necessidades de cada educando.

A participação dos docentes e o compromisso com estratégias e metodologias diversificadas são fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem, sendo necessário que os mesmos estejam preparados para desenvolver uma metodologia que garanta a autonomia intelectual e social do educando construindo continuamente relações entre teorias e práticas, sendo capazes de orientar as crianças individual e coletivamente, avaliando tanto as mesmas, quanto sua prática pedagógica de acordo com critérios associados ao Projeto Político Pedagógico da escola e à legislação vigente. Tais compromissos requerem a participação em programas de formação continuada, em discussões e reflexões pedagógicas na escola, ressignificando os horários coletivos pedagógicos.

Em uma Proposta Pedagógica o aluno é o centro do processo educativo e sua identidade pessoal constrói-se, portanto, na interação com o outro, através das relações sociais. Desta forma,

[...] parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (BRASIL, 2018, p. 37).

É na interação social que os educandos estabelecem relações com o docente, com os colegas e com o conhecimento, que eles vão compondo e ampliando seus repertórios de significados. O educando tem um papel ativo ao selecionar, assimilar, processar, interpretar, conferir significados, construindo ele próprio seu conhecimento, sendo receptor de estímulos e informações (GIOIELLE, 1992).

Os novos conhecimentos ocorrem na combinação do já conhecido com o novo, ou seja, cada nova aprendizagem acontece a partir dos conceitos, ideias, representações e conhecimentos de que a criança já se apropriou em suas experiências anteriores, numa relação de continuidade e ou de ruptura: às vezes a nova informação amplia o conhecimento anterior, mas outras vezes, provoca um desequilíbrio, levando a criança a reformular ideias anteriores, superando-as por uma visão nova e diferente. Assim, aprender não consiste apenas em ir somando informações: ao mesmo tempo em que está aprendendo, a criança está reformulando seus próprios mecanismos de aprender, seu equipamento cognitivo, modificando o que já existe, construindo conhecimentos novos, constituindo-se a si próprio (GIOIELLE, 1992).

Assim todo trabalho que envolve a educação da criança pequena é carregado de esforço e dedicação para ser bem desenvolvido e o professor tem que estar embasado de conhecimentos necessários para corresponder às exigências da prática pedagógica, que necessita constantemente de esforço físico e emocional que o torna suscetível aos estressores ambientais da própria profissão, levando a um desgaste que muitas vezes se torna um problema de saúde apenas observado, não se está atento ao próprio mal estar sentido, gerado por situações mal resolvidas ou ignoradas. Para ajudar os professores a compreenderem essas questões relacionadas ao trabalho docente, é que se aprofundou este trabalho de pesquisa, buscando identificar as causas que provocam as ausências no trabalho por razão de problemas de saúde. Para isso, fez-se uso da coleta de dados nos prontuários dos professores colaboradores, investigando os atestados médicos e suas doenças prescritas, analisando e interpretando os dados contidos nesses documentos, caracterizando assim, o tipo de pesquisa mais adequado à busca de dados.

Antes de fazer uso da pesquisa documental buscou-se referência relatada no item dos fundamentos, pois é importante compreender o que vem a ser documento, que com base nos estudos realizados para esse fim, Bravo (1991) define como realizações produzidas pelo homem, sendo indícios que revelam ideias, opiniões, formas de atuar e viver, podendo ser escritas, dados numéricos, estatísticos, reproduções e objetos.

Segundo Fonseca (2002) a pesquisa documental utiliza fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente, tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento às pesquisas, podendo os documentos serem atuais ou antigos, sendo para contextualização histórica, cultural, social e econômica de um lugar ou grupo de pessoas, em determinado momento da história, utilizada mais nas ciências sociais e humanas, permitindo também fazer análises qualitativas sobre determinado fenômeno e quantitativa quando se analisam bancos de dados com informações numéricas.

Conforme sugere esse mesmo autor, com a diversidade das fontes são obtidas informações de real importância nos documentos de linguagem e escrita constituindo o objeto de pesquisa em foco. Fica assim evidenciada a intencionalidade e a competência do pesquisador para se fazer um bom trabalho usando esse método, considerando todas as fases envolvidas em um processo sistemático desde o acesso aos documentos à definição dos resultados. O método investigativo deve estar

diretamente ligado aos objetivos da pesquisa e ter condições estruturais para responder as suas questões de investigação, apreendendo seu objeto de estudo, exigindo ainda mais do pesquisador, como capacidade reflexiva de compreensão do problema nas relações estabelecidas em seu contexto, principalmente na elaboração das conclusões e em sua comunicação. Já Calado e Ferreira (2004, p. 3), consideram que:

Os documentos são fontes de dados brutos para os investigados e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação.

Na abordagem qualitativa não se enfatiza a quantificação com descrição dos dados e sim a importância das informações contidas na fonte, vistas com cuidado e olhar crítico, podendo ser precioso para uns e insignificante para outros, dependendo do interesse inicial do estudo.

Segundo Gomes (2007) o método de pesquisa documental considera quatro dimensões que diferenciam de outros: a *epistemológica*, pois a partir de um modelo de ciência se avalia se uma pesquisa é ou não científica; a *teórica*, que considera os conceitos e princípios que orientam o trabalho interpretativo; a *morfológica*, uma vez que se estrutura sistematicamente o objetivo de investigação e, a *técnica*, que se ocupa do controle da coleta de dados e do necessário diálogo entre eles e a teoria que os suscitou. Outro ponto importante considerado neste caso é que o documento é a única fonte de estudo, interpretação e produção do conhecimento.

Essa fase de coleta de dados nos documentos é muito importante para a pesquisa, exigindo alguns procedimentos e cuidados na aproximação local e retirada nas fontes, considerando dados relevantes para a significação dos objetos estudados.

Segundo o autor citado acima a aproximação precisa ser formalizada, esclarecendo os objetivos e importância da pesquisa, sendo necessário esclarecimento no contato inicial, preparando a possível autorização para o acesso as fontes almejadas.

Para Calado e Ferreira (2004) os espaços de pesquisa são orientados pela própria natureza do estudo, portanto a localização dos documentos pode ser muito diversificada. Essa distinção vai exigir que o pesquisador tenha conhecimento do tipo

de registro e informações que abrigam as instituições visitadas e a seleção de fontes adequadas.

Saber como será feito esse processo é essencial, gerenciando o tempo adequado e disponível, observando os documentos criteriosamente, recolhendo o material necessário, constituindo assim uma primeira análise. A coleta está, para alguns autores, vinculada a uma pré-análise, sendo as novas coletas vindo a orientar o pesquisador a ser mais prudente e cauteloso, alcançando melhores resultados na criticidade do material, averiguando a veracidade e credibilidade dos mesmos, adequados à finalidade do projeto, deixando para o final a interpretação dos dados de forma mais elaborada, dando sentido ao que se encontra implícito nos documentos.

A interpretação de conteúdos de forma científica é uma prática antiga, que segundo Bravo (1991) data do período da segunda Guerra Mundial, quando foi utilizada para examinar informações contidas nos meios de comunicação nazista. Muitas são as discussões sobre a abordagem da análise de conteúdos, segundo (GOMES, 2007, p. 82) estando relacionada a aspectos qualitativos, através das inferências descritas do conteúdo explícito emergindo o que está além das aparências, da mensagem expressa, superando o quantitativismo. Segundo Triviños (1987, p. 160):

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção /recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Assim o material retirado é estudado e analisado buscando responder a problemática motivacional da pesquisa, construindo conhecimento, obtendo na mensagem escrita o ponto de partida da comunicação, uma forma de expressão social constituída a partir da realidade vivida e expressa nos documentos analisados.

A partir da amostra documental, são determinadas as unidades de análises, a categorização e organização do quadro de dados, as modalidades de registro e as de contexto, formadas por partes ou segmentos do conteúdo, dando assim, significado às unidades de registro do documento, que segundo Gomes (2007, p. 87) “se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem”. Seguindo para a categorização, como processo de classificação dos dados, é possível considerar o material analisado e os objetivos da investigação a atingir, podendo

esses serem matérias ou assuntos, de sentido, de valores, de formas ou posicionamento dentre outras.

No processo de análise de conteúdo a leitura do material de forma exaustiva faz compreender a necessidade de escolhas bem definidas e as categorias a serem consideradas, delineando o caminho da conclusão da análise. Gomes (2007, p. 91) salienta que “chegamos a uma interpretação quando conseguimos realizar uma análise entre: as questões da pesquisa, os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, as inferências realizadas e a perspectiva teórica adotada”.

Sintetizando com Bravo (1991) que assinala a importância da produção do relatório da pesquisa, no conjunto complexo de dados, sendo a manipulação dos elementos e suas relações estabelecidas e obtidas das conclusões pontuadas, sistematizando de forma coerente a investigação.

Assim, por tudo que foi visto, lido e pesquisado sob o olhar de vários autores em relação ao estudo teórico da pesquisa documental, nota-se a grande variação do conceito, sendo o termo “pesquisa” e “análise” documental usados conjuntamente como sinônimos nos procedimentos de pesquisa, necessitando atenção aos aspectos que favorecem sua utilização, em fontes ricas e estáveis de dados, na quantidade de informações contidas nos documentos analisados, e na sua subjetividade, sendo construção humana e social, assegurando a autenticidade dos dados nele contidos.

Gil (1991, p. 53) adverte que “pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem à sua verificação por outros meios”, diz ainda, que é preciso reconhecer que a produção do conhecimento dessa forma se efetiva num processo sempre aproximativo, nunca definitivo e absoluto.

Assim, a pesquisa documental proporcionou após a coleta dos dados uma melhor análise articulando os saberes extraídos dos documentos com o conhecimento do trabalho docente, dando mais efetividade e oportunizando a proximidade com a realidade observada. É preciso sensibilidade e atenção aos detalhes, sem perder o foco no que se busca, no objetivo a alcançar, sendo que todas as fases da pesquisa são importantes, e, sendo a junção de todas elas que vai determinar a fidelidade dos seus resultados, indo de encontro à hipótese inicial da pesquisa.

## **CAPÍTULO IV. A PESQUISA**

Neste capítulo retomamos aspectos relativos à pesquisa, analisamos documentos da vida funcional do professor, abstraindo informações nos cadastros, Fichas 100, Documento de atribuição de Classes e Aulas (DACAs) e atestados médicos, preenchendo com esses dados uma ficha de registro para catalogar e analisar os mesmos, e também expõe os critérios que se referem ao local onde foi realizada a pesquisa, apresentação das escolas investigadas e dados organizados sobre o Ensino Municipal de Rio Claro.

### **4.1) Histórico da Educação Municipal e a proposta de Educação Infantil**

De 1890 a 1920 já havia vários Grupos Escolares na cidade, mas somente um com prédio totalmente adequado, pensado para a educação, ao mesmo tempo que as escolas isoladas podiam ser criadas e mantidas pela municipalidade. O Município de Rio Claro sempre procurou auxiliar as questões educacionais, mantendo escolas, provimento de professores, cedendo espaços, adaptando prédios e atendendo a outras necessidades. Assim, com o processo de Municipalização em 2006, desde a Educação Infantil (Etapa I e II) e Ensino Fundamental I e uma escola Agrícola de Ensino Fundamental II passaram a ser totalmente responsabilidade do Município.

A gestão e a organização do trabalho educacional das escolas municipais seguem as diretrizes da Secretaria Municipal da Educação, sendo o planejamento das atividades bem como as especificidades do currículo tarefas que acontecem em cada escola, pautadas no interesse social, expectativas e necessidades, respeitando a

participação dos Órgãos Colegiados instituídos nas Unidades Escolares, sendo que a Associação de Pais e Mestres e o Conselho de Escola respondem pela fiscalização e pelo acompanhamento de cada uma delas.

Com a elaboração e aprovação do Plano Municipal de Educação de Rio Claro (Lei nº4886 de 23/06/215) que prevê a organização e o funcionamento da Rede, ficou mais claro e dinâmico o processo de melhorias na educação municipal, em parceria com o Conselho Municipal da Educação de Rio Claro – COMERC (RIO CLARO, 2011), fiscalizando e proporcionando avanços no âmbito da Rede. A prefeitura oferece transporte escolar para alunos cuja escola fica distante da residência, alimentação escolar balanceada e variada conforme cardápio elaborado por nutricionistas de acordo com a faixa etária de consumo, contando hoje com 60 escolas municipais, Educação Infantil (etapas I e II), Ensino Fundamental I e apenas uma de Fundamental II, e Educação de Jovens e Adultos.

Com relação ao corpo docente, é contemplada a formação continuada dos educadores que se reúnem nos Encontros Educacionais, Planejamento, Replanejamento, HTPCs (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) e HTPIs (Horário de Trabalho Pedagógico Individual), Reuniões Pedagógicas, e Avaliação final para aprimoramento da equipe escolar e redimensionamento de ações pedagógicas.

Antecipando-se à Constituição Federal de 1988, que atribuiu como dever do Estado o atendimento em creches e pré-escolas de crianças de zero a seis anos de idade, Rio Claro inaugurou, em 1986 a primeira creche do município. Em 1992 foi decretada a alteração do nome para CEMI (Centro Educacional Municipal Infantil), atribuindo essa mudança à nova modalidade de atendimento, norteadas por uma linha pedagógica, não mais condizente com o assistencialismo presente na história do atendimento infantil. A partir daí as escolas desse nível de ensino passaram a ter uma proposta pedagógica visando ao desenvolvimento integral da criança e à promoção de ações que lhe garantissem os seus direitos e o respeito pela sua individualidade e sua capacidade.

Enfim, a proposta educacional da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento integral dos alunos mediante uma educação alicerçada no respeito ao outro e ao meio em que vive, respeitando a singularidade das faixas etárias atendidas, garantindo que o direito à cultura, ao conhecimento, ao brincar, à construção da autonomia e à responsabilidade social sejam inerentes a todos os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Pensando

e organizando o trabalho dessa forma, viabiliza uma prática inclusiva, abrangendo o conhecimento científico, social e cultural, respeitando o modo de vida dos diferentes grupos, suas tradições e cultura, sua realidade, identificando problemas e refletindo sobre possíveis soluções.

Através da história da Educação Infantil na Rede Municipal de Rio Claro é evidenciada a realidade que perpassam os professores de efetivo exercício nas escolas municipais de educação infantil, e os embasamentos legais para o desenvolvimento da função no Município, o que torna a cidade a melhor da região em subsídios para o respaldo da profissão, tanto em formação quanto em remuneração. Mesmo com muitas deficiências e problemas vigentes, tanto em localização quanto em estruturas de manutenção e predial, ainda assim, em concursos é bastante procurada por cidades da região, com vantagem salarial, plano de curso/carreira e condições de trabalho com uma Rede Pública de serviços melhor estruturada.

A intenção inicial para o desenvolvimento da pesquisa era buscar dos próprios professores os indícios para sustentação da temática, colhendo dados necessários a partir de questionários respondidos pelos professores de escolas de educação infantil que trabalham com crianças de etapa I e etapa II (2 a 5 anos) do desenvolvimento infantil, em escolas Municipais de Educação Infantil de Rio Claro. Mas antes de iniciar o estudo recaiu sobre todos a suspensão das aulas sob o Decreto nº 64.864 de 16/03/2020 do Governo Federal impondo o isolamento social devido à Pandemia Covid-19/março de 2020, vindo a inviabilizar o processo de reunião com os professores nas escolas, mudando o foco da coleta de dados de pessoas presentes para o prontuário de documentos, investigando as ausências por problemas de saúde.

Foram buscadas, então, informações por outros meios. A partir dos eixos Cuidar/Brincar/Educar são desenvolvidas práticas pedagógicas que ampliam as competências das crianças a partir do seu repertório, como previsto no documento de Reorientação Curricular da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro, onde aponta também que, para cuidar/educar crianças pequenas, é fundamental que todos os educadores tenham conhecimento do desenvolvimento infantil, suas habilidades e necessidades primordiais, a fim de contribuírem para seu crescimento e desenvolvimento integral. Considerando as diversidades, as especificidades afetivas, sociais, cognitivas das crianças, as unidades educacionais buscam oferecer as mais diversas experiências respeitando o direito de brincar, sendo essas ações possíveis devido ao princípio da gestão democrática segundo Constituição Federal. A

participação de todos os envolvidos garante a produção de um planejamento no qual estejam contemplados os diferentes olhares da realidade escolar, criando vínculos entre pais, alunos, professores, funcionários e especialistas. O fortalecimento das relações entre a escola e a família é importante para aprimorar o desenvolvimento das crianças, estimulando a participação nas tomadas de decisões, resolução dos conflitos, dos combinados e delegação de tarefas, onde todos os envolvidos, professores, equipe gestora e funcionários estão comprometidos com o desenvolvimento cognitivo e social de cada participante do processo educacional, sendo apoiados em suas atitudes, intervenções, saberes e responsabilidades, contribuindo para a formação de sujeitos do mundo educacional.

Na procura por uma metodologia que possibilitasse a realização dessa proposta de trabalho foi por meio da pesquisa qualitativa que se encontrou o caminho na busca de dados pelo método da pesquisa documental, reestruturando e iniciando novamente o trabalho.

Para a coleta de dados foram extraídos subsídios para incorporação na pesquisa. Foram utilizados documentos importantes que acompanham a vida funcional do professor constante no prontuário, arquivados nas escolas sob responsabilidade da direção escolar. Desses documentos foram abstraídas informações de quadro documentos: Cadastro; Ficha 100; Documento de Atribuição de Classes e Aulas (DACA); e Atestados Médicos. Com essas informações foi preenchida uma ficha para registrar, catalogar e analisar os dados cadastrais de cada professor sem, entretanto, identificação dos mesmos, conforme termo de responsabilidade de sigilo assinado pela pesquisadora.

#### **4.2) Procedimentos Metodológicos**

Para o levantamento e obtenção dos dados necessários nessa pesquisa, foram utilizadas bases conceituais de políticas e de gestão como referência também para as análises. Grandes transformações vêm acontecendo nas formas de geração e transmissão de conhecimento, muito mais dinâmica e cheia de estímulos deixando clara a formação adequada e atualizada que o professor precisa para acompanhar esse ritmo novo e desafiador das escolas de Educação Infantil. Para tanto a necessidade de formação adequada e continuada se faz presente como também o conhecimento e clareza das Leis de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação Infantil, Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, Estatuto da Criança e do

Adolescente, ou seja, é preciso conhecer toda a trajetória das políticas públicas da Educação Infantil no Brasil através dos documentos que norteiam o trabalho docente na primeira infância para compreender a necessidade de investimento na educação, expandindo o conhecimento e preparação desses profissionais docentes para assumir o trabalho docente na primeira infância.

O professor da Educação infantil precisa de conhecimento e muita competência para lidar com os problemas no desenvolvimento do trabalho e conseguir analisar as situações da prática pedagógica, onde as especificidades se fazem presentes. Oliveira (2007) reforça que o professor tem papel de conhecedor da criança, consultor, apoiador dos pais, em trabalho integrado com papéis definidos para cada um, devendo possuir habilidades para lidar com as ansiedades da família e partilhar decisões e ações com ela. Por outro lado, a política educacional de maneira sucinta oprime o professor com determinações e avaliações que o obriga a mostrar resultados, assim se sentindo ameaçado e pressionado, adocece em sua ação canalizando as dificuldades e enfrentamentos, juntamente com as questões sociais e econômicas já degradadas, em patologias e enfermidades. Assim, o professor sofre com toda essa demanda e nem sempre está preparado para enfrentar, e nem sua formação foi capaz de prepará-lo para isso, gerando desconforto, preocupação, estresse e sensação de incapacidade, revertendo tudo isso em problemas de saúde e mal estar.

Nos estudos feitos para estruturar a pesquisa, consta, nos materiais lidos, a necessidade de investigação da situação de professores da educação infantil, pois ainda não é um foco de estudos a situação de trabalho, nessa faixa etária da atividade docente, podendo ser apontados diferentes tipos de problemas intrínsecos no trabalho desse público diferenciado na docência. Como existem poucas referências objetivas sobre a situação de trabalho de professores da educação infantil, do modo aqui focalizada, somente observação não sistematizada, a grande pergunta inicial é para efetivamente mapear o que vem acontecendo: quais são os principais mal-estares sentidos e percebidos com clareza pelas professoras responsáveis pela educação infantil, ao quê elas atribuem esses desconfortos? As respostas a essas questões constituem as bases para que se possa buscar mais dados e caracterizar os problemas enfrentados nessa faixa da escolarização, na saúde desses professores e se existe uma forma de intervir para auxiliar nesse processo complexo de adoecimento causado na ação do trabalho docente nas escolas de educação infantil.

A ideia inicial do projeto de pesquisa era fazer a coleta de dados usando questionário descritivo respondido pelos professores de escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro. Seria esclarecido em reunião de HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) sobre o processo de pesquisa, objetivando informações sobre o adoecimento do professor na prática da sala de aula, adquirindo subsídios para a sustentação da hipótese do projeto de pesquisa. Esse questionário para respostas individuais continha várias perguntas relacionadas à ação docente na prática pedagógica buscando investigar se as implicações geradas pelas ações docentes na sala de aula aumentariam os casos de adoecimento e problemas de saúde gerados pelo estresse do trabalho docente com crianças em idade de dois a cinco anos. Mas com a demora da elaboração dos documentos necessários para o envio ao Conselho de Ética e a própria aprovação do mesmo, retornando várias vezes com pareceres para correção e adequação do projeto, o tempo se expandiu, e com isso a chegada da pandemia do Covid-19 alterou o andamento do ano letivo (Decreto nº 64.864 de 16/03/2020) que, decretando isolamento social com o fechamento das escolas, impossibilitou o acesso presencial que se faria junto aos professores e, conseqüentemente, inviabilizando o andamento do processo de pesquisa.

#### **4.3) Alterando a Questão da Pesquisa**

Dessa forma foi necessária a busca de uma metodologia que conseguisse alterar o processo e adequar o trabalho à situação vigente, mantendo os mesmos objetivos iniciais, e efetivando assim a pesquisa.

Após a busca por um método de pesquisa que atendesse a proposta inicial, da abordagem qualitativa, o método da pesquisa documental parecia o mais próximo da intencionalidade da pesquisa, compreendendo a análise de documentos para obtenção de informações como forma de aproximação da realidade social.

Assim sendo, a opção razoável nos moldes atuais seria a pesquisa documental que focaria apenas o levantamento de dados da saúde do professor em atestados médicos, arquivados nos prontuários no setor administrativo das escolas, sendo estes acessados apenas pelo auxiliar administrativo e diretores da escola, além do próprio professor. Como os dados contidos nesses documentos são particulares e sigilosos, envolvendo a questão de saúde e questões éticas, seria necessária uma série de documentos de consentimento e autorização da Secretaria Municipal da Educação,

dos Diretores das quatro Unidades Escolares definidas para verificação documental e principalmente dos professores colaboradores do processo de pesquisa.

Depois de tudo documentado e aprovado pelo Conselho de Ética foi dado início ao processo de pesquisa, sistematizando trabalho de coleta de dados para subsidiar a questão da pesquisa e criando critérios para realizar o trabalho, como a escolha das escolas (quantas e quais), ano de busca (quantos e quais), dados relevantes da situação profissional do professor (formação, tempo de serviço) e registro individual dos CIDs.

Considerando a pesquisa documental na extração do CID (Código Internacional das Doenças/ número que correspondente a doença diagnosticada e problemas relacionados à saúde, descrita no atestado médico), a intenção é responder a seguinte questão: quais os principais problemas de saúde registrados? Quais as relações observadas nos registros, frequência dos mesmos e relações com as possíveis ausências dos professores para cuidados com a saúde, a partir dos sintomas apresentados, sejam eles nos aspectos físicos, psíquicos ou emocionais?

#### **4.4) Sustentação da Pesquisa**

Para iniciar o trabalho de pesquisa documental primeiro foi apresentada uma síntese do projeto para a Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro na pessoa da Diretora Administrativa/Pedagógica para apreciação e conhecimento do assunto e discussão com o CAP (Centro de Aperfeiçoamento Pedagógico) sobre a viabilidade do processo de coleta de dados possibilitando o desenvolvimento da pesquisa nas escolas solicitadas. Após devolutiva do documento apresentado, feitas as alterações necessárias orientadas pela mesma e juntamente com o pedido de Consentimento Institucional e Comprometimento da Pesquisadora, foram protocolados e encaminhados ao Secretário Municipal da Educação para, se autorizado, dar início ao trabalho.

Após uma semana de trâmites legais veio o comunicado para retirada do documento autorizando a solicitação de Consentimento das Instituições Escolares na pessoa de seus respectivos diretores, sendo quatro dessas definidas como objeto de estudo, solicitando assim o Consentimento Docente dos professores que atuam nessas Instituições Municipais.

Por estar no auge da pandemia Covid-19 foi feito o primeiro contato por meio digital com os diretores, esclarecendo sobre a pesquisa e expondo o interesse de

coletar os dados em suas escolas, dando suporte e sustentação à hipótese inicial da pesquisa, investigando a relação do adoecimento do professor com o trabalho docente. Para situar os diretores da questão legal do processo foram enviados, além do Projeto de Pesquisa, toda a documentação exigida pelo Conselho de Ética: autorização da Secretaria Municipal da Educação Consentimento Legal (Secretário Municipal da Educação); Consentimento Institucional (diretores); Consentimento Livre e Esclarecido (docentes); e ainda o Termo de responsabilidade da pesquisadora. Após ciência da importância da participação no trabalho e concordância em ceder espaço à pesquisa, e com agendamento prévio, foi entregue em mãos, para ser assinada, a autorização e combinado o envio da ciência dos docentes para apreciação e consentimento.

No dia e hora agendados com o diretor da escola, após esclarecer como seria feita a pesquisa para coletar os dados necessários nos prontuários dos professores, foi encaminhada ao setor administrativo, onde estão os arquivos com os prontuários, separados por período de trabalho, em pastas individuais. Esses prontuários ficam em poder da escola, organizados e atualizados de acordo com a vida funcional de cada professor sob responsabilidade do auxiliar administrativo e supervisão do vice-diretor da escola. Dentro de cada prontuário tem várias divisões, organizados sistematicamente de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação (Recursos Humanos) que seguem o mesmo padrão de agrupamento em todas as escolas, contendo:

01) Cadastro: ficha atualizada anualmente com nome completo, filhos, cônjuge, endereço, telefone, nº do RG, nº do CPF, conta bancária, nº da carteira profissional, nº de matrícula, grau de instrução, filiação, estabilidade (efetivo ou contratado), professor (PEB I ou II).

02) Documentos Pessoais: Xerox de CPF, RG, Carteira de trabalho, comprovante de endereço, certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

03) Títulos: graduação, certificados, especialização e cursos (Xerox conferido com o original e aprovado pelo diretor).

04) Declarações: inscrições, solicitações, portarias de designação, remoção, férias, carga horária, período probatório, anuênio.

05) Documento de Atribuição de Classes ou aulas (DACA).

06) Ficha 100 (modelo institucional de preenchimento anual pela escola sede com presença e ausência conforme vida funcional do servidor – contagem de tempo de serviço).

07) Diversos: formulários, requerimentos, dispensas (cartório eleitoral, audiências públicas, cursos de formação em serviço, especialização).

08) Requerimento de Faltas: abonadas, justificadas, injustificadas; atestados médicos; licenças com ou sem vencimentos, frequência mensal projeto;

09) Acúmulo de cargo, ato decisório, progressão, Avaliação de Desempenho.

10) Atestado de tempo de serviço, folha ponto eventual.

Para que a coleta de dados esteja de acordo com o objetivo da pesquisa foram considerados somente alguns itens nos documentos apresentados, que serão discriminados mais adiante no levantamento dos dados.

Com os documentos já estabelecidos e quatro itens deles priorizados para consulta, as escolas escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa também foram definidas, mediante alguns critérios: localização, número de professores efetivos, comunidade escolar atendida e faixa etária dos alunos, sendo que dessas quatro escolas Municipais de Rio Claro uma está localizada em um dos Distritos da Cidade; assim, de modo a garantir o sigilo dos colaboradores foram identificadas por numeração (Escola 1, Escola 2, Escola 3, Escola 4).

**Escola 1:** Localizada em área central, com espaço amplo e bem distribuída, com boa arborização, e adequada a Educação Infantil, atende 533 alunos de etapa I e II (2 a 5 anos) distribuídos em período regular manhã e tarde, com 23 alunos por turma que além do período regular, 4 turmas frequentam o período integral. Conta com uma equipe gestora: diretora, vice-diretora, professora coordenadora e com 29 professores atendendo turmas de manhã e a tarde. Desses professores, vinte colaboraram com a pesquisa. Dos 9 que não participaram, 3 exercem função pedagógica (um de professor coordenador e outro de vice-diretor nessa mesma escola e um de vice-diretor em outra Unidade escolar, ficando suas salas de aula para professores substitutos (Quadro II); 2 se efetivaram no ano anterior (sem dois anos de efetivo exercício); 1 está afastado de licença sem vencimentos (não remunerada) por problemas particulares; e ainda 2 efetivos Quadro II (que não trabalham há dois anos na mesma escola) e 1 não respondeu ao contato inicial. Tem um quadro de apoio com

funcionários suficientes para manter a escola em funcionamento, com limpeza e organização necessários à demanda de alunos.

**Escola 2:** Boa localização para quem vai para a área central, ladeada por bairros bons e mais antigos, prédio adequado e com boa área externa, bastante ampla e adequada ao atendimento da Educação Infantil. Recebe alunos de vários bairros por ser próxima a via de acesso rápido, atendendo a uma comunidade com boas condições socioeconômicas. Atende crianças da etapa I e II (de 2 a 5 anos) com 440 alunos distribuídos em período regular manhã e tarde, e 48 alunos em período integral. Conta com uma equipe gestora: diretora, vice-diretora e professora coordenadora, com 26 professores sendo que 16 colaboraram com a pesquisa. Desses 10 que não participaram: 3 estão impedidos de contato (grupo de risco para a Covid-19), 3 exercendo função pedagógica (dois nesta escola e um em outra Unidade escola); 2 professores Quadro II sem dois anos de efetivo exercício; e 2 não responderam ao contato inicial.

**Escola 3:** Localizada num distrito da cidade, com alguns quilômetros de distância, mas pertencente a Rede Municipal de Rio Claro; a comunidade escolar é bastante simples atendendo também alunos da proximidade rural. É uma escola com prédio antigo, mas com boa área externa, adequada à faixa etária atendida. Atende 207 alunos de Berçário a Infantil 2, com alunos de etapa I e II (0 a 5 anos) em período regular e 49 alunos no período integral. Conta com uma equipe gestora: diretora, vice-diretora e professora coordenadora, com 14 professores atuando em sala de aula, sendo que apenas 6 desses colaboraram com a pesquisa. Dos 8 que não participaram: 3 atuam com berçário (faixa etária fora dos critérios determinados para a pesquisa); 2 efetivam em 2019 não tendo dois anos de efetivo exercício; 1 não respondeu ao contato inicial; 2 estão impedidos de contato (grupo de risco para a Covid-19).

**Escola 4:** Localizada em área mais periférica, com área externa ampla e adequada ao atendimento da educação infantil. Atende a uma comunidade escolar de menor renda econômica, com 411 alunos em período regular e 50 em integral, com demanda de etapa I e II (2 a 5 anos), Maternal 1 e 2 e Infantil 1 e 2. Tem um número significativo de alunos público alvo da educação especial, necessitando

acompanhamento especializado e recursos materiais e humanos para adequado atendimento. Conta com uma equipe gestora: diretor, vice-diretor e professora coordenadora, com 22 professores atuando em sala de aula, sendo que desses 18 colaboraram. Apenas 4 não participaram: 2 professores de Quadro II<sup>1</sup> sem dois anos de efetivo exercício e 2 estão impedidos de contato (grupo de risco para a Covid-19).

Assim, com os documentos definidos e a organização da escola determinada para a coleta de dados, ficou encaminhado o início do processo, sendo este bastante importante para dar continuidade ao trabalho das próximas etapas da pesquisa documental, seguindo os objetivos predeterminados.

#### **4.5) Levantamento de Dados**

A pesquisa documental, para ser realizada, exige um processo de cuidados e presteza, envolvendo relações com pessoas responsáveis por seu trabalho em instituições públicas, sabendo que isso implica responder por todos quando se tem convivência coletiva, e responsabilidade social. É preciso estar atento aos documentos de inserção da pesquisa, estando disposto a aceitar o pesquisador, assumindo o compromisso de colaborar com o trabalho de desenvolvimento da pesquisa, disponibilizando tempo, sendo receptivo e participativo do processo. Fica, assim, o pesquisador dependente dessa parceria com as instituições contatadas, reconhecendo o envolvimento voluntário de todos na investigação dos dados documentais, contando excepcionalmente com a coleta de dados, para o desdobramento da pesquisa.

Seguindo os termos legais para introdução da pesquisa nas escolas foram envolvidos no processo junto à Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro:

- Diretoria Administrativa/Pedagógica;
- Centro de Aperfeiçoamento Pedagógico;
- Coordenadoria da Educação Infantil;
- Secretário Municipal da Educação;
- Escolas Colaboradoras (Diretores das Unidades Escolares, Vice-Diretores e auxiliares administrativos);

---

<sup>1</sup> Professor Efetivo Quadro 2: São professores efetivos com concurso diferenciado, com legislação específica, com cargos lotados na Secretaria Municipal da educação, destinados à substituir professores efetivos Quadro 1 (que são lotados na escola, mas se afastam assumindo função pedagógica fora da sala de aula) , assim essas salas não são livres e não podem ir para escolha de efetivo Quadro 1, somente Quadro 2, podendo o professor Quadro 1 regressar a sala a qualquer momento, voltando o professor Quadro 2 para a Secretaria Municipal da educação assumindo sala em outra escola, sem prejuízo de vencimentos para ambos.

- Professores Colaboradores em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino de Rio Claro.

Retomando o objetivo da pesquisa foi elaborada uma ficha para anotação dos dados que seriam relevantes na verificação documental e registrados por docente, um a um, para facilitar a análise dos dados, pensando na hipótese inicial da pesquisa, fazendo o levantamento de indicadores que favoreçam a amostragem da possibilidade do adoecimento do professor no desenvolvimento da prática pedagógica, atentando aos indícios importantes dos atestados médicos.

Seguindo a relação dos professores colaboradores o auxiliar administrativo separava os prontuários e entregava de três em três, indicando um lugar reservado para fazer o trabalho de pesquisa. No prontuário dos professores, para a coleta de dados foram consultados:

a) *Cadastro* (confirmação profissional: títulos acadêmicos, cursos e aperfeiçoamento; identificação do professor colaborador: número por escola);

b) *Ficha 100* (data de nascimento: Idade; admissão: tempo de serviço; estabilidade: efetivo Quadro I ou II; tipo de falta no ano: Justificada, injustificada, abonada; licenças saúde: tempo);

c) *Documento de Atribuição de Classes e Aulas- DACA* (faixa etária de atuação, jornada de trabalho, acúmulo de cargo);

d) *Atestados Médicos* (CIDs-Código Internacional da Doença: letra e número correspondente).

Preenchida a ficha individual (Estudo Documental – registro dos dados coletados) de cada professor, com os dados selecionados para facilitar o registro, os três prontuários eram devolvidos ao auxiliar administrativo e solicitava mais três, e assim até terminar o processo de coleta dos dados de todos os professores, que durou em média dois dias em cada escola.

Para realizar essa coleta foram quase dez dias até finalizar os registros e iniciar a organização dos dados para análise. Sendo o foco principal o Código Internacional da Doença escrito nos atestados médicos, que após coletados teriam que ser consultados de forma digital, revelando o adoecimento que o código guarda. Para facilitar o registro da busca desses códigos coletados foi elaborada uma nova ficha para agrupar esses CIDs das quatro escolas, separando os repetidos sem ignorá-los (a quantidade deve ser observada). Assim, nessa ficha simples, na frente de cada código foi anotada a doença correspondente, identificando o adoecimento previsto no

atestado através da consulta na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde – Wikipédia.

Os dados coletados são então inseridos em uma planilha do Excel que, após mapeamento e organização por item coletado, gera os gráficos necessários para análise e extração dos resultados que serão apresentados adiante.

#### **4.6) Interpretação e Análise**

Para compreender as especificidades do trabalho docente e suas questões relacionadas à saúde, em se tratando das ausências da sala de aula precisamos conhecer Leis e Normas consideradas para o efetivo exercício no cargo de Professor de Educação Básica dispostas no Estatuto do Magistério Público Municipal de Rio Claro (RIO CLARO, 2007) capítulo II Artigo 96, que dispõe sobre os efeitos legais dos afastamentos. Esses itens da legislação foram apresentados neste item pela proximidade com os dados e facilidade de interpretação dos mesmos, são eles:

- I- férias;
- II- casamento, até 8 dias (oito) dias consecutivos contados da data do ato;
- III- falecimento do cônjuge, filhos, pais, irmãos, padrasto, madrasta, sogro e sogra até 8 (oito) dias, contados da data do evento;
- IV- falecimento de avós e netos, até 3 (três) dias contados da data do evento;
- V- licenças regularmente concedidas, pelo seu prazo de duração, observando o disposto no parágrafo único deste artigo;
- VI- licença prêmio;
- VII- afastamento compulsório;
- VII- faltas abonadas, desde que respeitados os limites de 01(uma) ao mês e 06 (seis) no ano;
- IX- um dia a cada doze meses, para doação de sangue;
- X- exercício de outro cargo ou função no Município, de provimento em comissão;
- XI- exercício de outro cargo ou função em outro Município, no Estado ou na União, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Prefeito, desde que esteja sendo remunerado pelo órgão no qual esteja prestando serviços;
- XII- candidatura a cargo eletivo, se obrigatório o afastamento;
- XIII- júri e outros serviços obrigatórios por Lei;

XIV- provas de competições desportivas oficiais, com prazo certo e devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Não será considerado como efetivo exercício o período de licenças:

I- para tratamento de assuntos particulares;

II- para tratamento de pessoa da família;

III- para tratamento de saúde, com exceção de cirurgia não estética, acidente de trabalho ou doença profissional.

Como visto, o professor tem direito a algumas faltas previstas e aquele que necessitar poderá fazer jus sem prejuízo nos vencimentos, respeitando os prazos de aviso antecipado e entregas de atestados ao órgão competente, no caso ao Departamento Municipal de Saúde Ocupacional (DMSO), que emitirá um parecer a ser entregue para a chefia imediata no local de trabalho.

Usufruindo dos seus direitos o professor tem algumas vantagens em sua carga horária de trabalho, diferente daqueles profissionais que trabalham por quarenta horas semanais. Aquele que trabalha em apenas um período do dia tem, no outro período, tempo para sua vida particular e afazeres domésticos, não necessariamente precisando se ausentar do seu período de trabalho, mantendo seus compromissos médicos no período contrário ao trabalhado.

Pensando, ainda, nas vantagens que a lei favorece quanto às licenças descritas acima, o professor pode se organizar fazendo uso das abonadas e pequenas licenças como de trabalho na eleição (Justiça Eleitoral), para fins médicos, lembrando que o atestado abona a falta (sem prejuízo financeiro), mas não conta como dia de efetivo exercício para contagem de tempo de serviço.

Abaixo, o quadro mostra os dados coletados nas escolas, sintetizando os resultados analisados:

#### QUADRO DE APRESENTAÇÃO

<b>PESQUISA DOCUMENTAL (síntese)</b>			
<b>ITENS PESQUISADOS</b>	<b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>	<b>ANÁLISE</b>	<b>RESULTADOS</b>
A)Professores/ colaboradores da pesquisa	Conseguir nas quatro escolas definidas o máximo de professores	Todos os professores que autorizaram a coleta dos dados foram	No total 60 professores colaboraram autorizando a extração dos dados, nos prontuários durante visita às escolas definidas.

	dispostos a autorizar o uso dos dados cadastrais dos prontuários.	identificados por números, mantendo assim, o sigilo prescrito nos documentos.	Escolas: 1= 20, 2= 16, 3= 06, 4= 18
B) Idade dos professores em exercício	Saber a média de idade dos professores que nessas 4 escolas definidas para a coleta de dados, trabalham com a faixa etária de 2 a 5 anos.	Idade de: 20 a 29 anos= 01 30 a 39 anos= 13 40 a 49 anos= 28 50 a 59 anos= 16 60 a 69 anos= 02	Os dados apontam que a faixa etária de 40 a 49 anos concentra o maior número de professores que trabalham nas escolas definidas para a coleta de dados.
C) Formação Profissional Graduação e pós-graduação	Saber o nível de formação dos professores em exercício e se investem em sua formação contínua enquanto profissional da educação infantil.	Graduação: Pedagogia= 52 e Educ. Física= 08 Pós-Graduação: 36 Outras áreas: 08	Considerando que 60 é o número de professores/colaboradores, desses, 44 tem alguma especialização além da graduação em Pedagogia, ou Educação Física.
D) Tempo de serviço No Magistério (qualquer localidade). Na Rede Municipal de ensino de Rio Claro.	Saber o tempo que atua na docência, estando exposto ao trabalho com crianças na educação infantil de 2 a 5 anos.	Magistério / Rede Municipal De 00 a 19 anos = 09 / 18 De 10 a 19 anos = 26 / 34 De 20 a 29 anos = 20 / 07	Verificando o tempo de trabalho nos dados coletados a maior exposição ao trabalho docente é de 10 a 19 anos, no Magistério 26 professores e na Rede Municipal 34 professores.
E) Faixa etária de atuação Maternal 1 (2 anos), Maternal 2 (3 anos), Infantil 1 (4 anos), Infantil 2 (5 anos) Data Base: 31 de março	Relacionar os problemas de saúde apresentados nos atestados, com o trabalho docente com crianças de 2 a 5 anos, considerando as especificidades da educação infantil e cuidados dispensados nessa faixa etária.	Nº de prof.: 2018 / 2019 Maternal 1=05 / 08 Maternal 2=11 / 14 Infantil 1= 19 / 09 Infantil 2= 17 / 21	Com poucos anos que separam as turmas, não há diferenciação aparente pois a educação infantil em si nessa faixa etária exige praticamente as mesmas determinações e empenho dos professores. Vale lembrar que a atribuição de classe é determinada pelo diretor e há certa rotatividade de turmas, e a demanda de alunos varia de um ano para outro.
F) Acúmulo de cargo	Verificar se o professor dobra período na função docente, ocupando com o trabalho muitas	Acúmulo: 2018 / 2019 Sim= 36 / 38 Não= 24 / 22	Considerando os dados obtidos mais da metade dos professores se ocupam da função docente no mínimo dois períodos no dia, aumentando ainda mais sua

	horas do seu dia a dia.		jornada de trabalho se for acúmulo com o ensino fundamental, considerando também as HTPCs (Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo) semanais a noite.
G)Tipos de falta Abonada Justificada	Verificar a quantidade e tipo de faltas ocorridas em dois anos, e se estão dentro das faltas previstas no Estatuto do Magistério Público Municipal.	Número de faltas em dois anos: Abonadas: 289 Justificadas: 54	É preciso considerar que os professores por Lei tem direito a seis abonadas durante o ano letivo (uma por mês, sem desconto financeiro), mais a falta justificada (com desconto financeiro), dá para estimar em dois anos quanto eles se ausentaram do trabalho, desconsiderando as causas.
H)Atestados Médicos: (CID-Código de Identificação da Doença)	Obter o número de atestados de cada colaborador no ano de 2018 e 2019 e a identificação que o CID trás no deferimento médico.	Dados coletados: Professores: 60 Atestados: 451	Em dois anos apenas 8 professores não apresentaram atestado médico, os 52 professores restantes apresentaram uma média de 8 a 9 atestados médicos em dois anos trabalhados.
I)Tipo de adoecimento Físico Emocional Mental	Verificar quais doenças acometem mais os professores, que região corporal é mais afetada no exercício da profissão docente com crianças pequenas.	Número de atestados relacionados aos aspectos: Físico: 407 Emocional: 29 Mental: 15	Observando os dados dos CIDs nos atestados médicos analisados, a situação de adoecimento dos professores aparece mais no aspecto físico.
J)Tipo de tratamento indicado pelo médico	Analisar se as faltas ao trabalho têm relação com o tratamento médico recomendado no diagnóstico.	Tratamento prescrito: Fisioterapia: 10 Terapias em geral: 13 Exames clínicos e/ou laboratoriais: 35	Considerando os números observados no tipo de adoecimento prescrito e tratamento indicado para o devido CID, não é possível relacionar com as faltas, por não constarem como falta médica e sim falta/aula.

Fonte: do autor

## **CAPÍTULO V. RESULTADOS DA PESQUISA**

A pesquisa realizada nas quatro escolas de educação infantil Municipal de Rio Claro foi uma experiência interessante, pois quando se pensa e planeja um trabalho dessa qualidade, com coleta de dados em documentos apenas, parece algo frio e distante do trabalho tão humanizado do professor, mas não é assim que acontece, quando se pega na mão o prontuário com a vida profissional do professor. Ali intrínseco está, além de um trabalhador nato, um ser humano; uma mãe, uma filha, uma avó, uma esposa, uma mulher, uma dona de casa, uma amiga, uma profissional, uma lutadora pela vida dela e de outros pequenos seres humanos, fazendo o que pode e o que não pode para dar subsídios para que seus alunos se desenvolvam em todos os aspectos necessários para se tornar um cidadão com conhecimentos dignos em ensino e aprendizagem, autônomo e crítico, e que saiba no mínimo, respeitar e conviver em grupo, o que não é um trabalho fácil e nem para qualquer um. Esse trabalho pedagógico e suas relações complexas em sua dinâmica escolar levam o professor, sem querer, a se dar mais do que pode suportar, muitas vezes chegando ao cansaço extremo, estresse, exaustão e às vezes desencadeando doenças consideradas típicas de esforço físico e mental.

É nesse sentido que a pesquisa responde a hipótese deste estudo que relaciona o trabalho docente com as ausências por questões de saúde, principalmente na ação pedagógica com crianças de 2 a 5 anos de idade inseridas nas escolas de educação infantil no Município de Rio Claro.

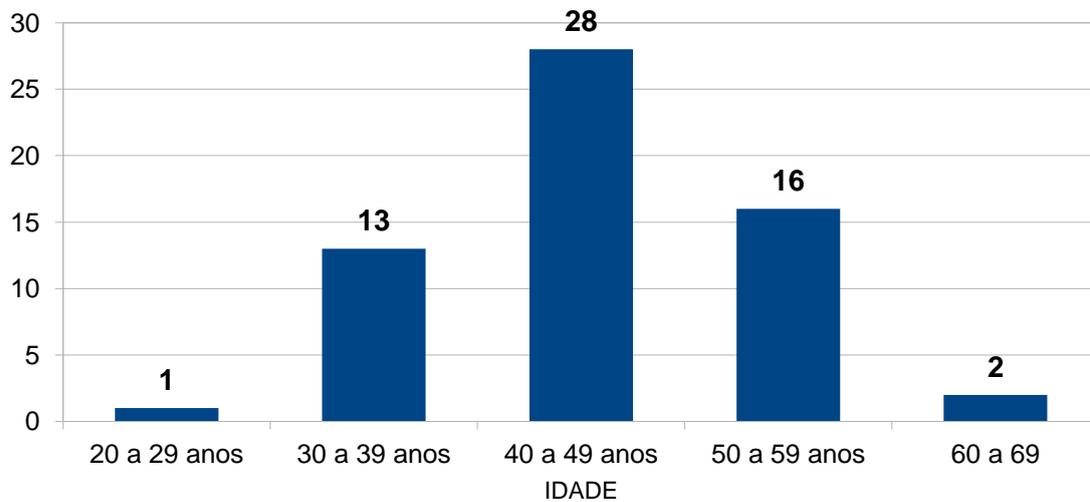
A pesquisa documental quando iniciada parece fria e distante, com dados importantes de pessoas desconhecidas que não sabemos como são suas vidas fora

do contexto da escola, mas sabemos que todos têm algo em comum ali dentro da escola, além de um ser humano, que em algum momento do trabalho docente precisou se ausentar por motivos de saúde, seja para consulta e exames de rotina, seja para diagnóstico de adoecimento, seja para tratamento de algum agravamento de saúde com sintomas já conhecidos, ou ainda para acompanhamento de familiares e/ ou dependentes (filhos até 14 anos, pai, mãe, irmãos, cônjuge). Nesse processo, quando considerado o montante de professores colaboradores, percebe-se que se tem muito em comum entre eles, é uma profissão que iguala para todos as condições profissionais em que acontece o trabalho, sendo vários profissionais sob as mesmas condições ambientais, sofrendo as mesmas dores e alegrias, e também com os mesmos problemas que a escola de forma geral e indiretamente submete seus agregados, independentemente de quem e quantos são eles. O que difere a existência do sofrimento de cada um desses professores sob tais condições, parece ser o que eles são fora da escola, o que vivem e como vivem.

Segundo alguns autores estudados, além do mundo do trabalho, o exterior a ele, ou seja, a vida fora da escola precisa estar subsidiada de estrutura física e psíquica para sustentar a qualidade de vida do professor, os fatores externos à escola colaboram para o ajuste e equilíbrio emocional e social do docente (GALVÂN, 2004).

Isso reflete diretamente em como o professor enfrenta os problemas, como lida com os estressores do dia a dia na execução do trabalho pedagógico, e como isso interfere em sua saúde, e no agravamento da condição do seu adoecimento, seja ele interior ou exterior à escola.

## IDADE DOS PROFESSORES



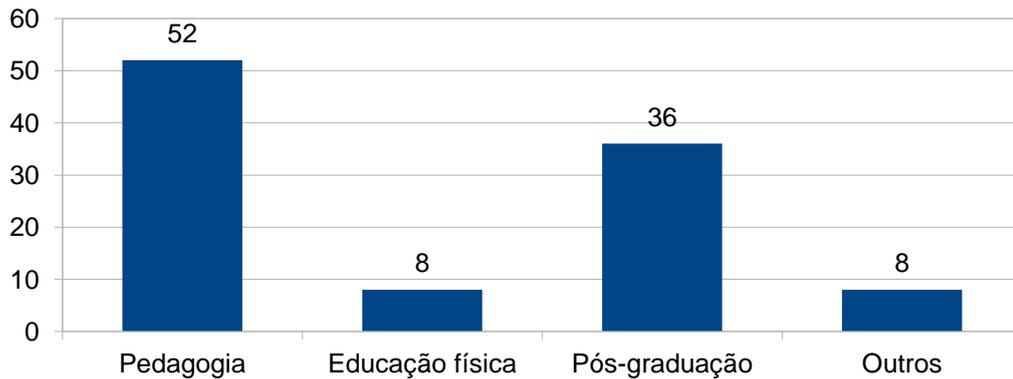
Fonte: do autor

Segundo os dados do gráfico acima, a média de idade dos professores colaboradores com 28 deles entre 40 e 49 anos, ainda que seja uma idade bastante saudável e resistente, sabemos que a maioria é de mulheres, ou seja, quase a totalidade, na profissão de professoras. Contamos no grupo pesquisado com apenas dois homens professores de Educação Física. No montante das colaboradoras da pesquisa, é inevitável a condição feminina principalmente dentro dessa média de idade, próxima das modificações do amadurecimento do organismo, iniciando a pré-menopausa, com suas alterações hormonais e metabólicas, trazendo como consequência natural e orgânica algumas intempéries que mexem com as condições físicas e psíquicas, ficando assim mais suscetíveis aos estressores vividos no desenvolvimento do trabalho docente. Essas ocorrências naturais podem aumentar a possibilidades do surgimento de problemas relacionados à saúde, ou agravantes de condições preexistentes, principalmente trabalhando um longo período com crianças pequenas, que exigem ainda mais do desempenho do professor, se responsabilizando além do trabalho pedagógico, pelas relações e inter-relações sociais e afetivas, necessárias ao atendimento humanizado do trabalho escolar.

Para tanto, o desenvolvimento do trabalho exige a formação profissional, de extrema importância, principalmente em se tratando da educação infantil, quando a atualização profissional docente produz maior segurança, aumentando seu conhecimento e repertório de atividades, sua criatividade para explorar meio e

materiais, sua capacidade de liderança de grupo, desenvolvendo assim, suas habilidades em planejar e executar seus afazeres pedagógicos e a explorar o universo infantil, oferecendo maior riqueza no repertório e qualidade na elaboração das atividades propostas.

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

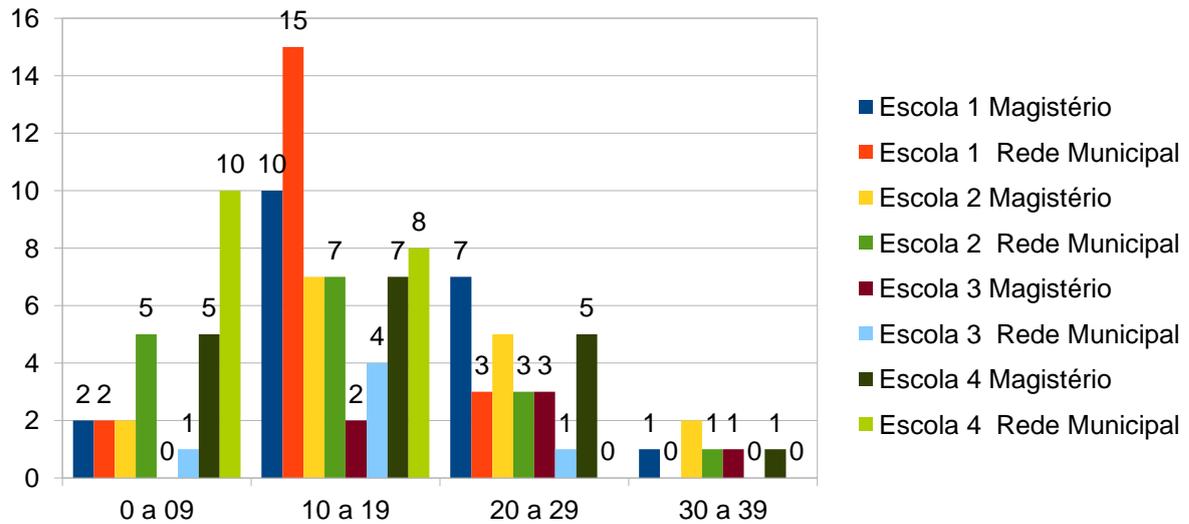


Fonte: do autor

Os dados apontam um número considerável de professores que tem curso de pós-graduação na área da educação, além do reconhecimento da importância da atualização. Temos que levar em conta também o incentivo da Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro no oferecimento de cursos, capacitação profissional e especialização. É preciso dizer, ainda, que existe a necessidade de ter quantidade significativa de horas em títulos para validar a progressão do plano de carreira no município, com aumento da porcentagem salarial a cada dois anos de trabalho. Isso traz, além da responsabilidade e competência profissional, a possibilidade de progredir na tabela de valor salarial e na carreira, somando os pontos dos títulos apresentados (30h, 180h, 360h), resultados da frequência nos cursos e formações oferecidos e também os particulares de interesse profissional, mantidos pelos próprios professores.

Foi considerada, também, a importância do tempo de serviço no magistério, o que supõe e dá significado ao desgaste sofrido com os anos de dedicação ao ensino/aprendizagem na educação pública infantil. Nesta pesquisa, os anos trabalhados na Rede Municipal de Ensino de Rio Claro contam com mais da metade dos 60 professores colaboradores.

### TEMPO DE SERVIÇO



Fonte: do autor

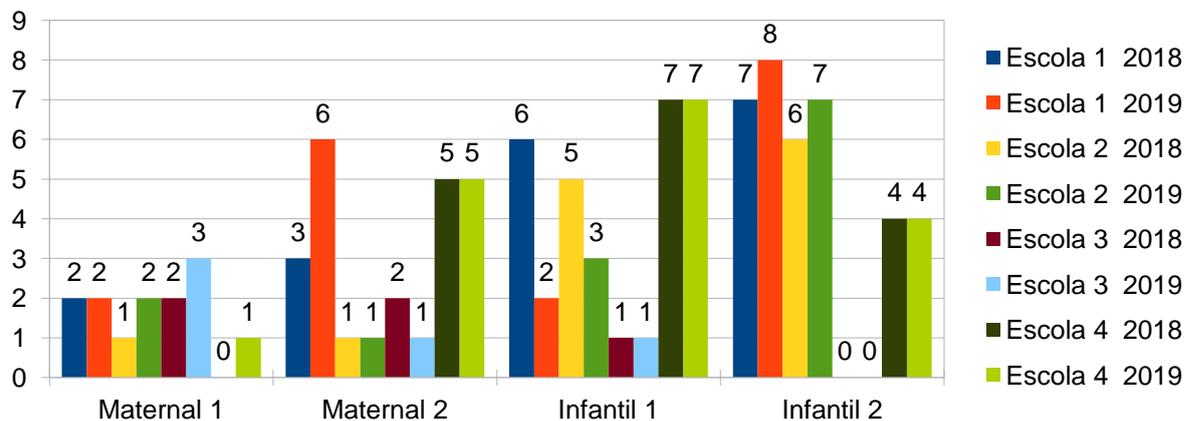
Esses anos dedicados ao magistério demonstram a confiabilidade no trabalho desenvolvido e a compensação salarial, além desses professores conhecerem muito bem o sistema de ensino implantado pela Rede, favorecendo a escolha da escola mais adequada a cada um, a viabilidade de acesso, a distância da residência, o grupo de convivência já instalado, o respeito à hierarquia do grupo e a pontuação apresentada para definir a atribuição de classe (quase sempre sugerida pelo perfil do professor em relação à faixa etária, porém, já sabem o que querem e onde se sentem melhor acolhidos), sendo muitas vezes tranquila e organizada essa questão administrativa para o diretor da escola.

Já o fato de mais da metade ter entre 10 a 19 anos de efetivo exercício, considerando que se aposenta com 25 anos de magistério, e sendo já um tempo significativo na docência, não há muita rotatividade e escolhem estar ali naquela escola, principalmente os mais antigos na Rede Municipal. Outro fato importante a considerar é que esses anos trabalhados são com crianças pequenas, de 2 a 5 anos, estando esses professores mais expostos às dificuldades e enfrentamentos nos desafios vividos no trabalho e suas especificidades nas relações interpessoais a que estão envolvidos diretamente, com professor/ aluno/ família, professor/ diretor, professor/ professor, professor/ funcionários e outros, relações essas, extremamente importantes na definição e cumprimentos dos papéis desempenhados a cada um, na sustentação da dinâmica escolar na educação de crianças pequenas, com o

compromisso de todos os envolvidos, dentro de cada função, definindo melhor a qualidade e relações no trabalho.

Como dito acima, os cuidados dispensados nessa faixa etária com alunos de 2 a 5 anos são extremamente importantes para seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo, exigindo do professor uma performance forte e determinada, conhecimento pedagógico e criatividade, além de cautela e bom senso para lidar com a comunidade escolar e equipe escolar. Assim, a atribuição de classes é determinada pelo diretor da Unidade escolar, ficando a seu critério atribuir a faixa etária de atuação que melhor couber ao professor, levando em consideração primeiro a pontuação do tempo de casa (trabalhado naquela escola) e depois o perfil do professor, ficando assim melhor acordado quando já se conhece o trabalho que cada um desenvolve dentro da Unidade Escolar, na escolha da turma a ser atribuída a cada professor. Lembrando que quanto menor o aluno, mais próximos e atentos serão os cuidados dispensados a essa faixa etária, muito mais frágeis e necessitados de proteção e paciência, e um bom conhecimento do desenvolvimento infantil pelos professores envolvidos.

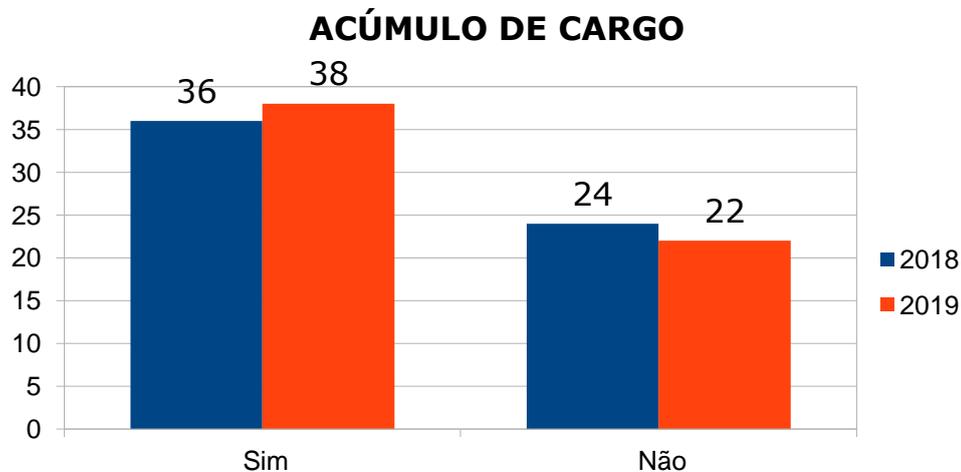
### FAIXA ETÁRIA DE ATUAÇÃO



Fonte: do autor

Considerando que trabalhar com crianças pequenas e em grande número é cansativo, e muitas vezes desgastante, e tendo suas especificidades e a necessidade de desempenhar várias funções na ação docente intrínseca ao trabalho, o que os dados permitem ver, mostram, nesse sentido, é que mais da metade dos professores colaboradores dobram período, ou seja, trabalham dois períodos no mínimo.

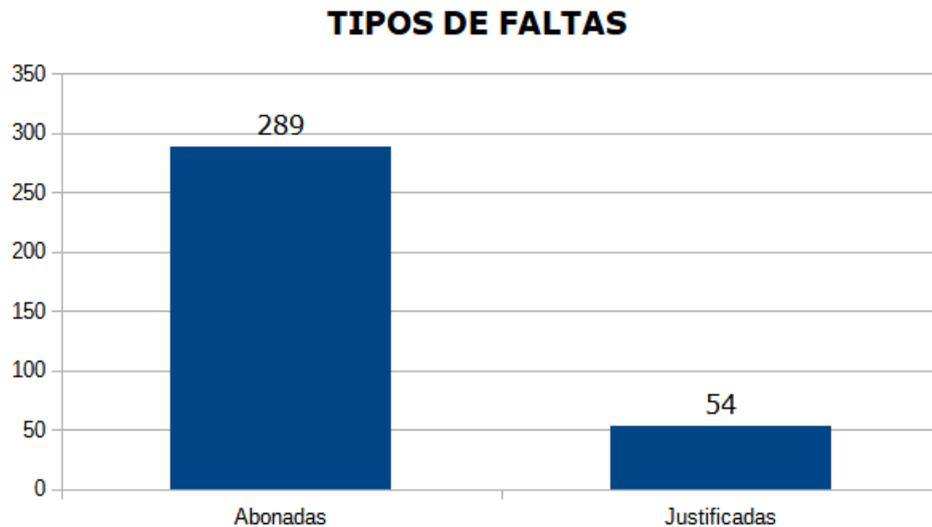
Acumulando cargo, muitas vezes o professor faz até dez horas de trabalho no dia, com a educação de crianças pequenas, e ainda uma vez por semana em cada escola participam das HTPCs (Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo - cumprindo 01h40 por semana, a noite dentro da escola, fora do horário de aula e com todos os professores); (Horas com alunos –cumprido em sala de aula ; Horas de trabalho pedagógico individual – HTPI, cumprido 50 minutos 03 vezes na semana dentro da escola sem aluno; Horas de trabalho pedagógico livre –HTPL, cumprido fora da escola), que fazem parte da jornada total de trabalho, sendo Educação infantil 27 horas/aula semanal, Ensino Fundamental 30 horas/aula semanal, e Educação Física (classes/aulas) de acordo com a carga horária atribuída, lembrando que o professor dobra tudo isso quando trabalha em duas escolas de educação infantil e aumenta ainda mais quando, no outro período, é ensino fundamental. Assim, trabalhando muitas horas seguidas, supõe-se que não sobre tempo para cuidar de si, e o que sobra é para cuidar de toda a sua vida, que vai além da escola.



Fonte: do autor

Essa rotina corrida e estressante é que leva muitas vezes o professor à exaustão, como apontam alguns autores estudados no início deste trabalho, por não ter como canalizar sentimentos, angústias, opressão, discriminação, descontentamento, gerando dificuldades nas relações escolares, indignação, desestímulo, e outros problemas próprios da profissão docente, onde o objeto do trabalho é o ser humano em desenvolvimento, com suas características únicas e diversas.

Com todos esses fatores que fazem parte da vivência escolar, o professor acaba culminando num desgaste contínuo de adoecimento, gerando a necessidade de desacelerar esse processo, e para isso faz jus às faltas a que tem direito, principalmente da abonada (6 no ano/ 1 no mês) e a justificada.



Fonte: do autor

Seguindo as determinações do Estatuto do Magistério Público Municipal de Rio Claro nº 24 de 15 de outubro de 2007, Cap. II Artigo 67, a falta do Profissional do Magistério pode ser:

I – abonada: mediante ato discricionário do chefe imediato, respeitado o limite de 01 (uma) falta ao mês, totalizando 06 (seis) faltas por ano civil;

II – justificada: nos casos de necessidade ou força maior, mediante requerimento fundamentado do Profissional do Magistério e avaliação do seu chefe imediato;

III – injustificada: quando não houver requerimento do Profissional do Magistério, quando o chefe imediato não aceitar as justificativas apresentadas ou nas demais hipóteses previstas neste Estatuto.

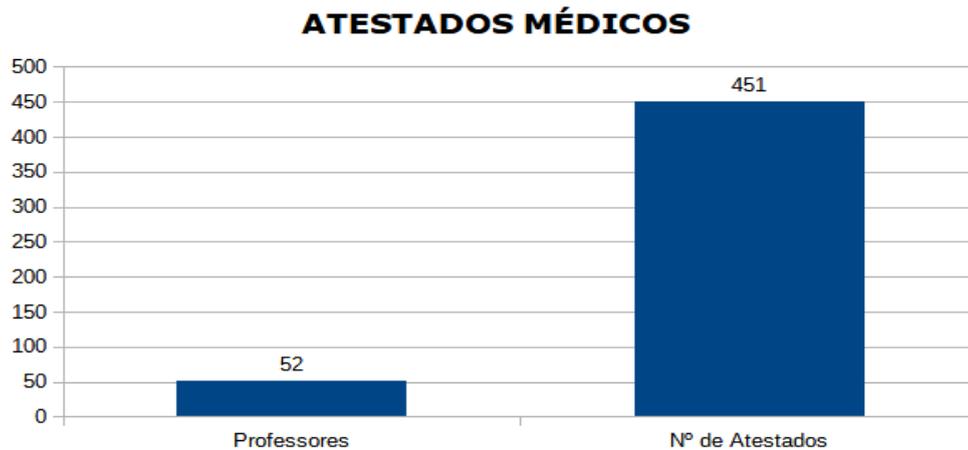
É preciso atenção para não faltar muito, perdendo o direito à licença prêmio se extrapolar 15 faltas em 5 anos, de três meses (45 dias em gozo e 45 dias em pecúnia), e as férias anuais, quando as ausências ultrapassam 32 dias consecutivos.

Em se tratando de direitos, muitos também fazem jus a 6 dias abonados quando trabalham para o Cartório eleitoral, podendo ser descontado durante o ano letivo,

bastando avisar com antecedência a escola, como também abono para comparecer na Justiça pública, e doação de sangue. Os professores contam também com as declarações de horas para usar como falta/aula (equivale a 50 minutos cada, ou seja, uma hora/aula), atentando para não ultrapassar a metade de horas/aula do dia (3 no máximo) que, no caso da educação infantil, o período (manhã ou tarde) é de 5 horas/aula de 50 minutos cada. Verificando os dados levantados no total foram dadas 289 faltas abonadas por 55 professores colaboradores e 60 faltas justificadas por 16 professores colaboradores, em dois anos letivos trabalhados (2018 e 2019). Assim, a abonada por ser direito garantido, sem prejuízo financeiro, os professores fazem uso de quase todas elas no ano. Contando com essas folgas para resolver as questões domésticas, de saúde e familiares os professores conseguem apertadamente ir vencendo as dificuldades com o tempo e afazeres dentro e fora da escola, ainda que essa questão, como já visto anteriormente, acaba sendo mais um estressor oriundo do trabalho intenso na escola, e o pouco tempo livre.

Assim, os professores usam de licenças saúde, licenças de prestação de serviços (Cartório eleitoral, Justiça pública, doação de sangue), faltas abonadas ou justificadas, e outros, rompendo o ciclo de estresse segundo Esteves (1999), usando dessas faltas na maioria das vezes, no final do semestre ou do ano, como alívio à pressão e um fôlego para continuar com o trabalho docente, conseguindo finalizar o ano letivo.

Mais pontualmente que os outros dados coletados e focando o objetivo da pesquisa nas escolas, a extração do CID (Código Internacional de Doença) nos atestados médicos é o ponto mais importante pesquisado, é nele que procuramos respostas a tantas questões que essa pesquisa traz sobre a relação do adoecimento do professor no desempenho do trabalho docente.



Fonte: do autor

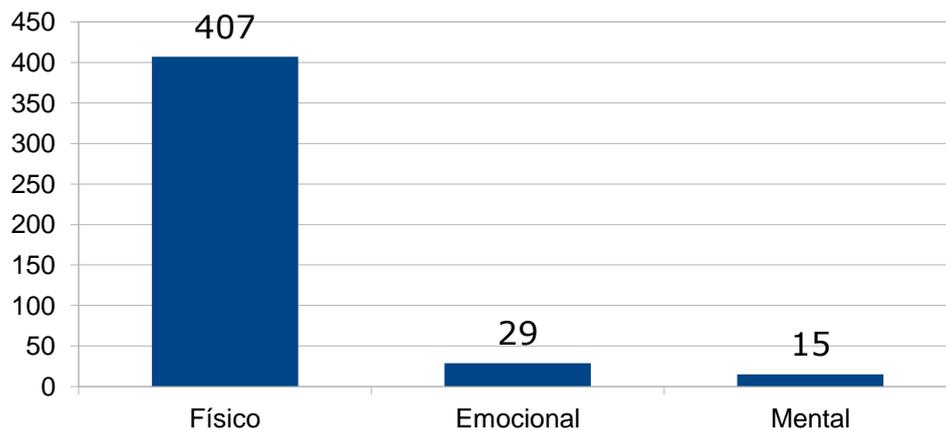
Nos números coletados e analisados, a quantidade de atestados é bem significativa no montante de dois anos letivos, mas quando se divide pelo número de professores colaboradores e o tempo trabalhado, verifica-se que a maioria esteve na média de 8 a 9 atestados apresentados na escola, em dois anos letivos trabalhados, somando apenas faltas médicas, sem contar faltas abonadas e justificadas as quais já foram mencionadas anteriormente.

É preciso considerar, também, que os professores que não dobram período - que em 2018 foram 24 professores e em 2019 foram 22 - podem procurar recursos médicos no período contrário ao do trabalho, não necessitando a apresentação de atestados, ou seja, não consta registro deles no prontuário por ser desnecessário fora do horário de trabalho, o que não garante que não tenham problemas de saúde, ou façam algum acompanhamento médico.

Para análise dos dados, após contabilizar a quantidade de atestados são elencadas todas as doenças extraídas do CID (Código Internacional da Doença), com o tipo de adoecimento separado por aspectos, sendo que o físico, por ser muito amplo, englobando vários diagnósticos em partes do corpo e os órgãos diferentes, aparece em número elevado, se comparado com o aspecto emocional e mental. Levando em consideração os estudos realizados sobre o tema, e os dados apresentados aqui, os problemas de aspecto físico aparecem mais constantes, e também por se tratar do trabalho com a educação infantil, com crianças pequenas, onde exige uma postura de cuidados e acolhimento diário, sendo dispensado um esforço bastante corporal, com relações bem próximas e de amparo aos pequenos, de agachamento, sustentação e colo, de manter-se no nível do aluno, sentar-se em roda, manter-se em pé e em

movimento constante ao longo do período e outras situações do trabalho que muitas vezes são involuntárias à sua vontade ou de inviabilidade, de acordo com sua condição física.

### TIPO DE ADOECIMENTO



Fonte: do autor

Aparecem, também, nos atestados, os tratamentos dentários, importante para saúde bucal e outras infecções e correções mandibulares, mostrando os cuidados existentes nesse sentido, ainda que em número pequeno, mas auxiliando na prevenção e saúde dos professores. Existe também a possibilidade de fazer a manutenção bucal fora do período de trabalho, sendo que somente são aceitos atestados de cirurgias e extrações para abono desse tipo de falta com atestado odontológico.

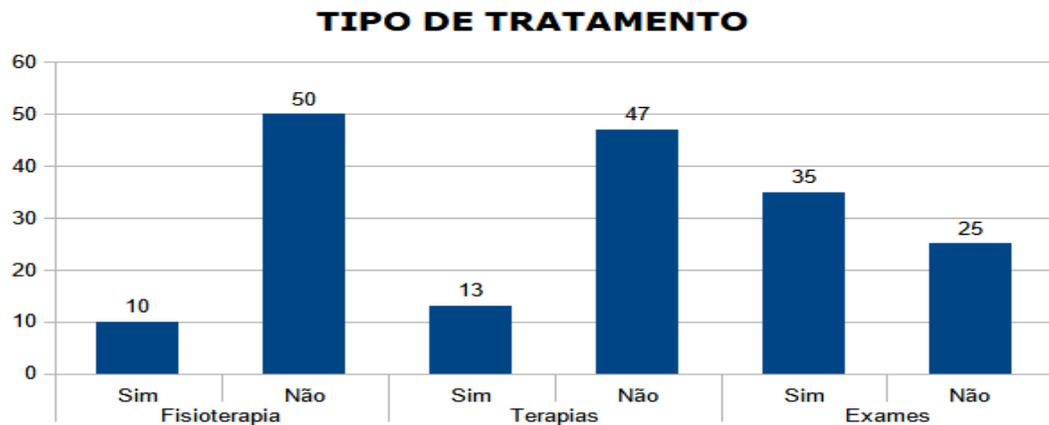
Uma questão diferenciada, que também está presente nos atestados médicos, são os acidentes de trabalho e de percurso, que são tratamentos ou afastamentos por tempo indeterminado sem prejuízo salarial.

Outra questão importante a destacar, é que os números nem sempre são reais quanto a outros aspectos analisados aqui, como o emocional e mental, pois vimos nos estudos de autores especializados nessa área, o posicionamento de professores nessa questão delicada da saúde, considerado vergonhoso e até enfraquecedor da atividade profissional, levando a uma questão pessoal admitir a necessidade de diagnóstico e tratamento, se expondo a questionamentos por parte dos colegas e gestores. Assim, muitos professores que apresentam esses sintomas de adoecimento ficam constrangidos de se expor e deixam para procurar assistência médica quando

já estão muito comprometidos, e ainda pior, se tiver agravante de problemas da vida pessoal, ficam cada vez mais distantes e acabam procurando atendimento fora do horário de trabalho, sem a necessidade de apresentar atestado ou qualquer registro de tratamento médico, não comprometendo seu trabalho com o diagnóstico apresentado (salvo casos graves de afastamento das atividades escolares), agendando exames, terapias e tratamentos de indicação médica em horário de almoço ou a noite. Aqui, o que podemos prever é que o número pequeno de CIDs coletados no aspecto emocional e mental tem probabilidade de não serem os únicos no grupo pesquisado, revelando inconsistência de dados nesse caso. O que podemos afirmar, a partir dos dados coletados desse grupo, de 60 professores colaboradores é que de 451 diagnósticos, 407 foram de aspecto físico, 29 emocional e apenas 15 mental. Em apenas um caso, conforme dados coletados, com problema psiquiátrico, o professor foi recolocado em função pedagógica fora da sala de aula. Assim, por tudo que foi estudado e comparado com outras pesquisas realizadas, dá para afirmar que, para uma versão realmente verídica, seria necessária a entrevista individual com os colaboradores, oferecendo sigilo total do entrevistado.

Não cabe aqui descrever todas as doenças apresentadas nos atestados médicos, pois não é esse o objetivo do trabalho e, sim, saber se elas existem e quais sintomas afetam mais os professores em seu trabalho docente, chegando a se ausentar ou até se afastar do mesmo por complicações da saúde relacionadas ao trabalho docente.

O tratamento médico prescrito é outra questão relativa em termos de ausência do trabalho por motivos de saúde. O professor às vezes não quer comprometer seu horário de trabalho, entrando mais tarde ou saindo mais cedo, não alterando sua rotina, preferindo muitas vezes sair do trabalho primeiro e cuidar da saúde depois, quando esse tratamento permite continuar a desempenhar sua função docente. Muitos desses problemas de saúde típicos do trabalho docente, como dores lombares, joelho, cefaleias, problemas de estômago e voz, aumento ou diminuição de peso, depressão, distúrbios emocionais e outros, sempre acabam, em algum momento, levando-os ao afastamento das atividades escolares para recuperarem o equilíbrio físico ou emocional.



Fonte: do autor

O direito a falta/aula (50 minutos cada), no início do período de trabalho ou no final dele, também oferece ao professor a oportunidade de fazer o tratamento sem a necessidade do afastamento total, e ainda com a vantagem de não constar na Ficha 100 (Ficha de controle de frequência sistematizada da Rede Municipal), não prejudicando assim a contagem de tempo de serviço para progressão, anuênio e licença prêmio.

Um fator extremamente importante, que alguns estudos trazem, mas que Balinhas *et al*(2013) pesquisou diretamente com professoras de educação infantil, revela a questão da medicação, quanto ao uso de remédios prescritos ou não, que o professor faz, para atenuar suas dores e mal estares frequentes, e que através da ingestão desses, proporcionam a si condições favoráveis de enfrentar por mais algum tempo a rotina dinâmica da escola. O tratamento com remédios acaba sendo um alívio, ainda que temporário, não interrompendo suas atividades e cumprindo com seus compromissos escolares. Assim, essa forma de tratamento por ser pessoal, constante apenas no receituário médico e não no atestado com o CID (Código Internacional da Doença), acaba passando despercebido na vida profissional do professor, não sendo registrado em seu prontuário.

Muitas vezes esse atalho, que o professor usa para resolver seus problemas de saúde, acaba por criar ou desenvolver outros, pois, ingerem medicamentos que muitas vezes alteram seu estado normal, levando a complicações e desestabilidade física e emocional, alterando seu desempenho profissional, e as relações interpessoais dentro da escola, agravando ainda mais seu adoecimento no trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos bibliográficos levantados foi possível conhecer mais a fundo as diversas características que envolvem o trabalho docente, e como esses fatores marcam a trajetória do professor na ação docente, levando em consideração as implicações ambientais e estruturais; os problemas nos sistemas organizacionais; o desenvolvimento das políticas públicas brasileiras; as ações pedagógicas de qualidade ou a falta delas nas instituições educacionais; as complicações burocráticas e administrativas do sistema; o cumprimento das legislações e resoluções específicas para cada etapa do ensino, respondendo assim, aos indícios de que esse montante de variáveis podem sim afetar a saúde do professor no desenvolvimento do trabalho pedagógico na ação docente.

Considerando a inquietação inicial de que o professor adocece no desenvolvimento do trabalho docente na educação infantil, fui em busca da resposta em estudos realizados anteriormente sobre o assunto, mas pouco se vê tendo como foco central a saúde do professor que desempenha seu trabalho com crianças de 2 a 5 anos. Centrada na realidade das escolas municipais pesquisadas e analisados os dados coletados que a pesquisa documental trouxe, entende-se que, na realidade observada nas escolas a partir da análise dos dados coletados somente, não é possível afirmar que o trabalho docente em si causa algum adoecimento ao professor de educação infantil. Os dados apontam apenas, que os estressores podem sim, alterar o estado de saúde daqueles que possivelmente já tenham uma pré-disposição para tal. A quantidade de atestados apresentados pela maioria dos professores colaboradores, faz a diferença em relação ao adoecimento no desenvolvimento do trabalho pedagógico considerando suas complicações e diversidades de funções exercidas na profissão, oportunizando alterações em seu estado de saúde, se fazendo necessário ausentar-se do trabalho para reestabelecer seu equilíbrio físico ou emocional.

Acreditar que o professor adocece na ação do trabalho docente é possível, mas não provável. Pela quantidade de atestados apresentados pelos professores colaboradores, fica claro na análise dos dados obtidos através do CID (Código Internacional da Doença) que as várias doenças que surgiram, são próprias de sintomas e diagnósticos apontados pelos professores em seus mal estares no

trabalho, como vistos, problemas físicos: voz, faringite, amigdalite, rinite, sinusite, conjuntivite, artrite, artrose, tendinite, lesões de joelho e coluna, lombalgia, anemia, infecção urinária e rim, refluxo, gastrite, cefaleia, menopausa, neuropatias, sendo esses os mais comuns com maior número apontado nos atestados médicos, como vistos também os problemas emocionais e mentais que aparecem como: depressão, transtornos compulsivos, alimentares e de pânico, ansiedade generalizada, distúrbio de atividade e atenção, obesidade, transtornos alimentares e de emagrecimento, distúrbios neurovegetativos (sistema nervoso). Portanto, existem indicadores de sofrimento, porém nada que prove que todo profissional docente está sujeito à adoecer no exercício da profissão docente na educação de crianças pequenas.

Para que a pesquisa vá realmente ao encontro das expectativas declaradas, seria necessário o uso de outra metodologia associada a pesquisa documental, talvez um questionário de perguntas e respostas direcionado aos professores para que esses tivessem voz, para que pudessem expor o que pensam e sentem sobre a relação do trabalho docente com a saúde. Só assim seria possível afirmar com precisão sobre a questão em voga, ainda que todos os indícios e pesquisas já realizadas em outros lugares apontem também nesse sentido, confirmando as hipóteses levantadas aqui. É visto que, existem poucos estudos na área da educação nesse sentido, a ponto de se fazer uma política pública consistente, valorizando os estudos comprobatórios do possível adoecimento docente. Isso daria condições para atentar sobre a necessidade de formações específicas aos gestores, investindo na promoção da saúde na escola, visando cuidados e prevenção das causas oriundas do esforço físico e mental que o trabalho docente exige na educação infantil, nos aspectos físico, social, afetivo e intelectual.

Seria muito importante dar continuidade a esse trabalho de pesquisa, com relação à realidade docente na educação infantil, onde as várias nuances intrínsecas no dia-a-dia do trabalho docente só são realmente reveladas a partir das experiências vividas e descritas por cada professor, onde ao longo dos anos trabalhados o ciclo de “educar” nunca se fecha, sendo professor e aluno ao mesmo tempo, ensinando e aprendendo, que é o que os professores de crianças pequenas fazem de melhor. Vivem a docência, esse é o comprometimento profissional, de entrega ao trabalho, que marca a carreira do professor da educação infantil e também sua saúde no decorrer do tempo.

O papel do gestor/mediador nesse processo pedagógico/administrativo é fundamental para melhorar as condições de trabalho na escola, partindo de intervenções possíveis sugeridas pelos próprios professores e pautadas em experiências já vividas em algumas instituições escolares públicas. É possível buscar orientações para melhoria da relação humana e social no trabalho docente, tendo como *start* a necessidade observada nas escolas pesquisadas da Rede municipal de Rio Claro em relação ao adoecimento observado nos dados analisados e nos resultados concluídos a partir daí, em razão de indícios de doenças apontadas como a causa de ausência dos professores no trabalho docente.

Vimos também que no Município de Rio Claro o trabalho docente é orientado pela Secretaria Municipal da Educação, e é na figura do gestor escolar, mais próximo dos desafios e conquistas dos professores, que acredito estar a função de dar apoio e respaldo administrativo, pedagógico e afetivo aos professores de crianças pequenas, na intenção de “*cuidar de quem cuida*”.

### **Possibilidades de Cuidado e Prevenção**

Já vimos que é necessária a atenção especial do gestor de ensino no andamento do relacionamento do docente com a escola, sem esse equilíbrio perde o professor, o aluno e a escola, causando a sensação de impotência na solução dos problemas enfrentados.

Baseado nos estudos de Esteve (1999) Paulo Henrique Schwalm, pedagogo e diretor de uma escola Estadual em Marmeleiro no Paraná, em seus estudos voltados à saúde do professor, desenvolveu um programa de formação possível de ser realizado em qualquer escola, em prol de diminuir a ausência dos docentes por motivos de saúde e melhorar a indisposição para o trabalho. Com o objetivo de valorizar o professor, e apoiar esse profissional importante e indispensável na escola, após o levantamento de todas as implicações que o trabalho docente traz, fica como sugestão esse programa de promoção à saúde na escola:

- Programa – Atitudes de Bem Estar: atividades a serem desenvolvidas nas escolas, em horários organizados pelo gestor, com a participação de todos os docentes e distribuídos durante o ano letivo;
- Roda de Conversa: encontro que visa propor a terapia da exposição dos problemas vividos e compartilhá-los com os demais, com direito e respeito a opinião de cada um.

- Viagem de estudo e lazer: determinar locais que oportunizem aprendizado e ambiente positivo para harmonizar o ser humano, natureza e lazer;
- Cinema na escola: escolher filme que traga reflexão, mudança de comportamento e análise de mundo;
- Atividade Física: propor grupos de ginástica, exercícios, jogos, que se encontrem em determinado período (contínuo) e que sejam orientados por um professor especialista na atividade.
- Leituras orientadas: sugerir livros que aprofundem o conhecimento dos professores, intercalando entre autoestima e proficiência, depois debatendo-os e compartilhando-os.
- Convivência em equipe: durante um dia são aplicadas diversas dinâmicas de fortalecimento do trabalho em grupo, priorizando sempre coletivo, havendo a necessidade de que todos estejam envolvidos.
- Palestras direcionadas: contratar profissionais para palestrarem sobre assuntos pertinentes ao bem estar do professor;
- Saúde preventiva: através de conversas com médicos, psicólogos, terapeutas, esclarecer pontos que aumentam a possibilidade de adoecer e suas possíveis prevenções;
- Café da manhã, almoço ou jantar na escola: com nutricionista dando dicas de saúde alimentar, higiene, reeducação alimentar (adequando o que é possível com o que traz benefícios), além do momento de integração;
- Intercâmbio Escolar: formar grupos de professores para visitar outras escolas e com isso conhecerem outras realidades e novas experiências.

Passamos por tensões na vida, no trabalho e na sociedade, é preciso melhorar as condições de docência no País, para que todos possam conquistar uma forma mais humana e digna de viver e trabalhar, sendo necessário desenvolver paralelo a melhora da autoestima uma grande sensibilização, no combate aos problemas sociais, morais e econômicos que envolvem o magistério, além dos problemas familiares refletidos no trabalho escolar. Para que haja a redução desses mal estares nas escolas e que haja um efetivo comprometimento de todos da comunidade escolar, é preciso criar urgentemente políticas públicas voltadas a este tema, que sejam feitas experiências pontuais, garantindo um engajamento de todos os envolvidos no desenvolvimento de uma educação de qualidade, em todas as escolas, onde o coletivo consegue um

resultado muito mais satisfatório do que experiências isoladas, que com o tempo se desgastam e se perdem (SCHWALM, 2009).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALEXANDRE, R. F. **Formação docente para a educação infantil**: em busca de saberes específicos. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em educação escolar, Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2005.

AMADO, E. **O trabalho dos professores do ensino fundamental**: uma abordagem ergonômica. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2000.

APEOESP. **Pesquisa Perfil, Condições de Trabalho e Saúde dos Professores**. elaboração: DIEESE. Subseção APEOESP/Cepes. São Paulo, 2003.

ASSUNÇÃO, A. Á. Saúde e condições de trabalho nas escolas públicas. *In*: OLIVEIRA, D. A. (org). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, p. 87-102, 2003.

BALINHAS, V. L. G. *et al.* Imagens da docência: um estudo sobre o processo de trabalho e mal-estar docente. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza/CE, v. 13, nº. 1-2, p. 249-270, jun. 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1518-61482013000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-61482013000100010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 06 dez. 2020.

BITTENCOURT, J. C. C. **Adoecimento e afastamento do trabalho de servidores públicos estaduais de Santa Catarina, 1995 a 2005**. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2007.

BRASIL. **Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil**. Ministério da Educação. Coordenação de Educação Pré-Escolar. Brasília/DF: MEC/COEPRE, 1975.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990**. Brasília: Senado Federal, 1990.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional da Educação Infantil**. Coordenação da Educação Fundamental. Brasília/DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Senado Federal, 1996.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil**. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEB nº 1, de 7 de abril de 1999** que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília/DF: Diário Oficial da União, seção 1, p. 18 de 13 de abril de 1999.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001** que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 10 jan. 2001.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional da Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Secretaria de Educação Básica. Coordenadoria

Geral de Educação Infantil. Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2005.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº. 1, de 15 de maio de 2006** que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia. Conselho Nacional de Educação. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2006.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/2009** que acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília/DF: Senado Federal, 2009.

\_\_\_\_\_. **Parecer CEB nº 20, de 9 de dezembro de 2009** que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Secretaria da Educação Básica. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Conselho Escolar e sua organização em Fórum**. Secretaria de Educação Básica. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Secretaria da Educação Básica. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013** que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília/DF: Senado Federal, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014** que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF: Casa Civil, 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015** que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2015.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria da Educação Básica Brasília/DF: Ministério da Educação, 2018.

BRAVO, R. S. Técnicas de investigação social: **Teoria e ejercicios**. 7ª ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

CALADO, S. dos S; FERREIRA, S. C. dos R. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. **Metodologia da Investigação I, 2004-2005, DEFCUL**. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

CARNEIRO, M. C. B. G. C. **A saúde do trabalhador professor**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2001.

CARNEIRO, S. A. M. Distúrbios da voz no trabalhador público do município de São Paulo. **Anais do XIII Seminário de Voz PUC- SP**. São Paulo, 2003.

CODO, W. **Educação: carinho e trabalho** Burnout, a síndrome de desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação: carinho e trabalho**. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

CORTEZ, P. A. *et al.* A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Caderno Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, nº. 1, p.113-122, mar. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2017005001101&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2017005001101&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 08 dez. 2020.

CUNHA, C. da; SOUSA, J. V. de; SILVA, M. A. da. **Investigação em política e gestão da educação: métodos, temas e olhares**. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2016.

DEJOURS, C.; MOLINIER, P. Le travail comme énigme. *In: Sociologie du Travail*, XXXVI, **Hors série**, Paris/France, p. 35-44, 1994.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DELCOR, N. S. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino em Vitória da Conquista – Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, nº 1, p. 187-196, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000100035&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000100035&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 16 fev. 2020.

DRAGONE, M. L. S.; NAGANO, L.; BEHLAU, M. Visão atual sobre o problema vocal do professor. **Intercâmbio**, PUC/SP, v. 8, p. 39-48, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/patri/Downloads/4022-9346-1-SM.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente: a-sala-de-aula e a saúde dos professores**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza/CE: UEC, 2002, mimeo.

GALVÁN, J. O. **Que és la depresión?** Disponível em: <https://www.mhanational.org/que-es-la-depresion>. Acesso em: 17 fev. 2004.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, nº. 2, p.189-199, maio/ago. 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000200003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 10 out. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIOIELLI, M. M. P.; POMPÉIA, S.; MICHEL, D. **PROPOSTA PEDAGÓGICA LABOR**, 1992.

GOMES, L. **O trabalho multifacetado de professores/as**: a saúde entre limites. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, p. 79-108, 2007.

KULISZ, B. **Professora em cena**: o que faz a diferença. Porto Alegre/RS: Mediação, 2004.

LEITE, M. P.; SOUZA, A. N. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, v. 32, nº. 117, p. 1105-1121, dez. 2011.

LEITE FILHO, A.G. E.; NUNES, M. F. Direitos da criança à educação infantil: reflexões sobre a história e a política. *In*: KRAMER, S; NUNES, M. F.; CARVALHO, M. C. (org.). **Educação Infantil**: formação e responsabilidade. Campinas/SP: Papyrus, 2017.

LERNER, D.J. *et al.* Jobs train and health-related quality of life in a national sample. **American Journal of Public Health**, Boston/ Massachusetts, v. 84, nº. 10, p. 1580-1585, 1994.

LIBÂNIO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para que?** 9ª ed., São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, F. B. **Fatores contribuintes para o afastamento dos professores dos seus postos de trabalho, atuantes em escolas públicas municipais localizadas na região sudeste**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, V. A. **Condições de trabalho e saúde dos professores sindicalizados de ensino fundamental e médio da rede privada de Campinas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2000.

MANTOVANI, S.; PERANI, R. M. Uma profissão a ser inventada: o educador da primeira infância. **Pro-posições**, Campinas/SP, 10 (1), p. 75-98, (1999). Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644101/11539>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MASCARELLO, M. R. P. **Nos fios de Ariadne**: uma cartografia da relação saúde-trabalho dos professores de uma escola da rede pública do Estado do Espírito

Santo. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2004.

MORENO, L. G. Organização do Trabalho Pedagógico na Instituição de Educação Infantil. *In*: PASCOAL, J. D. (org.) **Trabalho Pedagógico na Educação Infantil**. Londrina/PR: Humanidades, 2007.

NEVES, M. Y. R. **Trabalho docente e saúde mental: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora**. 1999. Tese (Doutorado em Psiquiatria) Programa de Pós-graduação em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NORONHA, M. M. B. **Condições do exercício profissional da professora e os seus possíveis efeitos sobre a saúde**. 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2001.

NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais. **Trabalho, Educação e Saúde [online]**. 2008, vol. 6, nº. 1, p. 65-86. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462008000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 12 set. 2019.

OLIVEIRA, D. L. **Processo de trabalho e saúde na escola: um estudo de caso com professores do ensino fundamental da escola municipal General Mourão Filho em Duque de Caxias**. 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, B. B. **Para além do sofrimento: uma possibilidade de re-significação do mal-estar docente**. 2008. 190 fs. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2008.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.

PANZIERI, A. J. F. **Sintomas osteomusculares e qualidade de vida em professores do ensino fundamental**. 2004. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Faculdade de Ciências Médicas. Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2004.

PEREIRA, A. V. S. **Comprometimento organizacional e qualidade de vida: um estudo com professores do ensino médio**. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP, 2000.

PITHERS, R. T. Teacher stress research: problems and progress. **British Journal of Educational Psychology**, v. 65, p. 387-392, 1995. Disponível em: <https://bpspsychub.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.2044-8279.1995.tb01160.x>. Acesso em: 19 fev. 2020.

RIO CLARO. **Lei nº 2.081, de 31 de outubro de 1985** que estabelece o Estatuto do Magistério Público de Rio Claro. Rio Claro/SP: Câmara Municipal de Rio Claro, 1985.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.096, de 22 de março de 2000** que altera o Estatuto do Magistério Público de Rio Claro. Rio Claro/SP: Câmara Municipal de Rio Claro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 3.777, de 15 de outubro de 2007** que institui o Plano de Cargos, Carreiras e vencimentos do Magistério Público Municipal do Município de Rio Claro e dá providências correlatas. Rio Claro/SP: Câmara Municipal de Rio Claro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Deliberação COMERC nº 001, de 12 de maio de 2011** que fixa Normas Regimentais Básicas para as Escolas do Sistema Municipal de Ensino de Rio Claro. Rio Claro/SP: Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Educação de Rio Claro**. Rio Claro/SP: Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro, 2012.

SANTOS, J. F. S. **Atividade física, saúde mental e percepção de condições de trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino de Joenville**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Joenville/SC, 2006.

SANTOS, N. S. M. **Quando os dados oficiais revelam condições de trabalho: análise dos agravos à saúde de professores das escolas públicas do município de São Paulo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SÃO PAULO. **Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020** que dispõe sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2020.

SCHWALM, P. H. Saúde docente: possibilidades e limites. **Dia a Dia da Educação: Portal Educacional do Estado do Paraná**, Curitiba/PR. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/859-2.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

SELIGMANN-SILVA, E. Crise econômica, trabalho e saúde mental. *In*: ANGERAMI-CAMON, V. (org.) **Crise, trabalho e saúde mental no Brasil**. São Paulo: Traço Editora, p. 54-132, 1986.

SOUZA, A. N.; LEITE, M. P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 32, nº. 117, p. 1105-1121, dez. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000400012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000400012&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 ago. 2020.

SUZIN, R. **A saúde geral dos professores das escolas municipais de Caxias do Sul e suas relações com as atividades laborais**. 2005. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Engenharias de Produção). Programa de Pós-graduação em

Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TRIVINÖS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Atlas, 1987

VIEIRA, D. R. Participação, cidadania e políticas públicas: a construção da saúde em espaços de organização popular. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, nº. 3, p. 591-609, set./dez. 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000300008&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000300008&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 17 mar. 2020.

VIEIRA, J. D. **Identidade expropriada**: retrato do educador brasileiro. 2ª. ed. Brasília/DF: CNTE, 2004.

WIKIPÉDIA. **Classificação Internacional de Doenças (CID)**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Classificação\\_Estatística\\_Internacioanal\\_de\\_Doenças\\_e\\_Problemas\\_Relacionados\\_com\\_a\\_Saúde](https://pt.wikipedia.org/wiki/Classificação_Estatística_Internacioanal_de_Doenças_e_Problemas_Relacionados_com_a_Saúde). Acesso em: 18 out. 2020.

ZACCHI, M. S. S. **Professores (as)**: trabalho, vida e saúde. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2004.

## **ANEXOS**



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP  
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263 www.uniara.com.br/comite-de-etica



**CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL**

Rio Claro, 15 julho de 2020.  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Venho, por meio deste, solicitar a Vossa senhoria autorização para a realização da coleta de dados para meu projeto de pesquisa de Mestrado em Educação: Processos de Ensino, Gestão e Inovação, da Universidade de Araraquara - UNIARA, sob orientação da Professora Dra. Alda Junqueira Marin, intitulado "**As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde do professor**", por meio da verificação do CID nos atestados médicos de adoecimento e/ou licenças saúde e afastamentos ocorridos nos últimos dois anos com professores que atuam na Educação Infantil. O foco será nas ocorrências em relação a saúde, tendo como objetivo quantificar e classificar o tipo de adoecimento e qual área de tratamento envolvida. Essa coleta de dados terá somente interesse estatístico para dar sustentação à pesquisa, que se dará em quatro escolas da Rede Municipal de Ensino escolhida por região, iniciando após apresentar a devida documentação, obter autorização dos diretores responsáveis pela Unidade Escolar e o conhecimento prévio do estudo por parte dos professores.

Visto do olhar da gestão escolar essa pesquisa tem como hipótese o comprometimento da saúde do professor no exercício da função docente, ou seja, na prática do trabalho pedagógico, social e humano desenvolvido na escola. Se constatada tem como proposição colaborar com a eficiência do trabalho docente, melhorando a qualidade do serviço prestado aos professores em relação aos cuidados à sua saúde dentro da escola. A análise dessa coleta tem como objetivo levantar dados do trabalho docente na educação infantil sobre a possível causa do adoecimento físico, emocional e social do professor no desenvolvimento pedagógico da profissão, sofrendo assim intervenções em sua qualidade de vida.

Ressalto que os dados coletados nas escolas serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as Resoluções vigentes relacionadas com pesquisas com seres humanos. Saliento ainda que tais dados serão utilizados somente para realização deste estudo na conclusão da pesquisa.

Apesar da natureza documental da pesquisa, informo também que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA, e me comprometo a encaminhar a vossa senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir.

Antecipadamente agradeço a colaboração.

*Dalila Margarete da Silva Nunes*  
Dalila Margarete da Silva Nunes

Pesquisadora responsável

**Autorização da Secretaria Municipal da educação**

Deferido (X)

Indeferido ( )

Assinatura Adriano Moreira  
*Secretário Municipal de Educação*  
RG: 29.276.838-2

Carimbo: \_\_\_\_\_

Data: 23/07/2020



**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP  
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

[www.uniara.com.br/comite-de-etica](http://www.uniara.com.br/comite-de-etica)

**CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL**

Rio Claro, 24 de julho de 2020.

Prezado Senhor Anderson de lima

Diretor da Escola Municipal "Profª Lygia do Carmo Polastri Vendramel"

Venho, por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada **As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde do professor**, sob a orientação da Profa. Dra. Alda Junqueira Marin, junto ao PPG em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara-UNIARA.

O trabalho tem como objetivo descobrir as causas mais comuns do adoecimento do professor e sua relação com o bem estar profissional, e também levantar as situações em que acontece esse comprometimento; os tipos de problemas e com que frequência ocorrem; motivos da ausência por questão de saúde; e os devidos tratamentos e afastamentos temporários.

Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA e me comprometo a encaminhar a Vossa Senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as Resoluções vigentes relacionadas com pesquisas com seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir. Antecipadamente agradeço a colaboração.

Dalila Margarete da Silva Nunes  
Pesquisadora responsável

**PARA PREENCHIMENTO DA INSTITUIÇÃO**

Autorizado (  )

Não autorizado (  )

Assinatura \_\_\_\_\_

Data: 28/07/2020

Carimbo: \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA**  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP  
 CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

[www.uniara.com.br/comite-de-etica](http://www.uniara.com.br/comite-de-etica)

**CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL**

Rio Claro, 24 de julho de 2020.

Prezada Senhora Silmara Bonetti Zuin

Diretora da Escola Municipal "Dom Pedro I"

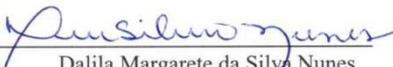
Venho, por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada **As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde do professor**, sob a orientação da Profa. Dra. Alda Junqueira Marin, junto ao PPG em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara-UNIARA.

O trabalho tem como objetivo descobrir as causas mais comuns do adoecimento do professor e sua relação com o bem estar profissional, e também levantar as situações em que acontece esse comprometimento; os tipos de problemas e com que frequência ocorrem; motivos da ausência por questão de saúde; e os devidos tratamentos e afastamentos temporários.

Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA e me comprometo a encaminhar a Vossa Senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as Resoluções vigentes relacionadas com pesquisas com seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir. Antecipadamente agradeço a colaboração.

  
 Dalila Margarete da Silva Nunes  
 Pesquisadora responsável

**PARA PREENCHIMENTO DA INSTITUIÇÃO**

Autorizado  (X)

Não autorizado  ( )

Assinatura  \_\_\_\_\_

Data: 29/07/20.

Carimbo: \_\_\_\_\_

*Silmara Bonetti Zuin*  
 RG: 17.207.521-X  
 Diretora Sub.



**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA**  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP  
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

[www.uniara.com.br/comite-de-etica](http://www.uniara.com.br/comite-de-etica)

**CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL**

Rio Claro, 24 de julho de 2020.

Prezado (a) Sr. (a) Luciana Cristina Borges Dias de Arruda

Diretor da Escola Municipal "Profª Laura Pena Joly"

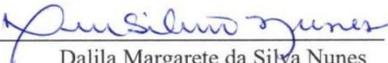
Venho, por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada **As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde do professor**, sob a orientação da Profa. Dra. Alda Junqueira Marin, junto ao PPG em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara-UNIARA.

O trabalho tem como objetivo descobrir as causas mais comuns do adoecimento do professor e sua relação com o bem estar profissional, e também levantar as situações em que acontece esse comprometimento; os tipos de problemas e com que frequência ocorrem; motivos da ausência por questão de saúde; e os devidos tratamentos e afastamentos temporários.

Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA e me comprometo a encaminhar a Vossa Senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as Resoluções vigentes relacionadas com pesquisas com seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir. Antecipadamente agradeço a colaboração.

  
Dalila Margarete da Silva Nunes  
Pesquisadora responsável

**PARA PREENCHIMENTO DA INSTITUIÇÃO**

Autorizado  (x)

Não autorizado  ( )

Assinatura \_\_\_\_\_



Data: 28/07/20

Carimbo: \_\_\_\_\_

*Luciana C. Borges D. Arruda*  
RG 16.387.468-2  
Diretora de Escola Substituta



**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA**  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**  
 Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP  
 CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

[www.uniara.com.br/comite-de-etica](http://www.uniara.com.br/comite-de-etica)

### CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

Rio Claro, 24 de julho de 2020.

Prezado (a) Sr. (a) Ellen Jane Bortolin

Diretor da Escola Municipal "Dr. Paulo Koelle"

Venho, por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada **As implicações do trabalho docente na educação infantil e a saúde do professor**, sob a orientação da Profa. Dra. Alda Junqueira Marin, junto ao PPG em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara-UNIARA.

O trabalho tem como objetivo descobrir as causas mais comuns do adoecimento do professor e sua relação com o bem estar profissional, e também levantar as situações em que acontece esse comprometimento; os tipos de problemas e com que frequência ocorrem; motivos da ausência por questão de saúde; e os devidos tratamentos e afastamentos temporários.

Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA e me comprometo a encaminhar a Vossa Senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as Resoluções vigentes relacionadas com pesquisas com seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir. Antecipadamente agradeço a colaboração.

  
 Dalila Margarete da Silva Nunes  
 Pesquisadora responsável

#### PARA PREENCHIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Autorizado

Não autorizado

Assinatura 

Data: 29/07/2020

Carimbo:   
 Ellen Jane Bortolin  
 Diretora de Escola  
 RG: 16.871.803-3



**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA**  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP  
 CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263 [www.uniara.com.br/comite-de-etica](http://www.uniara.com.br/comite-de-etica)

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Professores

### Dados de identificação

**TÍTULO DO PROJETO:** AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A SAÚDE DO PROFESSOR.

**Pesquisador Responsável:** Dalila Margarete da Silva Nunes

**Telefone para contato:** (19)997396022

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, estado civil, \_\_\_\_\_, idade \_\_\_\_\_ anos, residente  
 na \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_,  
 cidade \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_

### **Declaro ter sido esclarecido(a) sobre os seguintes pontos:**

Essa pesquisa tem como objetivo colaborar com a eficiência do trabalho docente, melhorando a qualidade do serviço prestado na ação pedagógica e para isso é necessário levantar dados do trabalho docente na educação infantil sobre a possível causa do adoecimento físico, emocional e social do professor no desenvolvimento da profissão, sofrendo assim intervenções em sua qualidade de vida.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa venham contribuir com o processo de formação docente em serviço, sendo destinados cuidados com a saúde do profissional docente, prevenindo e protegendo-o do desgaste próprio de quem trabalha com o desenvolvimento cognitivo, físico e social de crianças pequenas.

1. A minha colaboração nesse projeto se dará mediante a autorização da abordagem dos documentos anexos em meu prontuário arquivado na secretaria da escola onde meu cargo está lotado, estando ciente que será mantido total sigilo da minha participação. A coleta de dados será efetuada somente em relação à questão médica de atestados e/ou afastamentos constantes apenas em dois anos de efetivo exercício trabalhados na mesma unidade escolar.
2. A coleta de dados ao qual tal documento será submetido não provocará danos físicos. No caso de sentir algum desconforto emocional para a realização da pesquisa, serei acolhida, e desobrigada da participação da mesma, ciente que os benefícios da minha participação, contribuiriam para a melhoria da prática docente.
3. Não terei nenhuma despesa ao participar deste estudo.
4. Poderei deixar de participar do estudo a qualquer momento.
5. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido.
6. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determina a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

7. Meu nome e local de trabalho serão mantidos em sigilo, assegurando assim a minha privacidade e, se desejar, deverei ser informado dos resultados dessa pesquisa;

8. Tenho informado que os resultados apresentados da análise da pesquisa será de forma compilada no montante das escolas como medida de proteção ao participante e ao sigilo documental.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos poderá entrar em contato com a responsável pela pesquisa, pelo telefone: (19) 997396022 ou por e-mail: dalilamsnunes@yahoo.com.br e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min.- 13h00min.- 14h00min- 17h00min.

Assim, diante dos esclarecimentos prestados, concordo em participar do estudo:

*“As implicações do trabalho docente na Educação infantil e a saúde do professor”.*

Rio Claro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

-----

Assinatura do participante

**Observação:** Este é o modelo do documento enviado aos professores colaboradores da pesquisa, mantendo o compromisso do sigilo dos mesmos, não evidenciando o documento individual de cada um.

## ESTUDO DOCUMENTAL (2020)

Ficha individual/Coleta de dados		Escola: nº			Ano: 2018	
Professor/ colaborador	Idade (data de nascimento)	Tempo de serviço (admissão)	Faixa etária de atuação	Estabilidade: Efetivo/ Contratado	Acúmulo de cargo	Formação:
Nº:	-----/-----/----- -----anos	-----/-----/-----	----- anos	E( ) C ( )	Sim( ) Não( )	Graduação ----- Pós graduação ( ) Outros:-----
Nº de Atestados: _____		Adoecimento (físico, emocional, mental)		Tipo de Tratamento (fisioterapia, terapia, Exames laboratoriais/clínicos)		Observações:
CID:		F( ) E( ) M( )		F( ) T( ) M( )	Outros:	

Ano: 2019					
Nº de Atestados: _____	Tempo de serviço (admissão)	Faixa etária de atuação	Estabilidade Efetivo/ Contratado	Acúmulo de cargo	Formação:
CID:	-----/-----/-----	-----anos	E() C ( )	Sim() Não ( )	Graduação----- Pós graduação ( ) Outros:-----
Adoecimento (físico ,emocional, mental)			Tipo de Tratamento (fisioterapia, terapia, exames laboratoriais/ clínicos)		
Físico( )      Emocional( )      Mental( )			Fisioterapia( )      Outros: Terapias ( ) Exames laboratoriais/clínicos( )		

Colaboradores: Escola (1,2,3,4)		Formação		Tempo de serviço		Sala Atuação	Acúmulo de cargo
Escola / Docente	Idade	Graduação	Pós-graduação	Magistério	Rede Munic.	2018/2019	
Escola 1 /01	41	Pedagogia	Sim	14	14	Inf.2 /Inf.2	Não
Escola 1 /02	43	Pedagogia	Sim	21	15	Inf.2/Mat1	Projeto
Escola 1/03	38	Pedagogia	Sim	15	15	Mat1 /Mat2	Não
Escola 1/04	50	Pedagogia	Sim	28	23	Inf.2/Inf.2	Projeto
Escola 1/05	49	Pedagogia	Sim	26	14	Inf.1/Mat1	Não
Escola 1/06	49	Pedagogia	Sim	14	14	Mat2/Inf.1	Projeto
Escola 1/07	44	Pedagogia	Sim	28	18	Inf.2/Inf.2	Sim
Escola 1/08	47	Pedagogia	Sim	28	14	Inf.2/Inf.2	Projeto
Escola 1/09	59	Pedagogia	Não	11	11	Mat2/Mat2	Sim
Escola 1/10	46	Pedagogia	Sim	11	11	Inf.1/Mat2	Sim
Escola 1/11	49	Pedagogia	Não	10	10	Mat2/Mat2	Não
Escola 1/12	30	Pedagogia	Mestrado	3	3	Inf.1/Inf.2	Não
Escola 1/13	48	Pedagogia	Não	28	23	Inf.2/Inf.2	Projeto
Escola 1/14	34	Pedagogia	Não	13	11	Inf.1/mat2	Não
Escola 1/15	44	Pedagogia	Sim	19	19	Inf.1/Inf.2	Não
Escola 1/16	59	Pedaagogia	Sim	30	26	Inf.1/Inf.1	Não
Escola 1/17	43	Pedagogia	Sim	12	10	Mat1 /Mat2	Sim
Escola 1/18	46	Pedagogia	Não	12	11	Inf.2/Inf.2	Projeto
Escola 1/19	51	Educ. Física	Pedagogia	20	15	Ed Fis/Ed Fis	Não
Escola 1/20	32	Educ. Física	Não	9	6	Ed Fis/Ed Fis	Não
Escola 2/01	32	Educ. Física	Sim	7	7	Ed Fis/Ed Fis	Não
Escola 2/02	50	Pedagogia	Sim	31	30	Inf.2/Inf.2	Não
Escola 2/03	44	Pedagogia	Sim	28	18	Inf.2/Inf.2	Sim
Escola 2/04	46	Pedagogia	Sim	17	12	Inf.1/Mat1	Sim
Escola 2/05	50	Pedagogia	Sim	28	24	Mat1/Inf.1	Projeto
Escola 2/06	50	Pedagogia	Sim	19	12	Inf.2/Inf.2	Projeto
Escola 2/07	38	Pedagogia	Sim	14	12	Inf.1/Inf.2	Não
Escola 2/08	58	Pedagogia	Sim	37	20	Inf.1/Inf.1	Não
Escola 2/09	49	Pedagogia	Não	28	24	Inf.2/Mat2	Projeto
Escola 2/10	52	Pedagogia	Sim	12	10	Inf.2/Inf.2	Sim
Escola 2/11	46	Pedagogia	Sim	23	14	Inf.2/Inf.2	Não
Escola 2/12	43	Pedagogia	Não	12	5	Inf.1/Inf.1	Sim
Escola 2/13	45	Educ. Física	Sim	10	6	Ed Fis/Ed Fis	Sim
Escola 2/14	28	Pedagogia	Não	5	5	Mat2/Inf.2	Sim
Escola 2/15	56	Educ. Física	Pedagogia	13	5	Ed Fis/Ed Fis	Não
Escola 2/16	54	Pedagogia	Não	25	19	Inf.1/mat1	Sim
Escola 3/01	55	Pedagogia	Não	24	10	Mat2/Mat2	Projeto
Escola 3/02	50	Pedagogia	Sim	31	24	Mat1/Mat1	Não
Escola 3/03	45	Pedagogia	Sim	25	12	Mat2/Mat1	Projeto
Escola 3/04	63	Pedagogia	Não	26	14	Inf.1/Inf.1	Projeto
Escola 3/05	68	Pedagogia	Sim	15	15	Mat1/Mat1	Sim
Escola 3/06	56	Educ. Física	Pedagogia	17	7	Ed.fis/Ed.Fis	Não
Escola 4/01	44	Pedagogia	Psicologia	10	10	Mat2/Mat1	Não
Escola 4/02	56	Pedagogia	Não	31	19	Inf.1/Inf.1	não
Escola 4/03	44	Pedagogia	Educ. Especial	25	11	Inf.1/mat2	Sim
Escola 4/04	32	Educ. Física	Sim	6	6	Ed.fis/Ed.Fis	Sim
Escola 4/05	46	Pedagogia	Sim	27	9	Inf.1/mat2	Não
Escola 4/06	45	Pedagogia	Psicologia	26	14	Mat2/Mat2	Sim
Escola 4/07	48	Pedagogia	Não	17	10	Mat2/Mat2	Sim
Escola 4/08	35	Educ. Física	Sim	7	7	Ed.fis/Ed.Fis	Sim
Escola 4/09	49	Pedagogia	Sim	14	8	Inf.1/Inf.2	Sim
Escola 4/10	46	Pedagogia	Não	23	16	Inf.1/Inf.2	Sim
Escola 4/11	38	Pedagogia	Sim	10	10	Mat2/Inf.1	Sim
Escola 4/12	38	Pedagogia	Sim	10	7	Inf.2/Inf.1	Sim
Escola 4/13	54	Pedagogia	Não	28	11	Inf.1/Inf.2	Não
Escola 4/14	46	Pedagogia	Sim	12	9	Inf.2/Inf.2	Não
Escola 4/15	37	Pedagogia	Sim	8	8	Inf.2/Inf.2	Sim
Escola 4/16	35	Pedagogia	Educ. Especial	7	7	Inf.2/Inf.2	Não
Escola 4/17	44	Pedagogia	Sim	12	8	Mat2/Mat2	Não
Escola 4/ 18	18	Pedagogia	Sim	7	7	Inf.1/Mat2	Projeto

Obtenção de dados documentais				Código Internacional da Doença (CID)			Tipo de tratamento			
Falta Justificada (2 anos)	Falta Abonada (2 anos)	Atestados		Total de atestados	Adoecimento			Recomendação Médica		
		2018	2019		Físico	Emocional	Mental	Fisioterapia	Terapias	Exames
14	11	1	2	3	3	0	0	Não	Não	Sim
9	6	5	6	11	11	0	0	Sim	Não	Sim
0	5	6	6	12	11	1	0	Não	Não	Sim
0	6	1	3	4	4	0	0	Não	Não	Sim
0	2	6	9	15	14	1	0	Não	Não	Sim
0	4	0	0	0	0	0	0	Não	Não	Não
0	5	8	1	9	9	0	0	Não	Sim	Sim
0	4	16	18	45	45	0	0	Não	Não	Sim
1	6	2	7	9	9	0	0	Não	Sim	Sim
0	5	1	1	2	1	1	0	Não	Não	Sim
6	6	2	4	6	6	0	0	Sim	Não	Não
0	0	3	2	5	5	0	0	Não	Não	Sim
2	2	0	0	0	0	0	0	Não	Não	Não
11	6	0	0	0	0	0	0	Não	Não	Não
0	6	4	5	9	6	3	0	Não	Sim	Sim
0	6	6	4	10	8	1	1	Não	Sim	Sim
0	0	2	5	7	7	0	0	Não	Não	Não
0	4	1	2	3	3	0	0	Não	Não	Não
0	3	0	0	0	0	0	0	Não	Não	Não
0	0	2	2	4	4	0	0	Não	Não	Não
1	6	1	7	8	8	0	0	Não	Não	Não
0	0	3	10	13	13	0	0	Sim	Sim	Sim
1	3	9	2	11	8	2	1	Não	Sim	Sim
3	11	4	4	8	8	0	0	Não	Não	Sim
0	0	0	0	0	0	0	0	Não	Não	Não
0	10	1	0	1	1	0	0	Não	Não	Sim
0	5	1	0	1	1	0	0	Sim	Não	Sim
0	6	5	11	16	16	0	0	Sim	Não	Sim
0	11	0	0	0	0	0	0	Não	Não	Não
0	11	0	0	0	0	0	0	Não	Não	Não
1	10	1	1	2	2	0	0	Não	Não	Não
0	4	4	2	6	6	0	0	Sim	Sim	Sim
1	5	2	9	11	10	0	1	Não	Sim	Sim
0	6	2	5	7	6	0	1	Não	Sim	Sim
0	4	6	8	14	14	0	0	Sim	Sim	Sim
0	2	14	13	27	27	0	0	Não	Não	Sim
0	10	6	16	22	27	0	0	Sim	Não	Sim
0	8	1	2	3	3	0	0	Não	Não	Não
0	4	1	1	2	2	0	0	Não	Não	Não
0	9	0	4	4	4	0	0	Não	Não	Não
0	2	2	1	3	3	0	0	Não	Não	Sim
0	8	3	3	6	6	0	0	Não	Não	Não
0	6	4	3	7	7	0	0	Não	Não	Não
0	12	1	2	3	2	1	0	Não	Sim	Sim
0	11	2	1	3	3	0	0	Não	Não	Não
2	12	5	6	11	11	0	0	Não	Não	Sim
0	10	2	8	10	10	0	0	Não	Não	Não
0	12	4	3	7	7	0	0	Sim	Não	Sim
0	12	2	1	3	3	0	0	Não	Não	Sim
2	6	17	24	41	30	9	2	Sim	Sim	Sim
0	11	1	3	4	4	0	0	Não	Não	Não
7	7	2	2	4	3	0	1	Não	Não	Sim
0	10	3	2	5	5	0	0	Não	Não	Sim
0	9	1	1	2	2	0	0	Não	Não	Não
2	9	2	1	3	3	0	0	Não	Não	Não
0	6	1	1	2	2	0	0	Não	Não	Não
0	6	4	3	7	6	0	1	Não	Não	Sim
0	12	0	0	0	0	0	0	Não	Não	Não
5	6	10	14	24	7	10	7	Não	Sim	Sim
0	10	1	6	7	7	0	0	Não	Não	Sim

*Planilha dos dados coletados nas escolas pesquisadas/2020*

ITENS PESQUISADOS	ESCOLA 1	ESCOLA 2	ESCOLA 3	ESCOLA 4
A)PROFESSORES COLABORADORES	20	16	06	18
B) IDADE	20 a 29 anos= 00 30 a 39 anos= 04 40 a 49 anos= 12 50 a 59 anos= 04	20 a 29 anos= 01 30 a 39 anos= 02 40 a 49 anos= 06 50 a 59 anos= 7	20 a 29 anos= 00 30 a 39 anos= 00 40 a 49 anos= 01 50 a 59 anos= 03 60 a 69= 02	20 a 29 anos= 00 30 a 39 anos= 07 40 a 49 anos= 09 50 a 59 anos= 02
C)GRADUAÇÃO	Pedagogia= 18 Educação física= 02 Pós-graduação= 12 Outros= 2	Pedagogia= 13 Educação física= 03 Pós-graduação= 11 Outros= 1	Pedagogia=0 5 Educação física= 01 Pós-graduação= 03 Outros= 1	Pedagogia= 16 Educação física= 02 Pós-graduação= 10 Outros= 4
D)TEMPO de SERVIÇO	Magistério / Rede Municipal 0 a 09=02      02 10 a 19= 10      15 20 a 29= 07      03 30 a 39= 01      00	Magistério / Rede Municipal 0 a 09= 02      05 10 a 19= 07      07 20 a 29= 05      03 30 a 39= 02      01	Magistério / Rede Municipal 0 a 09= 00      01 10 a 19= 02      04 20 a 29= 03      01 30 a 39= 01      00	Magistério / Rede Municipal 0 a 09= 05      10 10 a 19= 07      08 20 a 29= 05      00 30 a 39= 01      00

E) ATUAÇÃO/FAIXA ETÁRIA	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Maternal 1= 02		02	Maternal 1 = 01	02	Maternal 1= 02	03	Maternal 1=00	01
Maternal 2= 03		06	Maternal 2= 01	01	Maternal 2=02	01	Maternal 2= 05	06
Infantil 1=06		02	Infantil 1 05	03	Infantil 1= 01	01	Infantil 1= 07	03
Infantil 2=07		08	Infantil 2=06	07	Infantil 2= 00	00	Infantil 2= 04	06
Educação Física - 2 professores			Educação Física – 3 professores		Educação Física – 1 professor		Educação Física – 2 professores	
F) ACÚMULO	Sim= 04		Sim=07		Sim= 01		Sim= 10	
	Não= 10		Não= 06		Não= 02		Não= 07	
	Projetos= 06		Projetos= 03		Projetos= 03		Projetos= 01	
G) TIPO DE FALTAS	Prof. / Just.	Prof./abon.	Prof. / Just.	Prof. / abon.	Prof. / Just.	Prof. / abon.	Prof. / Just.	Prof. / abon.
	14= 00	03 = 00	11 = 00	02 = 00	06 = 00	01 = 02	13 = 00	05 = 06
	01= 01	02 = 02	04 = 01	01 = 02		01 = 04	03 = 02	01 = 07
	01 = 02	01 = 03	01 = 03	01 = 03		02 = 08	01 = 01	02 = 09
	01 = 06	03 = 04		02 = 04		01 = 09	01 = 07	03 = 10
	01 =09	03 = 05		02 =05		01 = 10		02 = 11
	01 = 11	07 = 06		03 = 06				05 = 12
	01 = 14	01 = 11		02 = 10				
				03 = 11				



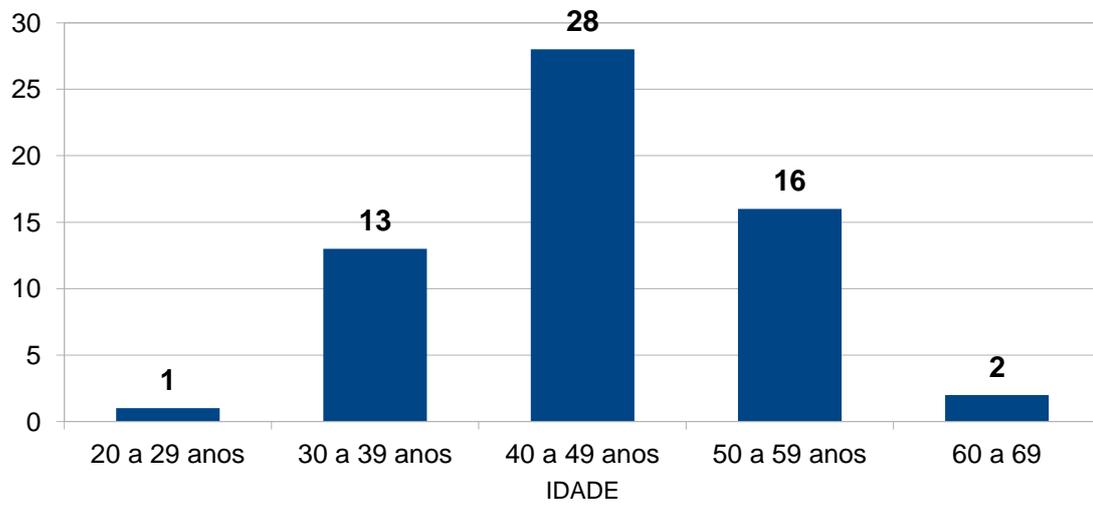
J)TRATAMENDO	Fisioterapia: Sim=02	Não= 18	Fisioterapia: Sim= 05	Não= 11	Fisioterapia: Sim= 01	Não= 05	Fisioterapia: Sim= 02	Não= 16			
	Terapias: Sim= 04	Não=16	Terapias: Sim= 06	Não= 10	Terapias: Sim= 00	Não= 06	Terapias: Sim= 03	Não=15			
	Exames : Sim= 12	Não= 08	Exames: Sim= 11	Não= 05	Exames: Sim= 02	Não= 04	Exames: Sim= 10	Não= 08			

<i>PESQUISA DOCUMENTAL (síntese)</i>			
ITENS PESQUISADOS	OBJETIVO ESPECÍFICO	ANÁLISE	RESULTADOS
A) Professores/colaboradores da pesquisa	Conseguir nas quatro escolas definidas o máximo de professores dispostos a autorizar o uso dos dados cadastrais dos prontuários.	Todos os professores que autorizaram a coleta dos dados foram identificados por números, mantendo assim, o sigilo prescrito nos documentos.	No total 60 professores colaboraram autorizando a extração dos dados, nos prontuários durante visita às escolas definidas.  Escolas: 1= 20, 2= 16,  3= 06, 4= 18
B) Idade dos professores em exercício	Saber a média de idade dos professores que nessas 4 escolas definidas para a coleta de dados, trabalham com a faixa etária de 2 a 5 anos.	Idade de:  20 a 29 anos= 01  30 a 39 anos= 13  40 a 49 anos= 28  50 a 59 anos= 16  60 a 69 anos= 02	Os dados apontam que a faixa etária de 40 a 49 anos concentra o maior número de professores que trabalham nas escolas definidas para a coleta de dados.
C) Formação Profissional  Graduação e pós-graduação	Saber o nível de formação dos professores em exercício e se investem em sua formação contínua enquanto profissional da educação infantil.	Graduação: Pedagogia=52 Educação Física= 08  Pós-Graduação: 36  Outras áreas: 08	Considerando que 60 é o número de professores/colaboradores, desses, 44 tem alguma especialização além da graduação em Pedagogia, ou Educação Física.
D) Tempo de serviço	Saber o tempo que atua na docência, estando exposto ao	Magistério / Rede Municipal	Verificando o tempo de trabalho nos dados coletados a maior exposição ao

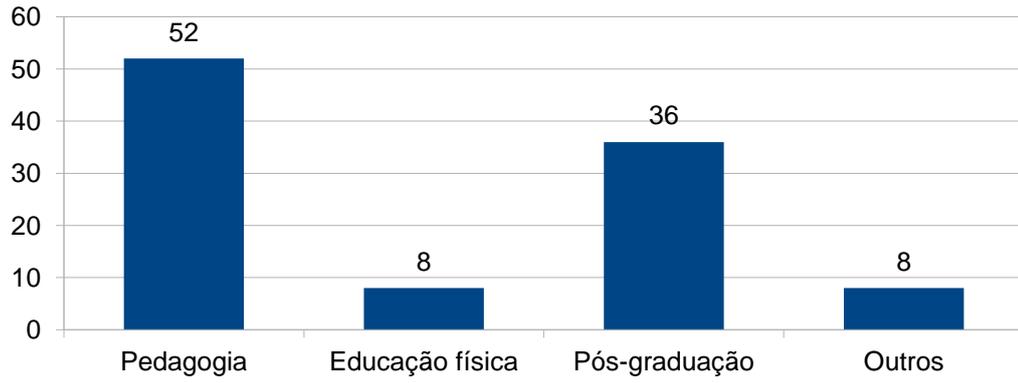
<p>No Magistério (qualquer localidade).</p> <p>Na Rede Municipal de Ensino de Rio Claro.</p>	<p>trabalho com crianças na educação infantil de 2 a 5 anos.</p>	<p>De 00 a 19 anos = 09 / 18</p> <p>De 10 a 19 anos = 26 / 34</p> <p>De 20 a 29 anos = 20 / 07</p>	<p>trabalho docente é de 10 a 19 anos, no Magistério 26 professores e na Rede Municipal 34 professores.</p>
<p>E) Faixa etária de atuação</p> <p>Maternal 1 (2 anos), Maternal 2 (3 anos), Infantil 1 (4 anos), Infantil 2 (5 anos)</p> <p>Data Base: 31 de março</p>	<p>Relacionar os problemas de saúde apresentados nos atestados, com o trabalho docente com crianças de 2 a 5 anos, considerando as especificidades da educação infantil e cuidados dispensados nessa faixa etária.</p>	<p>Nº de prof.: 2018 / 2019</p> <p>Maternal 1 = 05 / 08</p> <p>Maternal 2 = 11 / 14</p> <p>Infantil 1 = 19 / 09</p> <p>Infantil 2 = 17 / 21</p>	<p>Com poucos anos que separam as turmas, não há diferenciação aparente pois a educação infantil em si nessa faixa etária exige praticamente as mesmas determinações e empenho dos professores. Vale lembrar que a atribuição de classe é determinada pelo diretor e há certa rotatividade de turmas, e a demanda de alunos varia de um ano para outro.</p>
<p>F) Acúmulo de cargo</p>	<p>Verificar se o professor dobra período na função docente, ocupando com o trabalho muitas horas do seu dia a dia.</p>	<p>Acúmulo: 2018 / 2019</p> <p>Sim = 36 / 38</p> <p>Não = 24 / 22</p>	<p>Considerando os dados obtidos mais da metade dos professores se ocupam da função docente no mínimo dois períodos no dia, aumentando ainda mais sua jornada de trabalho se for acúmulo com o ensino fundamental, considerando também as HTPCs (Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo) semanais a noite.</p>
<p>G) Tipos de falta</p> <p>Abonada</p> <p>Justificada</p>	<p>Verificar a quantidade e tipo de faltas ocorridas em dois anos, e se estão dentro das faltas previstas no Estatuto do Magistério Público Municipal.</p>	<p>Número de faltas em dois anos:</p> <p>Abonadas: 289</p> <p>Justificadas: 54</p>	<p>É preciso considerar que os professores por Lei tem direito a seis abonadas durante o ano letivo (uma por mês, sem desconto financeiro), mais a falta justificada (com desconto financeiro), dá para estimar em dois anos quanto eles se ausentaram do trabalho, desconsiderando as causas.</p>

H)Atestados Médicos: (CID-Código de Identificação da Doença)	Obter o número de atestados de cada colaborador no ano de 2018 e 2019 e a identificação que o CID trás no deferimento médico.	Dados coletados:  Professores/ nº de atestados  60                      451	Em dois anos apenas 8 professores não apresentaram atestado médico, os 52 professores restantes apresentaram uma média de 8 a 9 atestados médicos em dois anos trabalhados.
I)Tipo de adoecimento  Físico  Emocional  Mental	Verificar quais doenças acometem mais os professores, que região corporal é mais afetada no exercício da profissão docente com crianças pequenas.	Número de atestados relacionados aos aspectos:  Físico: 407  Emocional: 29  Mental: 15	Observando os dados dos CIDs nos atestados médicos analisados, a situação de adoecimento dos professores aparece mais no aspecto físico.
J)Tipo de tratamento indicado pelo médico	Analisar se as faltas ao trabalho têm relação com o tratamento médico recomendado no diagnóstico.	Tratamento prescrito:  Fisioterapia: 10  Terapias em geral: 13  Exames clínicos e/ou laboratoriais: 35	Considerando os números observados no tipo de adoecimento prescrito e tratamento indicado para o devido CID, não é possível relacionar com as faltas, por não constarem como falta médica e sim falta/aula.

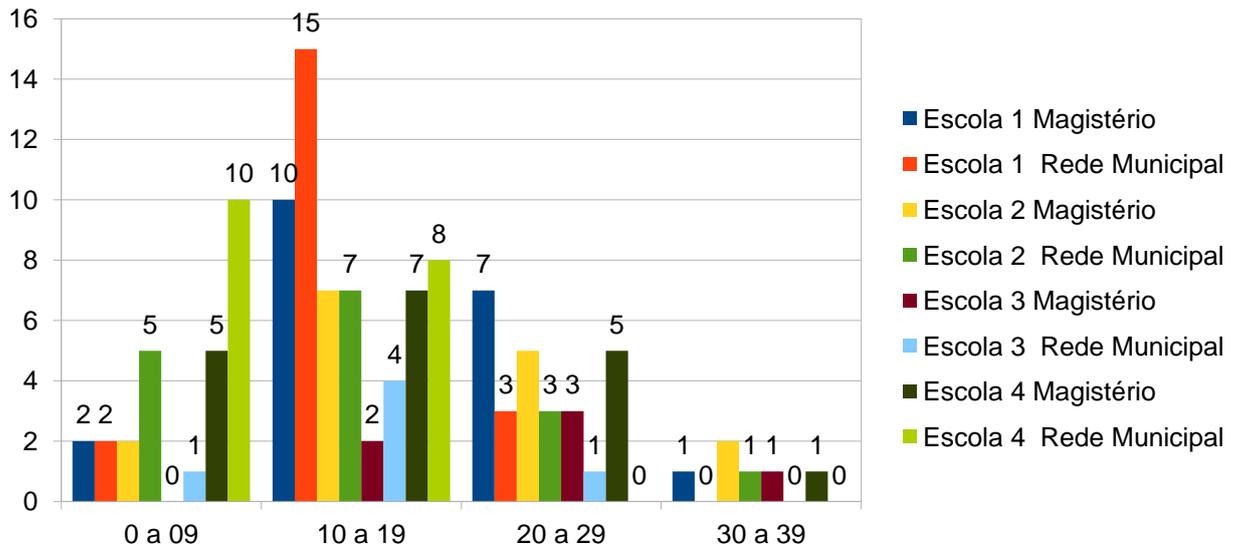
## IDADE DOS PROFESSORES



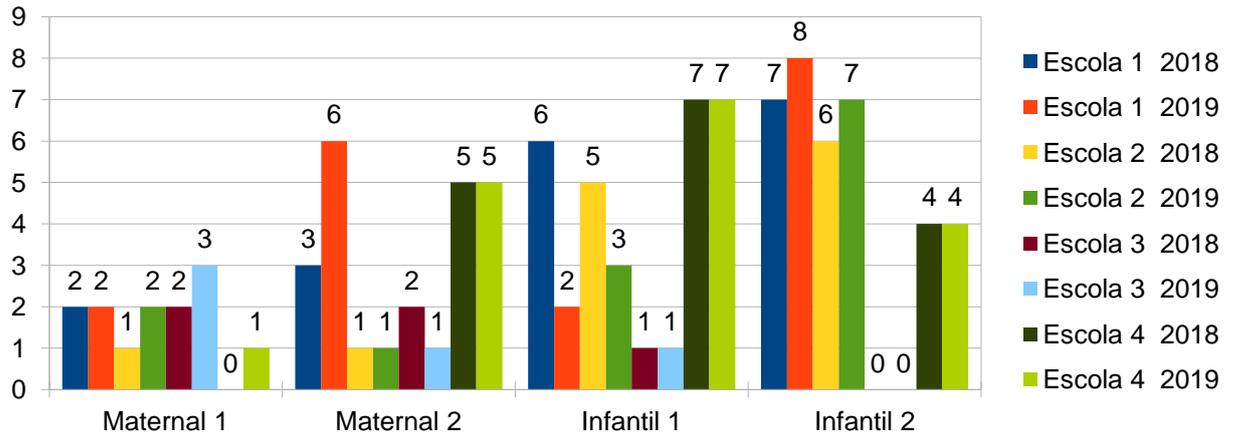
### FORMAÇÃO PROFISSIONAL



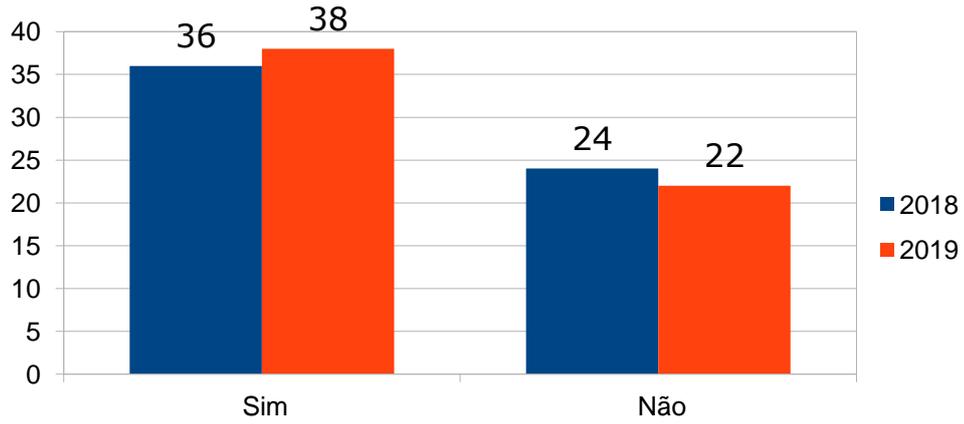
### TEMPO DE SERVIÇO



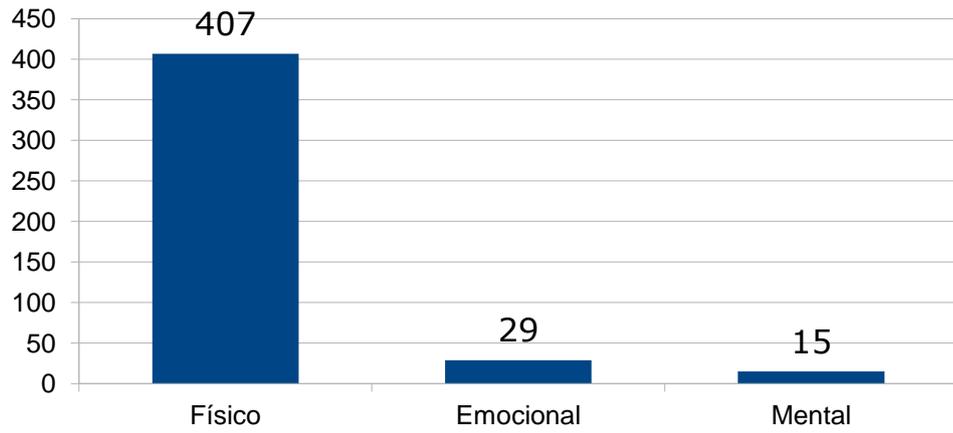
### FAIXA ETÁRIA DE ATUAÇÃO



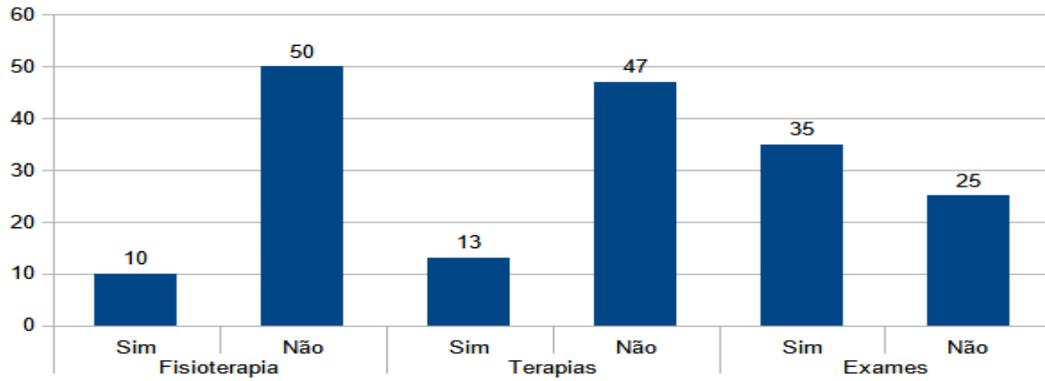
### ACÚMULO DE CARGO



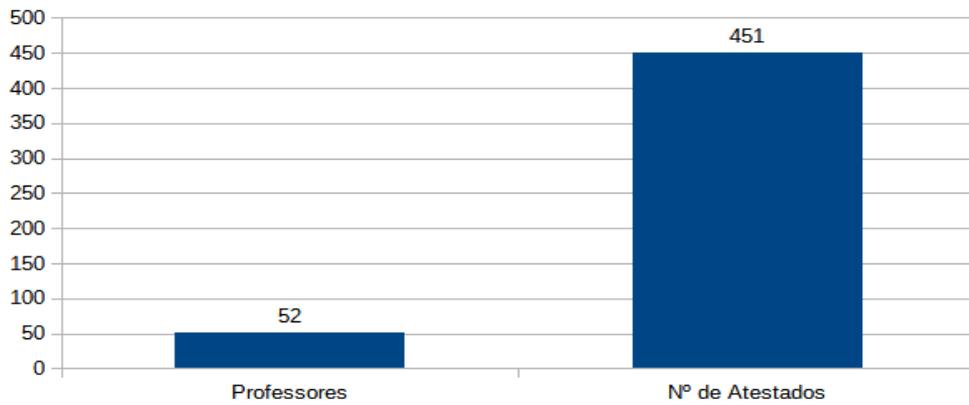
### TIPO DE ADOECIMENTO



### TIPO DE TRATAMENTO



### ATESTADOS MÉDICOS



**TIPOS DE FALTAS**